

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



**Daniela Bernardo Morgado Janeiro**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A PSP PERANTE O FENÓMENO DO *BULLYING*:**

**DA IDENTIFICAÇÃO À INTERVENÇÃO**

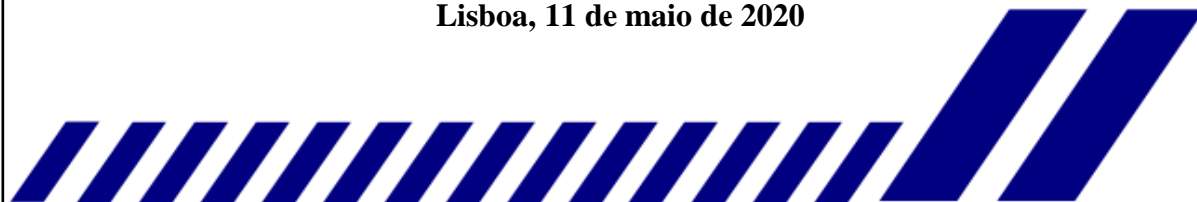
Orientador:

**Professor Doutor Paulo Machado**

Coorientador:

**Subintendente Hugo Guinote**

Lisboa, 11 de maio de 2020



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**



**Daniela Bernardo Morgado Janeiro**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A PSP PERANTE O FENÓMENO DO *BULLYING*:**

**DA IDENTIFICAÇÃO À INTERVENÇÃO**

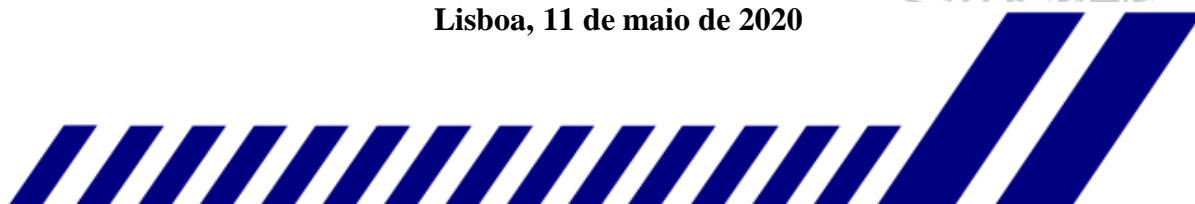
Orientador:

**Professor Doutor Paulo Machado**

Coorientador:

**Subintendente Hugo Guinote**

Lisboa, 11 de maio de 2020





**Estabelecimento de Ensino:** Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**Autor:** Daniela Bernardo Morgado Janeiro

**Título da obra:** A PSP perante o fenómeno do *bullying*: da identificação à intervenção

**Orientador:** Professor Doutor Paulo Machado

**Coorientador:** Subintendente Hugo Guinote

**Local de edição:** Lisboa

**Data de edição:** 11 de maio de 2020

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Professor Doutor Paulo Machado e coorientação do Subintendente Hugo Guinote.

## **DEDICATÓRIA**

*Aos meus pais e avós  
por todo o amor,  
pelo que sou hoje.*

## AGRADECIMENTOS

Chegada ao fim esta caminhada, não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o que sou e para a concretização desta investigação.

O meu primeiro agradecimento é dirigido à minha família, pela educação, pelos valores que me transmitiram e por serem, em todos os momentos, o meu porto de abrigo.

À minha mãe, em especial, por tudo o que sacrificaste por mim. Sem ti, jamais teria conseguido percorrer este caminho, nem tão pouco tê-lo iniciado. És, indiscutivelmente, o meu exemplo e a fonte da minha força. Não há palavras suficientes para te agradecer todo o amor e devoção. Tudo o que sou, devo-o a ti.

Ao meu pai pelas gargalhadas, por seres um amparo nos momentos cruciais e pelo orgulho que demonstras ter por mim.

Aos meus avós, Lucília e José, por serem um exemplo de perseverança, por todo o amor, apoio e conselhos dados. A vocês nunca conseguirei retribuir de forma condigna.

À minha avó Emília, que apesar de distante fisicamente, sempre permanecerá na minha memória e me acompanhará para o resto da vida.

Ao Sérgio pelos ensinamentos que me ajudaram a crescer em muitos aspetos, bem como pela disponibilidade que sempre tiveste para me ajudar.

Ao meu orientador, Professor Doutor Paulo Machado, pela disponibilidade e paciência. Ao longo deste estudo esclareceu todas as dúvidas surgidas e, apesar das adversidades com que me fui deparando, apoiou-me sempre, ajudando-me a fazer-lhes frente.

Ao meu coorientador, Subintendente Hugo Guinote, por ter aceitado este desafio, pelo apoio, pelos conhecimentos transmitidos e por todos os conselhos valiosos que enriqueceram este trabalho.

Ao Instituto de Odivelas por ter sido uma casa e por me ter ensinado que na vida devemos procurar ir sempre “Cada Vez Mais Alto”.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna pela formação e pelas oportunidades concedidas.

Ao XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia que apesar dos obstáculos demonstrou sempre camaradagem, união e resiliência. Em especial à Catarina, ao Mendonça e à Cláudia por todos os momentos partilhados.

À 73.<sup>a</sup> Esquadra (Pontinha) e 3.<sup>a</sup> Esquadra (Bairro Alto-Mercês) por todas as experiências e conhecimentos transmitidos, em especial, à Subcomissário Jéssica Miranda e à Subcomissário Nina Ribeiro.

A todos os que acederam aos meus pedidos de realização de entrevistas e que participaram neste estudo.

À Laura por me acompanhares nesta caminhada há tantos anos e pela tua amizade.

Ao Ricardo pelo amor, companheirismo, por me incentivares a ser cada vez melhor e por acreditares em mim. Este percurso de cinco anos tornou-se mais fácil por fazeres parte dele e caminhares sempre lado a lado comigo.

A todos aqueles com quem me cruzei ao longo deste percurso,

**O meu mais sincero agradecimento!**

## **EPIGRAFE**

*Numa escola, não se aprende apenas,  
também se vive!*

(Strecht, 2008, p. 44)

## RESUMO

As escolas são um lugar privilegiado onde os alunos se desenvolvem intelectualmente e socialmente. Dada a importância do seu papel é essencial que a escola se constitua um lugar seguro. Contudo, tal facto nem sempre se verifica, sendo que são inúmeras as alusões relativas a casos de *bullying* em contexto escolar. À Polícia de Segurança Pública (PSP) cabe-lhe, em concertação com outras entidades, garantir a segurança escolar dentro da sua área de competência territorial, tendo também ela um papel relevante na atuação perante este fenómeno. Desta forma, como é essencial que os polícias adstritos ao Programa Escola Segura (PES) saibam intervir eficazmente em situações desta natureza, a presente dissertação tem como fim compreender o fenómeno do *bullying* escolar, definir os comportamentos adotados pelos *bullies* e criar um modelo de atuação policial.

A investigação encontra-se dividida em duas partes basilares, uma parte teórica e outra prática. Na parte teórica realiza-se um enquadramento temático e conceptual sobre o *bullying* em contexto escolar e discorre-se sobre o papel da PSP, em concreto das Equipas do Programa Escola Segura (EPES), perante o fenómeno. Na parte prática, como se optou pela utilização do método quantitativo e do método qualitativo, efetua-se uma análise a dados recolhidos no âmbito do PES e são aplicadas entrevistas a polícias e psicólogos.

Foi possível concluir que o *bullying* escolar é um fenómeno que não se reduz a uma tipologia única e que existe uma pluralidade de formas de o praticar. Dada a complexidade do *bullying* escolar, a intervenção no fenómeno requer uma multiplicidade de entidades, das quais se destaca a PSP. Esta tem um papel essencial, devendo adotar medidas amplas que permitam resolver o problema, atuando na sua origem.

**Palavras-chave:** *Bullying*, Identificação, Intervenção, Programa Escola Segura



## ABSTRACT

Schools are a privileged place where students develop intellectually and socially. Given the importance of its role, it is essential that the school is a safe place. However, this is not always the case, and there are numerous references to cases of bullying in the school context. The Public Security Police (PSP) is responsible, in consultation with other entities, to guarantee school security within its area of territorial competence, so has a relevant role in acting in the face of this phenomenon. In this way, as it is essential that the police officers assigned to the Safe School Program (SSP) know how to intervene effectively in situations of this nature, the present dissertation aims to understand the phenomenon of school bullying, define the behaviors adopted by bullies and to create a police actuation model.

The research is divided into two basic parts, a theoretical part and a practical part. In the theoretical part, a thematic and conceptual framework on bullying in the school context is carried out and the role of PSP is discussed, in particular the teams of the SSP, in the face of the phenomenon. In the practical part, as it was decided to use the quantitative method and the qualitative method, an analysis is performed on data collected under the SSP and were applied interviews to police officers and psychologists.

It was possible to conclude that school bullying is a phenomenon that cannot be reduced to a single typology and that there is a plurality of ways to practice it. Given the complexity of school bullying, intervention in the phenomenon requires a multiplicity of entities, out of which the PSP stands out. PSP has an essential role, and it must adopt broad measures that allow to solve the problem, acting at its origins.

**Keywords:** Bullying, Identification, Intervention, Safe School Program

## ÍNDICE GERAL

<b>Dedicatória .....</b>	<b>i</b>
<b>Agradecimentos.....</b>	<b>i</b>
<b>Epígrafe .....</b>	<b>iii</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>iv</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>v</b>
<b>Índice Geral.....</b>	<b>vi</b>
<b>Índice de Figuras.....</b>	<b>ix</b>
<b>Índice de Gráficos .....</b>	<b>x</b>
<b>Índice de Tabelas .....</b>	<b>xi</b>
<b>Índice de Apêndices .....</b>	<b>xii</b>
<b>Índice de Anexos .....</b>	<b>xiii</b>
<b>Lista de Acrónimos e Siglas .....</b>	<b>xiv</b>
<b>Lista de Abreviaturas .....</b>	<b>xvi</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I: Da violência na sociedade à violência na escola .....</b>	<b>4</b>
1.1. Indisciplina, violência e agressividade em contexto escolar .....	4
1.2. <i>Bullying</i> enquanto fenómeno social .....	6
1.3. Abordagem ao fenómeno do <i>bullying</i> escolar .....	7
1.4. <i>Bullying</i> e os seus contextos .....	9
1.5. <i>Bullying</i> em contexto escolar .....	10
1.5.1. Consequências do <i>bullying</i> escolar.....	14
1.5.2. Tipos de participantes no fenómeno de <i>bullying</i> escolar.....	15
1.5.3. Fatores de risco associados ao <i>bullying</i> escolar.....	17
1.5.4. Situação mundial e nacional do <i>bullying</i> escolar.....	19
<b>Capítulo II: A PSP perante o <i>bullying</i> escolar .....</b>	<b>21</b>
2.1. Abordagens e Programas de Intervenção .....	21
2.1.1. Intervenções em toda a comunidade escolar .....	22

2.1.2. Projeto <i>Bullying in Schools</i> .....	23
2.2. O Programa Escola Segura .....	24
2.3. A PSP perante o <i>bullying</i> escolar .....	25
2.4. Legislação Portuguesa respeitante ao <i>bullying</i> escolar .....	27
2.4.1. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. ....	28
2.4.2. Lei Tutelar e Educativa. ....	29
2.4.3. Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes. ....	30
2.4.4. Novo Estatuto do Aluno.....	30
<b>Capítulo III: Método.....</b>	<b>31</b>
3.1. Método qualitativo .....	31
3.1.1. Caracterização dos participantes. ....	32
3.1.2. <i>Corpus</i> .....	33
3.1.3. Instrumento de recolha de dados. ....	33
3.1.4. Técnica de análise de dados. ....	34
3.1.5. Procedimentos. ....	36
3.2. Método quantitativo .....	37
3.2.1. Caracterização dos participantes. ....	37
3.2.2. População e amostra. ....	37
3.2.1. <i>Corpus</i> .....	38
3.2.3. Instrumento de recolha de dados. ....	38
3.2.4. Instrumento de análise e tratamento de dados.....	39
3.2.5. Procedimentos. ....	39
<b>Capítulo IV: Apresentação, análise e discussão dos resultados .....</b>	<b>40</b>
4.1. Entrevistas .....	40
4.1.1. Análise de conteúdo das questões apresentadas a ambos os grupos de informantes. ....	40
4.1.2. Questões apresentadas apenas a informantes externos. ....	44
4.1.3. Questões apresentadas apenas a informantes internos.....	45
4.2. Dados registados no âmbito do PES .....	48
4.2.1. Ocorrências criminais e não criminais registadas desde o ano letivo 2014/2015 até 2018/2019.....	48
4.2.2. Ocorrências criminais registadas no ano de 2019. ....	51
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>57</b>

<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>62</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>74</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>147</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de Bronfenbrenner .....	8
Figura 2 - Componentes básicas do <i>bullying</i> escolar.....	12
Figura 3 - Abordagens preventiva e interventiva .....	21
Figura 4 - Níveis de contacto com a criança .....	25
Figura 5 - Organigrama do Plano Escola Sem Bullying. Escola Sem Violência .....	148

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de ocorrências desde o ano letivo 2014/2015 a 2018/2019.....	48
Gráfico 2 - Índice de gravidade desde o ano letivo 2014/2015 a 2018/2019.....	49
<i>Gráfico 3</i> - Ocorrências criminais por categoria desde o ano letivo 2014/2015 a 2018/2019. .....	49
Gráfico 4 - Ocorrências não criminais por categoria desde o ano letivo 2014/2015 a 2018/2019.....	50
Gráfico 5 - Ocorrências criminais por categoria para o ano de 2019.. ..	51
Gráfico 6 - Ocorrências criminais por Comando Policial para o ano de 2019.....	52
Gráfico 7 - Menores a praticar as ocorrências criminais por género no ano de 2019.. ..	53
Gráfico 8 - Ocorrências criminais por intervalos de idades para o ano de 2019.....	54
Gráfico 9 - Reincidência dos menores que praticaram as ocorrências criminais para o ano de 2019.. ..	54
Gráfico 10 - Reiteração simples e agravada dos menores para as ocorrências criminais para o ano de 2019.....	55
Gráfico 11 - Taxa de reincidência para o ano de 2019. ....	55

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Informantes externos à PSP.....	78
Tabela 2 - Informantes internos à PSP.....	78
Tabela 3 - Matriz das unidades de contexto e as subcategorias da questão 1 .....	121
Tabela 4 - Sinopse dos conteúdos da questão 1.....	122
Tabela 5 - Matriz das unidades de contexto e as subcategorias da questão 2 .....	123
Tabela 6 - Sinopse dos conteúdos da questão 2.....	125
Tabela 7 - Matriz das unidades de contexto e as subcategorias da questão 3 .....	125
Tabela 8 - Sinopse dos conteúdos da questão 3.....	129
Tabela 9 - Matriz das unidades de contexto e as subcategorias da questão 4 aplicada a informantes externos .....	131
Tabela 10 - Sinopse dos conteúdos da questão 4 aplicada a informantes externos .....	132
Tabela 11 - Matriz das unidades de contexto e as subcategorias da questão 5 aplicada a informantes externos .....	133
Tabela 12 - Sinopse dos conteúdos da questão 5 aplicada a informantes externos (1. <sup>a</sup> parte) .....	134
Tabela 13 - Sinopse dos conteúdos da questão 5 aplicada a informantes externos (2. <sup>a</sup> parte) .....	134
Tabela 14 - Matriz das unidades de contexto e as subcategorias da questão 4 aplicada a informantes internos.....	135
Tabela 15 - Sinopse dos conteúdos da questão 4 aplicada a informantes internos .....	137
Tabela 16 - Matriz das unidades de contexto e as subcategorias da questão 5 aplicada a informantes internos.....	138
Tabela 17 - Sinopse dos conteúdos da questão 5 aplicada a informantes internos .....	141

## ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice A – Fatores-chave do <i>bullying</i> e exemplos de comportamentos para as suas diferentes tipologias .....	75
Apêndice B – Medidas adotadas no Projeto <i>Bullying in Schools</i> .....	76
Apêndice C – Procedimentos policiais a adotar perante a prática de factos tipificados como crime por menores com idade até aos 16 anos .....	77
Apêndice D – Descrição dos informantes internos e externos .....	78
Apêndice E – Guião da entrevista para informantes externos.....	79
Apêndice F – Guião da entrevista para informantes internos .....	81
Apêndice G – Termo de consentimento informado .....	83
Apêndice H – Entrevistas realizadas a informantes internos .....	84
Apêndice I – Entrevistas realizadas a informantes externos .....	104
Apêndice J – Quadro síntese das pré-categorias e categorias .....	120
Apêndice K – Grelhas de análise de conteúdo para as questões realizadas a todos os entrevistados .....	121
Apêndice L – Grelhas de análise de conteúdo para as questões realizadas a informantes externos .....	131
Apêndice M – Grelhas de análise de conteúdo para as questões realizadas a informantes internos .....	135
Apêndice N – Procedimentos de atuação policial para situações de <i>bullying</i> escolar.....	142
Apêndice O – Comportamentos de alerta de alunos agressores.....	146



## ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A - Organigrama do Plano Escola Sem <i>Bullying</i> . Escola Sem Violência. ....	148
Anexo B – Pedido de autorização.....	149

## LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

<b>APA</b>	American Psychological Association
<b>APAV</b>	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
<b>APPI</b>	Apoio Personalizado e Proteção na Infância
<b>CIPM</b>	Curso de Intervenção Policial com Menores
<b>COMETLIS</b>	Comando Metropolitano de Lisboa
<b>COMETPOR</b>	Comando Metropolitano do Porto
<b>CPCJ</b>	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
<b>CP</b>	Código Penal Português
<b>CPP</b>	Código do Processo Penal
<b>DE</b>	Direção de Ensino
<b>DEPOP</b>	Departamento de Operações da DNPSP
<b>DNPSP</b>	Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública
<b>DPPP</b>	Divisão de Prevenção Pública e Proximidade
<b>ECMIJ</b>	Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude
<b>EPES</b>	Equipas do Programa Escola Segura
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FS</b>	Forças de Segurança
<b>FSS</b>	Forças e Serviços de Segurança
<b>GAAF</b>	Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>IPSS</b>	Instituições Particulares de Solidariedade Social
<b>ISCPSI</b>	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
<b>LPCJP</b>	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
<b>LTE</b>	Lei Tutelar Educativa
<b>LOPSP</b>	Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública

<b>MAI</b>	Ministério da Administração Interna
<b>ME</b>	Ministério da Educação
<b>MIPP</b>	Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
<b>MP</b>	Ministério Público
<b>NIP</b>	Número de Identificação Policial
<b>NPP</b>	Número de Processo Policial
<b>NUIPC</b>	Número Único de Identificação de Processo Crime
<b>OCS</b>	Órgãos de Comunicação Social
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPC</b>	Órgão de Polícia Criminal
<b>PES</b>	Programa Escola Segura
<b>PIN</b>	Progresso Infantil
<b>PIPP</b>	Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
<b>SEI</b>	Sistema Estratégico de Informação
<b>TFM</b>	Tribunal de Família e Menores
<b>TIR</b>	Termo de Identidade e Residência
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>al.</b>	alínea
<b>art.º</b>	artigo
<b>cf.</b>	conforme
<b>cit. in</b>	citado em/por
<b>E</b>	entrevistado
<b>e.g. (exempli gratia)</b>	por exemplo
<b>et al. (et aliae)</b>	e outros (para pessoas)
<b>etc. (et cetera)</b>	e outros (para coisas)
<b>F</b>	feminino
<b>M</b>	masculino
<b>n.º</b>	número
<b>pp.</b>	páginas

## INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição onde para além de se transmitirem saberes, se reproduzem os valores fundamentais de uma sociedade (Costa & Soares, 2002), sendo por isso um lugar privilegiado para o desenvolvimento dos alunos (Costa & Vale, 1998). Para que exista um desenvolvimento saudável é essencial que a escola se constitua como um lugar seguro. Contudo, isto nem sempre acontece, existindo inúmeros casos de violência escolar, maioritariamente, ocorridos entre alunos (Mendes, 2010).

A violência, enquanto fator intrínseco ao homem (Freud, 1969), tem sido alvo de debate e teorização. “A violência parece escapar a uma definição única. É necessário dizer que o fenómeno surge de modo relativo: relativo a uma certa época, a um meio social, a circunstâncias particulares” (Debarbieux, 2007, p. 93). Uma das mais preocupantes formas de violência é aquela que se manifesta nas escolas, sendo esta considerada como um “desafio educativo e social à escala planetária” (Debarbieux, 2007, p. 13). A violência escolar “abrange uma ampla variedade de situações, atos, comportamentos e atitudes cujos limites se tornam difíceis de distinguir” (Leonardo, 2004, p. 8). Atos como “vandalismo, incivilidade, agressão/perseguição psicológica, agressão física, assalto/roubo, e indisciplina grave” (Sebastião *et al.*, 2004, p. 10), são apenas alguns exemplos que se inserem neste fenómeno tão multifacetado, que pode assumir diferentes níveis de gravidade e concretização (Oliveira, 2006).

Na nossa investigação estudamos o *bullying* escolar, uma das inúmeras formas de violência escolar possíveis, que afeta gravemente os alunos nos estabelecimentos de ensino, mesmo que possa existir uma influência exógena para o mesmo (Miller & Kraus, 2008). Este fenómeno, apesar de poder ocorrer noutros contextos, deve requerer especial atenção quando praticado nas escolas, dada a vulnerabilidade das vítimas em razão da idade (Smith & Sharp, 1994).

O *bullying* é um termo anglo-saxónico (Smith & Sharp, 1994) proveniente da palavra inglesa *bully*, que significa agressor, valentão ou brigão. Esta expressão está intimamente ligada a atos de agressividade perante outrem (Santos, 2007). Apesar de não existir uma tradução clara do termo para português, diversos autores utilizam termos como provocação/vitimação (Carvalhosa *et al.*, 2002), violência entre pares (Matos, 2008) e maus tratos entre iguais (Freire *et al.*, 2006), quando se referem ao *bullying* que acontece em contexto escolar.

De forma a fazer face a esta forma de violência escolar é necessário um esforço concertado por parte de diferentes entidades. À PSP cabe-lhe promover uma cultura de segurança nas escolas da sua área de competência territorial, sendo que deve intervir sempre que esta seja colocada em causa (Oliveira, 2015). Através do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) a PSP desenvolve vários projetos de proximidade, dos quais destacamos o PES. Segundo a Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio da Direção Nacional da PSP (DNPS), ponto 3, as EPES, entre outras tarefas, devem proceder à identificação de problemas que possam ter impacto na segurança da comunidade escolar e garantir a visibilidade e segurança nos estabelecimentos de ensino. Assim sendo, também elas deverão identificar casos de *bullying* escolar e intervir perante eles, de forma a reduzir os feitos nefastos deste.

Tendo em conta a abrangência da temática que nos propomos investigar, é crucial formular um problema de investigação, que permita expressar o que o investigador pretende descobrir, explicar e compreender melhor ao longo do estudo (Quivy & Campenhoudt, 2005). Assim, para a presente dissertação pretendemos estudar o *bullying* como uma das inúmeras formas de violência em contexto escolar, interessando ainda identificar alguns dos comportamentos adotados pelos *bullies* e qual a melhor atuação dos polícias afetos ao PES perante o mesmo. Após apresentada a problemática, definimos a seguinte pergunta de partida:

- Qual o modelo policial a seguir para enfrentar o *bullying* escolar?

Para alcançar as metas desta investigação, assumidamente de investigação-ação, definimos como objetivo geral elaborar um guião de procedimentos a adotar por parte dos polícias afetos ao PES perante situações de *bullying* em contexto escolar. Derivado deste, e de forma a permitir aplicar a investigação a situações particulares (Marconi & Lakatos, 2003), os objetivos específicos são os seguintes:

- OE1:** Exploração em profundidade dos dados disponíveis no Sistema Estratégico de Informação (SEI) com o objetivo de criação de uma tipologia contextual das ocorrências em meio escolar;
- OE2:** Definição conceptual do fenómeno do *bullying* em meio escolar a partir da empiria observada;
- OE3:** Criação de um referencial de atuação que permita aos polícias do PES atuar perante os casos de *bullying* em meio escolar.

A pertinência do tema *bullying* escolar parece-nos inquestionável do ponto de vista das Ciências Policiais. A segurança escolar deve constituir uma preocupação constante da atividade operacional da PSP. A PSP deve fazer face não só aos fenómenos criminais, com também a incivildades e comportamentos de risco, sendo que, para um melhor desenvolvimento da sua ação, deve procurar conhecer as dinâmicas escolares e todos os fenómenos de violência associados (Oliveira, 2015).

Formalmente a nossa dissertação encontra-se dividida em duas partes interligadas entre si, a parte teórica e a parte prática. O estudo inicia-se com a introdução, na qual realizamos um enquadramento, definimos o problema de investigação, a pergunta de partida, o objetivo geral e os objetivos específicos, bem como a estrutura adotada ao longo da investigação.

Segue-se a parte teórica, constituída por dois capítulos, que comportam todo o enquadramento teórico. Nesta primeira parte, há um capítulo intitulado “Da violência na sociedade à violência na escola”, no qual diferenciamos conceitos. Neste capítulo damos especial ênfase ao *bullying* enquanto fenómeno social e ao *bullying* escolar. No segundo capítulo, intitulado “A PSP perante o *bullying* escolar”, apresentamos algumas abordagens e programas de intervenção. Posto isto, procedemos a uma explicação teórica do papel da PSP, em particular das EPES, enquanto elementos de intervenção perante o *bullying* escolar. Por fim, apresentamos alguma legislação portuguesa, de forma a enquadrar legalmente comportamentos que podem concorrer para o *bullying* escolar.

A parte prática é igualmente constituída por dois capítulos. Assim, no terceiro capítulo definimos os métodos da investigação, sendo que para cada um deles procedemos à caracterização dos participantes, identificamos o *corpus* da investigação, apresentamos os instrumentos de análise de dados, as técnicas e instrumentos de recolha de dados, bem como explicamos os procedimentos levados a cabo. No capítulo quarto apresentamos, analisamos e discutimos os resultados obtidos.

Nas conclusões e considerações finais sintetizamos o conhecimento adquirido, verificamos se os objetivos foram cumpridos, bem como se foi dada uma resposta à pergunta de partida. Terminamos a fazer referência a algumas limitações do nosso estudo e expomos sugestões para investigações científicas futuras.

## **CAPÍTULO I: DA VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE À VIOLÊNCIA NA ESCOLA**

### **1.1. INDISCIPLINA, VIOLÊNCIA E AGRESSIVIDADE EM CONTEXTO ESCOLAR**

Ao refletir sobre indisciplina, violência e agressividade em contexto escolar percebemos que estes conceitos, apesar de possuírem aspetos em comum, se distinguem entre si, não devendo ser interpretados da mesma forma. De seguida, iremos definir estes fenómenos e estabelecer uma maior clareza conceptual.

As formas de atuação desviantes daquilo que socialmente é considerado aceitável podem ser de diversas naturezas e ter vários níveis de gravidade. No que respeita à indisciplina, esta ocorre quando existe uma desobediência ao convencionado como socialmente aceite. Esta convenção pode encontrar-se estipulada em normas, de forma explícita, ou, por outro lado, decorrer da vivência quotidiana de um determinado contexto, encontrando-se estipulada de forma implícita (Estrela, 2002; Sebastião, 2003).

Veiga (2007) entende por indisciplina “a transgressão das normas escolares, prejudicando as condições de aprendizagem, o ambiente de ensino ou o relacionamento das pessoas na escola” (p. 15). Aquino (1996), por outro lado, defende que independentemente das normas estipuladas devemos atender que o conceito de indisciplina se enquadra conforme os valores, expectativas e contextos existentes. Assim, determinado comportamento considerado como indisciplinado por um aluno no passado pode atualmente ser visto como normal, bem como ações semelhantes em aulas diferentes podem ser vistas como indisciplinadas por uns e por outros não.

Quando existem situações de indisciplina em contexto escolar, geralmente os comportamentos adotados não são considerados intrinsecamente graves, contrariamente ao que acontece com a violência escolar (Lopes, 2001). A violência escolar é outro fenómeno que importa definir e diferenciar. Não obstante, e antes de o fazer, consideramos fundamental abordar o conceito de violência.

Atualmente, a violência é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (2002) como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si mesmo, outra pessoa ou contra grupo ou comunidade, que resulte em lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação” (p. 4). Para Bernoux (1969) a violência é uma coação física ou moral, de carácter individual ou coletivo, traduzindo-se num ataque ao exercício de um direito reconhecido como fundamental ou a uma conceção do desenvolvimento humano possível num dado momento.



A violência não é um fenómeno recente na vida em sociedade, sendo que a forma como a temos vindo a encarar varia ao longo do tempo, decorrente dos diversos contextos (Jacinto, 2015), bem como da construção de representações sociais (Arendt, 1895). No que concerne à violência em contexto escolar, para Sebastião *et al.* (2004) não é “fácil encontrar uma norma universal para classificar os comportamentos violentos [nas escolas], já que a classificação de determinados comportamentos varia com os quadros culturais dos diferentes grupos assim como com os contextos e momentos em que se produz” (p. 99).

A violência escolar é de difícil definição, sendo um fenómeno multifacetado, que encerra em si uma grande diversidade de possíveis situações. Para Leonardo (2004) é difícil identificar os limites desse conjunto de situações, sendo essencial desconstruir cada uma delas. Segundo Sampaio (2001), em contexto escolar podem-se verificar três tipos distintos de violência, designadamente a violência exógena, a violência na escola e a violência contra a escola. A primeira ocorre quando são elementos externos à escola que a praticam; a segunda dá-se dentro das infraestruturas do estabelecimento de ensino; por fim, a violência contra a escola manifesta-se quando existem condutas de desafio à ordem da escola institucional e organizacionalmente estabelecida.

Quando nos encontramos perante o fenómeno da violência estamos necessariamente perante a presença de agressão, “uma propensão assumida pelo ser humano caracterizada pelo carácter ou vontade de cometer um ato violento sobre terceiros” (Jacinto, 2015, p. 21). A agressão consiste num instinto primitivo resultante da necessidade de afirmação e adaptação biológica do homem (Lorenz, 1966), sendo um tipo de violência delimitada, que se manifesta em termos de ataque, com carácter de brutalidade, dirigido a outrem (Fischer, 1992). Abreu (1998), por sua vez, define a agressividade como a “capacidade ou potencialidade de alguém provocar malefícios, ofensas, prejuízos ou destruições, materiais ou morais, a outra pessoa ou a si mesmo” (p. 133). Com isto, podemos afirmar que para existir uma agressão tem que existir intencionalidade, sendo o ato dirigido a outra pessoa e capaz de causar repercussões negativas, quer seja fisicamente ou psicologicamente.

Para Seixas (2009) a agressividade pode manifestar-se como violência se for reforçada pelas contingências ambientais. Desta forma, podemos concluir que uma grande parte dos comportamentos são agressivos, contudo nem todos eles podem ser considerados violentos.

## 1.2. *BULLYING* ENQUANTO FENÓMENO SOCIAL

O *bullying* interpessoal existente nas escolas, tema cada vez mais debatido por diversas organizações nacionais e internacionais, resulta de um problema que ultrapassa grandemente as interações entre alunos, visto que o *bullying* no pátio da escola representa um reflexo do “mundo social adulto que as crianças veem todos os dias” (Derber & Magrass, 2016, p. 5).

Sendo o *bullying* um fenómeno complexo torna-se necessário repensar a forma como é abordado. Derber e Magrass (2016) introduzem nos seus estudos o conceito de “imaginação sociológica”, apresentado por Mills. Segundo este autor, os problemas existentes ao nível do indivíduo resultam de um fenómeno social maior.

Os autores partem da premissa que o *bullying* interpessoal é uma consequência inevitável de um sistema corporativo com uma mentalidade popular *bully*, referindo os Estados Unidos da América (EUA) como um país onde a desigualdade de poder torna inevitável a existência deste tipo de fenómeno. Os EUA através das mais diferentes organizações criam uma cultura em que a violência é vista como algo natural e necessário, subalternizando as consequências que decorreram daí, criando uma ideologia na qual existem agressores e vítimas (Derber & Magrass, 2016).

Para Derber & Magrass (2016) o *bullying* interpessoal, onde “o agressor é uma pessoa, e os intimidados também são indivíduos” (p. 9), deve ter em consideração todo um contexto mais amplo. Assim, para resolver o problema do *bullying* interpessoal, o fenómeno do *bullying* deve ser encarado como um problema sistémico, que só se resolve se houver uma mudança social transformadora.

Derber e Magrass (2016) destacam ainda a importância da Sociologia, como área de conhecimento que permite compreender melhor este fenómeno. De acordo com os autores, os estudos realizados sobre o *bullying* relacionam-se maioritariamente com análises ao nível da Psicologia e Saúde Mental, sendo este considerado como um problema que se resolve com terapia. Esta abordagem revela-se insuficiente, pois o *bullying* deve ser compreendido enquanto fenómeno social que requer uma intervenção integrada. Assim, de forma a combater o fenómeno do *bullying*, é necessário ir mais além do pensamento convencional, conjugando a abordagem terapêutica com a abordagem sociológica, sendo esta última capaz de contribuir para compreender o fenómeno *bullying* através do contexto social em que ele se manifesta.

### 1.3. ABORDAGEM AO FENÓMENO DO *BULLYING* ESCOLAR

Thornberg (2015) defende que existem duas abordagens teóricas para estudar o *bullying* – o pós-estruturalismo e o interacionismo simbólico – que encaram o fenómeno de diferentes perspetivas. A primeira aborda o *bullying* numa perspetiva individual, como um problema que resulta de disfunções, características e intenções individuais; a segunda encara o fenómeno como parte de processos sociais contextualizados. Para Thornberg (2015) ambas as teorias podem ser alvo de crítica, acusando-as de reducionismo. A primeira teoria peca por não permitir compreender a estrutura social ao nível macro e a segunda falha ao subestimar ou ignorar fatores individuais como a genética, os processos neurobiológicos, os traços psicológicos e processos intra-psicológicos. O autor defende que deve ser adotada uma abordagem mais abrangente, de forma a estudar o fenómeno em mais do que uma perspetiva.

A teoria da ecologia do desenvolvimento humano, desenvolvida por Bronfenbrenner (1979), acrescenta valor nesta discussão porque valoriza bastante o contexto para a compreensão do desenvolvimento de uma pessoa. Segundo Portugal (1992) esta teoria defende que o desenvolvimento de um indivíduo é afetado, por um lado, pelo constante desenvolvimento deste como uma pessoa ativa, e por outro, pelos diferentes níveis (micro, meso, exo, macro) em que vive.

Bronfenbrenner valoriza a interação sujeito/mundo, caracterizada pela reciprocidade, onde o ambiente exerce influência no desenvolvimento do sujeito, bem como o sujeito exerce influência no ambiente, mudando-o e recriando-o. Com isto, percebemos que o ambiente é relevante para o processo de desenvolvimento. Não obstante, este não se limita ao contexto imediato, englobando também “contextos mais latos, sociais e institucionais” (Portugal, 1992, p. 37).

Bronfenbrenner (1979) defende uma visão de desenvolvimento do homem contextualizada, criticando os estudos tradicionais sobre o desenvolvimento humano. Para este psicólogo, os estudos tradicionais revelam-se insuficientes na medida em que abordam, erradamente, o desenvolvimento do indivíduo num ambiente estático e restrito. Segundo Bronfenbrenner (cit. in Alves, 1997) o desenvolvimento do indivíduo pode-se suportar em quatro níveis dinâmicos e inter-relacionados, nomeadamente a pessoa, o processo, o contexto e o tempo.

Para Bronfenbrenner (1979) o homem é influenciado pelas interações entre ecossistemas que se sobrepõem e que são progressivamente mais abrangentes, nomeadamente o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema, por sua vez, influenciados pelo que denomina de cronossistema.

Um microsistema consiste num padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados por um determinado indivíduo que se encontra num dado ambiente. A interação destas três dimensões influencia o potencial do microsistema para estimular o desenvolvimento do ser humano. O mesossistema compreende as várias relações entre os diferentes contextos em que o indivíduo participa ativamente, como é o caso das interações tidas entre este e a família ou a escola. O exossistema consiste nos factos que acontecem no ambiente que contém a pessoa em desenvolvimento, como por exemplo o local de trabalho dos pais (Bronfenbrenner, 1979). O macrosistema abarca os protótipos gerais que acabam por influenciar o complexo de estruturas e atividades ocorrentes em níveis mais concretos. Neste nível estrutural encontram-se os valores, crenças, hábitos de determinadas sociedades ou culturas (Portugal, 1992).

No que respeita a uma representação do cronossistema, Bronfenbrenner nunca criou uma; contudo, diversos autores seguidores da sua teoria, fizeram-no. Na figura infra encontra-se um exemplo de uma visão gráfica do ecossistema humano.

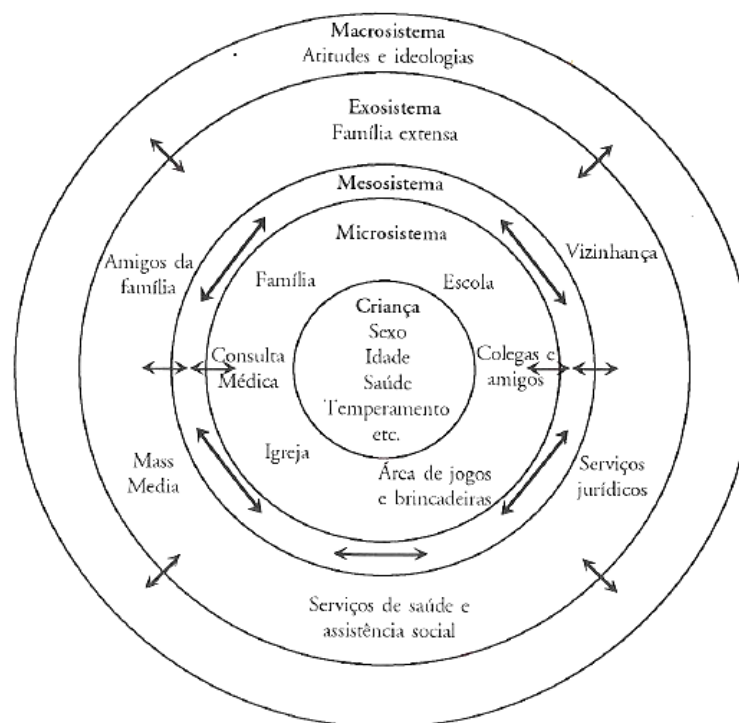


Figura 1 - Modelo de Bronfenbrenner (Portugal, 1992)

A compreensão da teoria da ecologia do desenvolvimento humano pressupõe que a abordagem seja feita de forma contextualizada, não ignorando aspetos relativos aos demais sistemas. Remetendo os pressupostos desta teoria para o *bullying* escolar, percebemos que para uma melhor compreensão do mesmo, devemos considerar as interações existentes entre os diferentes níveis estruturais.

Thornberg (2015) alerta para uma nova perspetiva teórica que permite abordar o fenómeno do *bullying* com raízes no modelo ecológico de Bronfenbrenner - a estrutura sócio ecológica. Esta teoria “inclui fatores individuais como componentes neurobiológicos, traços psicológicos e processos intrapsicológicos, além de fatores contextuais para entender melhor o desenvolvimento social, ações e processos” (Thornberg, 2015, p. 182). O autor defende com esta teoria o cruzamento de teorias de diferentes áreas, a fim de compartilhar conceções que permitam compreender de forma mais completa possível o *bullying*.

#### **1.4. BULLYING E OS SEUS CONTEXTOS**

Apesar de se associar muito o *bullying* ao ambiente escolar, tema central desta dissertação, este é um fenómeno que pode ocorrer em qualquer contexto social, “como no trabalho, na casa da família, nas forças armadas, prisões, condomínios residenciais, clubes e asilos” (Antunes & Zuin, 2008, p.34) e ser praticado de várias formas (Ventura, 2016). Para Monks e Coyne (2011) este fenómeno possui diferentes designações, que variam conforme o contexto em que se inserem.

Destaca-se desde logo o *bullying* praticado no local de trabalho, também conhecido como *mobbing*, conceito utilizado para definir o comportamento abusivo e reiterado em ambiente profissional (Araújo, 2009). O *mobbing* é um subtipo de *bullying* (Ventura, 2016), apresentado pela primeira vez por Heinz Leymann, em 1984. Este autor definiu conceptualmente o fenómeno, já estudado noutros contextos, como um conjunto de comportamentos tidos por um ou mais indivíduos dirigidos a outrem, de forma sistemática, que colocam a vítima numa posição vulnerável em contexto laboral (Araújo, 2009).

Outra forma de *bullying* cada vez mais presente é o *cyberbullying* ou *bullying* virtual, resultante da utilização das tecnologias de informação e comunicação. Esta é uma modalidade cada vez mais preocupante, na medida em que se torna difícil travar o problema, dado o seu efeito multiplicador e ao mesmo tempo (parcialmente) anónimo (Fante & Pedra, 2008).

O *cyberbullying*, comparativamente com o *bullying* presencial, tem a capacidade de exceder as barreiras do espaço e do tempo, expondo a vítima a um público maior (Cruz, 2011) e perpetuando as agressões, na medida em que quaisquer conteúdos colocados no mundo virtual podem ser pesquisados e partilhados, estando fora do controlo quer da vítima, quer do agressor (Matos *et al.*, 2011).

O fenómeno do *cyberbullying* apresenta uma expressão multifacetada, visto que engloba diversas tipologias em si mesmo. Em 2005, Nancy Willard propôs a categorização em: assédio, exclusão, *cyberstalking*, personificação, difamação e violação da intimidade. O assédio refere-se à reiteração no envio de mensagens com teor ofensivo; a exclusão implica a expulsão da vítima de determinado grupo existente em contexto cibernético; o *cyberstalking* consiste na perseguição da vítima através do envio de mensagens intimidatórias; a personificação ocorre quando o agressor se faz passar pela vítima com o intuito de denegrir a imagem desta; a difamação traduz-se na publicação de conteúdos que constituam asserções falsas ou ofensivas sobre a vítima; e a violação da intimidade dá-se quando se publica conteúdo que contém informação privada sobre a vítima (Martins & Simões, 2019).

Em sùmula, o *bullying* consiste numa conduta que assume diferentes facetas e denominações, podendo ocorrer em diferentes contextos. Todavia, independentemente dos contextos em que acontece, existem aspetos em comum que estão sempre presentes (Buelga *et al.*, 2010).

## **1.5. BULLYING EM CONTEXTO ESCOLAR**

Apesar de atualmente o *bullying* em contexto escolar ser reconhecido como um fenómeno que acarreta consequências prejudiciais tanto para as vítimas, como para os agressores, nem sempre foi alvo de atenção. No passado, o *bullying* escolar era visto como um problema menor entre alunos, que estava associado ao normal desenvolvimento das crianças (Martins, 2003), sendo que apenas se começou a estudar nas últimas décadas (Piqueira, 2018). Atualmente, apesar de já existirem alguns estudos sobre o *bullying* escolar, este ainda é frequentemente subestimado (Neto, 2005). É habitual a opinião que certas formas de violência são inerentes ao processo de crescimento, desvalorizando-se os efeitos que o fenómeno de *bullying* escolar pode deixar em todos os intervenientes (Fernandes *et al.*, 2015).

O primeiro estudo científico sobre o *bullying* realizou-se em 1970, por Dan Olweus, nos países escandinavos. Contudo, na época, o estudo realizado teve pouca relevância, sendo que apenas na década de 80, na Noruega, se passou a atribuir maior importância ao fenómeno, quando três rapazes entre os 10 e 14 anos cometeram suicídio por serem vítimas de *bullying* (Ventura, 2016).

Mais tarde, em 1983, Olweus deu continuidade aos seus estudos e realizou um questionário intitulado *Olweus Bully/Victim Questionnaire* a 130000 estudantes. Verificou que cerca de 15% dos participantes no estudo se encontravam envolvidos em casos de *bullying* em contexto escolar, sendo que uns eram vítimas e outros agressores (Olweus, 1993b).

No que concerne à conceptualização do fenómeno, Olweus (1993b) na sua obra *Bullying at school. What we know and what we can do*, define o *bullying* como um conjunto de ações que se manifestam quando existe um desequilíbrio de força ou poder entre os intervenientes, sendo que um ou mais agressores, de forma reiterada e intencional magoam ou incomodam a vítima.

Costantini (2004) refere que estes comportamentos “não são conflitos normais ou brigas que ocorrem entre estudantes, mas verdadeiros atos de intimidação preconcebidos, ameaças que (...) são repetidamente impostas a indivíduos mais vulneráveis” (p. 18). Desta forma, não se pode considerar *bullying* quando dois alunos da mesma idade ou tamanho se envolvem numa discussão ou briga, visto não haver uma desigualdade de poder (Carvalhosa *et al.*, 2002).

A assimetria de forças está, frequentemente, relacionada com uma força física superior por parte do agressor. Todavia, este desequilíbrio pode também relacionar-se com fatores como a popularidade no seio da comunidade escolar, a autoestima dos intervenientes (Neto, 2005), a diferença de idades ou o desenvolvimento emocional (Díaz-Aguado, 2005).

O fator de repetição é uma condição necessária para se considerar a situação como *bullying*. Suportando esta ideia, Solberg e Olweus (2003), identificam este fator como determinante para distinguir o *bullying* da agressão, definindo a agressão como um único ato, enquanto que o fenómeno de *bullying* compreende atos repetitivos.

Mais tarde, Olweus (2006) na prossecução dos seus estudos, afirma que para existir *bullying* tem que existir um sentimento de intimidação por parte da vítima, sendo este um fator-chave que determina se existe ou não este tipo de violência.

Para além de Olweus outros autores definiram o fenómeno. Para Ventura (2016) o *bullying* escolar consiste numa “forma intencional e reiterada de violência, em que o objetivo do agressor é humilhar, provocar, intimidar, agredir e afirmar o seu poder e controlo sob a vítima” (p. 4). Na opinião de Beane (2011) trata-se de uma “forma de comportamento ostensivo e agressivo que se revela intencional, prejudicial e persistente” (p.18). Pereira (2002) define o *bullying* como:

“comportamentos agressivos de intimidação e que apresentam um conjunto de características comuns, entre as quais se identificam várias estratégias de intimidação do outro e que resultam em práticas violentas exercidas por um indivíduo ou por pequenos grupos, com carácter regular e frequente” (p.16).

Para o fenómeno de *bullying* podem concorrer um conjunto de comportamentos como “ameaçar, chantagear, chamar nomes, gozar, levantar falsos testemunhos, contar segredos, praxar de forma violenta, pôr de parte um(a) colega, ignorá-lo (a), bater, empurrar e tirar objetos de valor” (Melin & Pereira, 2016, p. 179), podendo até mesmo incluir expressões faciais ou gestos adotados pelos agressores (Olweus, 1993b).

Podemos encontrar um significativo número de definições sobre o fenómeno de *bullying*, umas mais semelhantes entre si que outras. Não obstante, existem aspetos que se repetem, sendo comuns à literatura consultada. Perante as diversas conceções apresentadas, podemos concluir que para que haja *bullying* é necessário que exista intencionalidade nas agressões praticadas, sendo estas adotadas reiteradamente contra uma vítima que se sente intimidada, perante a existência de um desequilíbrio de forças ou poder.

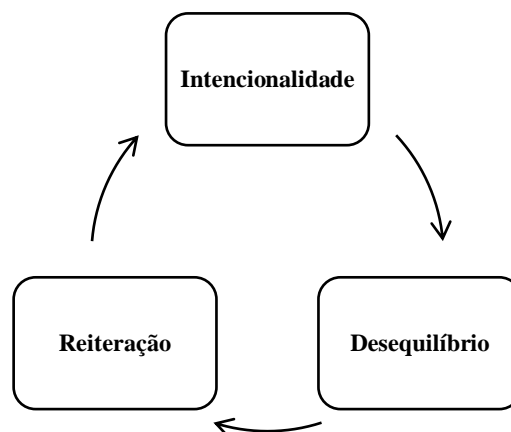


Figura 2 - Componentes básicas do *bullying* escolar. Elaboração própria.



O *bullying* em contexto escolar é um fenómeno que pode acontecer a qualquer aluno, reunidas as componentes indicadas e em presença de agressores e vítimas com perfis psicossociais com maior predisposição para este tipo de situações. Assim, este fenómeno pode suceder a indivíduos de diferentes classes sociais, etnias ou níveis culturais (Rodriguez, 2004) e, embora seja na adolescência que este fenómeno mais ocorre, ele é transversal às instituições escolares (Carvalhosa, 2010).

Diversos autores que se debruçaram sobre o fenómeno de *bullying* escolar perceberam que existem diferentes tipos de *bullying*. Para Olweus (1993b) importa diferenciar *bullying* direto de *bullying* indireto. Segundo este autor, o *bullying* direto ocorre quando o agressor se encontra na presença da vítima, podendo este subdividir-se em *bullying* físico, verbal ou sexual. O *bullying* indireto, dá-se quando o agressor não se encontra na presença da vítima, podendo incluir-se neste o *bullying* social.

Para Beane (2011) existem três tipos de *bullying*, nomeadamente, o físico, o verbal e o social. O *bullying* físico engloba comportamentos como ofensas à integridade física, roubar e danificar pertences pessoais. O *bullying* verbal envolve casos de injúrias, assédio, ameaças, etc. Por fim, o *bullying* social, também conhecido como *bullying* relacional, inclui comportamentos como destruir relacionamentos, excluir socialmente alguém, colocar em causa reputações e *cyberbullying*.

No que respeita ao *bullying* relacionado com preconceitos e estereótipos, podemos distinguir o *bullying* homofóbico, o *bullying* racial, o *bullying* religioso/cultural, ou o *bullying* associado a grupos sociais particulares, nomeadamente com desvantagens (*e.g.*, handicaps físicos, cognitivos, etc). O *bullying* homofóbico é aquele que se relaciona com agressões fundamentadas em motivos relacionados com a orientação sexual; o *bullying* racial dá-se quando as agressões são baseadas na etnia; o *bullying* religioso/cultural acontece quando o abuso se desenrola decorrente das crenças religiosas ou práticas culturais da vítima; e o *bullying* associado a grupos sociais particulares é realizado a vítimas com necessidades educativas especiais ou com alguma deficiência física, mental ou sensorial. O *bullying* relacionado com preconceitos ou estereótipos é, na maioria das vezes, *bullying* verbal, sendo que o agressor adota linguagem ofensiva e discriminatória, contudo, não raras vezes, este passa a *bullying* físico (Fernandes & Seixas, 2012).

Relativamente à idade, os estudos realizados em vários anos de escolaridade, defendem que os comportamentos de *bullying* escolar atingem maior nível de gravidade no 3.º ciclo, sendo que a partir dessa fase tendem a diminuir, progressivamente (Carvalhosa &

Matos, 2002). Para Rigby e Slee (cit. in Sampson, 2009) este fenómeno tende a decrescer substancialmente após os 15 anos de idade, no caso dos rapazes, e a partir dos 14 anos de idade, no caso das raparigas. No que concerne ao género, Sampson (2009) revela que os rapazes têm maior tendência a serem agressores que as raparigas.

Concluimos que para a prática do *bullying* existem um conjunto de fatores-chave que têm obrigatoriamente de estar presentes e que diferenciam este fenómeno de outras formas de violência escolar. Este é um fenómeno transversal, que pode resultar na prática de distintos comportamentos, existindo por isso, uma multiplicidade de tipologias de *bullying* correspondentes (cf. Apêndice A).

### **1.5.1. Consequências do *bullying* escolar.**

Diversas organizações como a OMS, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), consideram que o *bullying* escolar é um fenómeno que afeta gravemente os estudantes (Almeida, 2012). Para Olweus (1993b) o *bullying* em contexto escolar tem repercussões muito graves, podendo afetar todos os intervenientes ao nível das suas capacidades emocionais, sociais e também profissionais.

No que respeita às vítimas de *bullying* escolar, estas “sofrem consequências que vão muito além da simples vergonha ou humilhação” (Sampson, 2009, p. 17). Muitas sofrem de alterações do sono, vômitos, anorexia, bulimia, ansiedade, agressividade (Neto, 2005), dores de estômago e de cabeça (UNESCO, 2019), mau rendimento escolar e resistência à escola (Fante, 2005; Neto, 2005). Segundo Fante e Pedra (2008):

“devemos pensar nos tipos de construções inconscientes de cadeias de pensamentos que estarão sendo construídas na memória da vítima e as suas implicações para o desenvolvimento da autoestima, da socialização e do aprendizado (...) por causa da forte carga emocional de constrangimento vivenciada” (p. 41).

Um estudo realizado por Johnson, Sidebottom e Thorpe (cit. in Sampson, 2009) concluiu que as vítimas adolescentes, depois de serem adultas, são mais propensas a terem filhos vitimizados.

No que concerne aos agressores, por adotarem comportamentos antissociais e terem dificuldades em autocontrolar-se (Pereira, 2002), possuem maior tendência para apresentarem comportamentos de risco, como o consumo de álcool, tabaco ou estupefacientes (Ramírez, 2001a), bem como uma maior probabilidade de desenvolver comportamentos delinquentes (Olweus, 1993b). A UNESCO (2019) no seu relatório sobre a situação mundial relativa à violência escolar e *bullying*, defende que “praticar o *bullying* na escola pode ser um fator de predição de futuro comportamento antissocial e criminoso” (p. 12).

Quanto às testemunhas, apesar de não serem intervenientes diretos no fenómeno, também sofrem consequências. Resultante da exposição aos comportamentos agressivos tidos pelos seus pares, estes alunos vivem muitas vezes num clima de medo e ansiedade, comprometendo o seu processo socioeducacional (Fante, 2005).

Todas estas consequências afetam gravemente os intervenientes a curto e a longo prazo (Salmivalli, 2005). Desta forma, é fundamental que se conceda a devida atenção ao fenómeno, pois a ausência de atuação por parte da comunidade escolar favorece a criação de “um terreno propício à sua difusão e produz um ambiente escolar caracterizado por um mau estar generalizado” (Costantini, 2004, p. 101).

### **1.5.2. Tipos de participantes no fenómeno de *bullying* escolar.**

Por norma, os intervenientes mais estudados no fenómeno do *bullying* escolar são os agressores e as vítimas. No entanto, existem outros participantes, como a vítima/agressor e a testemunha, que devem, similarmente, ser alvo de atenção (Berger, 2007). Decorrente dos perfis psicossociais, podem ainda surgir diferentes subtipos associados às categorias de intervenientes, conforme iremos expor de seguida.

A vítima é o indivíduo que é reiteradamente agredido por se demonstrar incapaz de acabar ou reagir aos ataques provenientes do agressor (Lopes, 2005). Vulgarmente, são indivíduos com baixa autoestima (Olweus, 1993b), pouco assertivos e com dificuldades de socialização (Schwartz, Dodge & Cole cit. in Sampson, 2009). Geralmente, as vítimas são escolhidas pelas suas características físicas ou psicológicas, que as diferenciam dos restantes alunos. A diferença, apresenta-se como pretexto para o agressor, podendo consubstanciar-se pelo facto de as vítimas possuírem uma religião ou etnia distinta, pela sua estatura, por terem problemas de saúde ou até pela indumentária que vestem (Ramírez, 2001a; UNESCO, 2019).

De acordo com Sampson (2009) muitas vítimas nunca chegam a denunciar o ocorrido aos professores ou aos pais, ficando os adultos sem conhecimento da existência destas situações de *bullying* escolar. O autor defende que a dificuldade em denunciar pode advir de um conjunto de fatores, dos quais se destacam o receio de retaliações, o medo que não acreditem na sua versão dos factos, a vergonha e a falta de confiança que possuem nos adultos.

Para Olweus (1998) e Martínez (2006) as vítimas distinguem-se entre vítimas submissas ou passivas e vítimas ativas ou provocadoras. As vítimas submissas ou passivas são as mais frequentes, caracterizando-se pela sua incapacidade de resposta às agressões de que são alvo. Comummente, são crianças introvertidas e com baixa autoestima. Para Matos *et al.* (2009) as vítimas passivas são “alvos fáceis já que não têm tendência a retaliar, apresentando, além disso, reações emocionais muito negativas em resposta aos atos agressivos, reforçando, assim, o comportamento dos agressores e aumentando a probabilidade de ocorrências futuras” (p. 31). Por outro lado, as vítimas ativas ou provocadoras caracterizam-se por uma combinação de padrões de resposta ansiosa e agressiva (Olweus, 1998; Martínez, 2006).

Os agressores são os indivíduos que agredem com a intenção de magoar, afetar ou humilhar a vítima (Berger, 2007), tendo uma grande necessidade de poder (Olweus, 1999). São indivíduos que se caracterizam por apresentar elevados níveis de agressividade, indisciplina e pouca capacidade de autocontrolo (Ramírez, 2001a), demonstrando baixa empatia e compreensão pelos pares, bem como poucos remorsos na sequência dos seus atos (Olweus, 1993a; 1993b).

Para Pereira (cit. in Melin & Pereira, 2016) “falar de agressores é falar de perfis diversificados. Ao procurarmos padronizar o perfil do agressor podemos não falar de todos os tipos existentes” (p. 180). Olweus (1993a; 1993b) distingue os agressores típicos dos agressores passivos ou seguidores. Os primeiros são aqueles que têm um modelo de reação agressiva; os segundos, apesar de não tomarem iniciativa na persecução das agressões, participam nela, demonstrando ser pessoas muito inseguras e ansiosas.

A vítima/agressor é um interveniente complexo, sendo um aluno que tanto pode ser vítima como agressor, dependendo do contexto em que se encontra (Bernstein & Watson, 1997). Segundo Lopes (2005), este tipo de interveniente, geralmente, adota comportamentos agressivos perante os colegas para desviar a atenção das suas próprias limitações, merecendo especial atenção.

As testemunhas ou observadores constituem os espectadores das situações de *bullying*. O seu comportamento possui um efeito determinante no modo como se desenrola e finaliza a situação. Na maioria das vezes as testemunhas nada fazem para travar o fenómeno. Para o seu silêncio contribuem um conjunto de fatores, designadamente o medo que têm do agressor, o desconhecimento de formas de ajudar as vítimas e a falta de confiança que possuem nas entidades responsáveis por gerir este problema social (Beane, 2011).

Apenas “distinguindo os diferentes protagonismos e ações dos seus intervenientes, é que se poderá conhecer a verdadeira arquitetura social deste problema e intervir mais eficazmente ao nível dos seus mecanismos de expansão e proliferação” (Melin & Pereira, 2016, p. 206). Saber qual o papel que cada um desempenha numa ocorrência de *bullying* escolar é fundamental para melhor agir, quer preventiva, quer repressivamente.

### **1.5.3. Fatores de risco associados ao *bullying* escolar.**

Existem inúmeros fatores de risco que propiciam a adoção por parte dos indivíduos de comportamentos inadequados ou negativos em diversos contextos (Reppold *et al.*, 2002). Também em contexto escolar, diversos autores apontam alguns fatores de risco como incentivadores ou inibidores do fenómeno do *bullying*.

Ramírez (2001b) destaca como fatores de risco do *bullying* escolar, os fatores biológicos, da personalidade, cognitivos e ambientais, estando estes últimos enquadrados na teoria do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (Custódio, 2016), já aqui mencionada.

Quanto aos fatores biológicos, estes assentam numa tendência biológica para a agressividade (Ramírez, 2001b). As desordens psicológicas que um indivíduo possui afetam os comportamentos adotados por este (Beane, 1999), por isso, indivíduos com perturbações de comportamento têm maior probabilidade de serem agressores, bem como pessoas mais impulsivas e extrovertidas (Olweus, 1995).

No que concerne aos fatores da personalidade, Ramírez (2001b) defende que indivíduos que demonstram satisfação com a subjugação dos outros ou uma despreocupação evidente com estes, têm maior probabilidade de serem *bullies*.

Relativamente aos fatores cognitivos, alunos com incapacidade de elaborar respostas alternativas quando surgem problemas, possivelmente irão adotar comportamentos agressivos face aos mesmos (Ramírez, 2001b).

Os fatores ambientais relacionam-se com o contexto circundante em que o aluno se insere. Segundo Beane (2011) “tanto os *bullies* como as vítimas são produtos da nossa sociedade e são reflexo da qualidade das nossas famílias, escolas e comunidade” (p. 41). Para Neto (2005) “o modelo do mundo exterior é reproduzido nas escolas” (p. 166), sendo que os alunos adotam comportamentos conforme as vivências próprias que vão tendo noutros ambientes.

Em relação aos fatores ambientais, Ramírez (2001b) destaca o papel da família como determinante. Também Steinberg (cit. in Reppold *et al.*, 2002) considera a família um dos fatores que mais influencia, sendo esta “responsável pelo processo de socialização da criança” (p. 13). Segundo Olweus (1993b), uma baixa presença ou atenção dada pelos progenitores, uma fraca coesão familiar ou a existência de famílias monoparentais, aumentam a probabilidade de envolvimento em situações de *bullying* escolar.

Também Fernandes e Seixas (2012), à semelhança de Ramírez (2001b), destacam alguns fatores de risco associados ao *bullying* escolar. Para estes autores os fatores pessoais, familiares, escolares e sociais são influenciadores.

No tocante aos fatores pessoais, estes relacionam-se com os estilos interativos e comportamentais, a empatia (ou falta dela) em relação aos pares, bem como a motivação subjacente à agressão (*e.g.*, necessidade de atenção; desejo de controlo) (Fernandes & Seixas, 2012).

Quanto aos fatores familiares, Fernandes e Seixas (2012) destacam a importância dos estilos educativos adotados e a supervisão dos familiares. Crianças com famílias pouco afetuosas, excessiva permissividade, bem como “a ausência de modelos educativos baseados em valores como a solidariedade, a cooperação, a tolerância e o respeito pelas diferenças” (Fernandes & Seixas, 2012, p. 98) têm maior probabilidade de ser *bullies*.

Relativamente aos fatores escolares, o ambiente em contexto escolar é um fator preponderante. Assim, a existência de um clima “tolerante, acolhedor e atento às necessidades dos alunos” (Fernandes & Seixas, 2012, p.66) é fundamental, dificultando o surgimento de *bullying* escolar.

Os fatores sociais relacionam-se com os valores existentes em sociedade. Assim, quando subsistem ideais de respeito, tolerância e solidariedade existe menos probabilidade de aparecimento deste tipo de fenómeno. Por outro lado, se o indivíduo vivenciar contextos violentos e de desrespeito, tem maior probabilidade de reproduzir comportamentos agressivos na escola (Fernandes & Seixas, 2012).

Concluímos que, existem fatores de risco que aumentam a probabilidade de um aluno se tornar um *bully*, podendo estes resultar de uma predisposição para a agressividade ou, acima de tudo, resultar de todo o contexto vivenciado ao longo do seu desenvolvimento individual. A importância de conhecermos e compreendermos estes fatores é absolutamente prioritária, pois conhecer as origens do problema auxilia no processo de intervenção.

#### **1.5.4. Situação mundial e nacional do *bullying* escolar.**

De acordo com o relatório respeitante à situação mundial da violência escolar e *bullying* escolar elaborado pela UNESCO, estima-se que, anualmente, 246 milhões de crianças sofrem algum tipo de violência. Os dados provenientes da Europa, dos EUA e Australásia<sup>1</sup> sugerem que, em contexto escolar, o *bullying* é o fenómeno que mais ocorre entre os alunos. No que concerne à situação nacional, o referido relatório apresenta uma visão abrangente e atualizada da prevalência do *bullying*, verificando que 39% dos alunos são vítimas deste fenómeno (UNESCO, 2019).

O U-Report do UNICEF, conjuntamente com o representante especial do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizou um estudo sobre a violência contra crianças, no qual estiveram envolvidos 100 mil alunos de 18 países diferentes. Destes, dois terços dos indivíduos visados, afirmavam ter sido vítimas de *bullying* escolar (UNESCO, 2019).

A nível nacional existem alguns estudos neste âmbito que permitem perceber melhor a abrangência do fenómeno. Um dos primeiros estudos foi realizado por Pereira *et al.* (1996) a 6197 alunos do 1.º e 2.º ciclos. Com a realização deste estudo concluiu-se que, em casos de *bullying* escolar, o tipo de comportamento mais frequente na altura era o insulto, consubstanciando mais de 50% dos casos. Através deste estudo concluiu-se também que 78% dos alunos identificavam os recreios como os locais onde os casos de *bullying* ocorriam maioritariamente. Almeida (cit. in Pereira, 2008), em 1999, na cidade de Braga, através da realização de outro estudo a 6200 estudantes, constatou que destes, 20% eram agressores e 15% vítimas.

---

<sup>1</sup> Esta designação foi concebida em 1756 e abrange a Nova Zelândia, a Austrália, algumas ilhas da Indonésia e a Nova Guiné (Brosses, 2009).

Carvalhosa e Matos (2005) realizaram ainda dois estudos sobre o fenómeno em 1998 e em 2002, a 6903 e 6131 alunos, respetivamente. No primeiro estudo realizado concluíram que 57,5% dos participantes já tinham estado envolvidos em situações de *bullying*; no segundo estudo, elaborado nos mesmos moldes, apuraram que o valor apontava para 58,7%. Os valores obtidos sugerem alguma estabilidade no período em referência, no que respeita à incidência do *bullying* em contexto escolar.

O relatório anual da APAV de 2017 identificou 113 casos de *bullying*. No que respeita às vítimas, foram identificadas 107 pessoas, das quais 48,6% eram alunos. Destes, 14% estavam no 1.º ciclo, 13,1% estavam no 2.º ciclo e 15,9% estavam no 3.º ciclo. No relatório anual da APAV de 2018 foram identificados 86 casos de *bullying* e no relatório anual da APAV de 2019 foram registados 150 casos, não existindo dados apresentados sobre o número de vítimas, nem de agressores.

Gostariamos ainda de referir o “Plano B – Programa de Prevenção do *Bullying*”, da iniciativa da “Associação Plano i para a igualdade e inclusão” e com financiamento da Direção-Geral da Saúde, criado com o fim de prevenir e combater todas as formas de *bullying* e de violência interpessoal. O referido programa encontra-se a ser implementado ao longo do presente ano, abrangendo um total de 40 turmas, de alunos dos 2.º e 3.º ciclos, dos municípios do Porto, Matosinhos e Figueira da Foz. O programa pretende, através da realização de um inquérito, estabelecer uma tipologia do *bullying* no país.

Também o Ministério da Educação (ME) lançou o “Plano de Prevenção e Combate ao *Bullying* e ao *Cyberbullying*” nas escolas, que tem associado a si um plano mais específico “Escola Sem *Bullying*. Escola Sem Violência.”, implementado no ano letivo 2019/2020. Este plano tem como objetivo sensibilizar para a diversidade de comportamentos agressivos, contribuir para a identificação de sinais de alerta e constituir-se como um auxiliar de apoio às escolas, com vista à utilização de diferentes abordagens de prevenção e intervenção. Para este programa, à semelhança do anterior, não existem ainda resultados publicados.

Em síntese, concluímos que são inúmeros os estudos produzidos até ao momento, capazes de dar a conhecer a dimensão do *bullying* escolar. Estas investigações contribuem para aumentar o conhecimento sobre este problema e permitem às diferentes entidades que atuam neste âmbito conhecê-lo melhor.



## CAPÍTULO II: A PSP PERANTE O *BULLYING* ESCOLAR

### 2.1. ABORDAGENS E PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO

No âmbito dos programas de atuação face ao *bullying* escolar podemos distinguir duas principais abordagens – a abordagem de cariz preventivo e a abordagem de cariz interventivo. A abordagem de cariz preventivo, também conhecida como intervenção primária, tem como fim “reduzir a probabilidade de os alunos evidenciarem comportamentos perturbadores, agressivos ou violentos e, nessa medida, procuram antecipar a emergência de um fenómeno particular” (Fernandes & Seixas, 2012, pp. 67-68), melhorando o clima e a cultura escolares, minimizando ou eliminando os fatores que facilitam a ocorrência de casos de *bullying* e potenciando o desenvolvimento de competências pró-sociais de interação interpessoal (Fernandes & Seixas, 2012).

De acordo com Fernandes & Seixas (2012) as abordagens de cariz interventivo, isto é, ao nível de uma intervenção secundária ou terciária, têm com objetivo minimizar a possibilidade de ocorrência de comportamentos violentos por parte de alunos “que apresentam fatores de risco associados ou que exibem sinais de desordens ou problemáticas, ou com alguns sintomas emergentes de agressividade ou de vitimização” (p. 68). Estas abordagens, têm também como fim, evitar uma escalada do nível de severidade para indivíduos que já se encontram referenciados por terem estado envolvidos em situações de comportamentos agressivos ou violentos. Na figura infra apresentamos alguns exemplos de finalidades de práticas de cariz preventivo e interventivo.

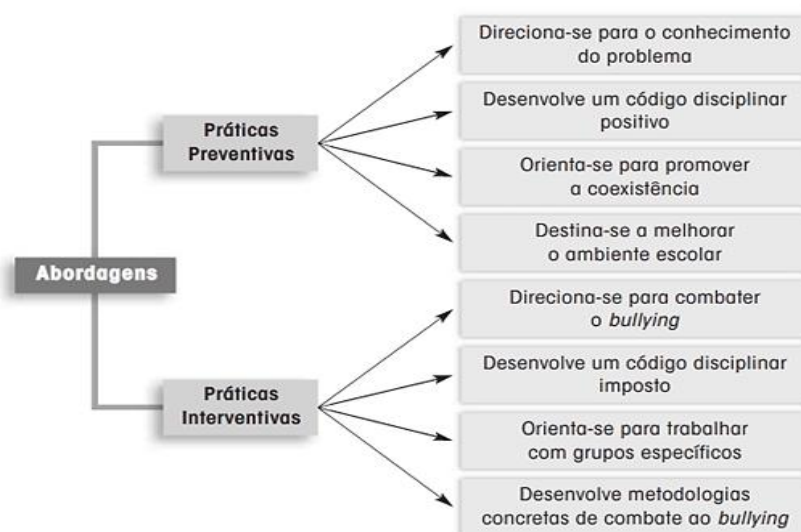


Figura 3 - Abordagens preventivas e interventivas (Fernandes & Seixas, 2012)

A melhor estratégia de atuação perante o *bullying* é combinar práticas preventivas e interventivas, através da colaboração entre diferentes membros da comunidade escolar (Fernandes & Seixas, 2012). Segundo Fante (2005) “diversas pesquisas e programas de intervenção *antibullying* têm vindo a desenvolver-se na Europa e na América do Norte, visando principalmente conscientizar toda a comunidade escolar sobre o fenómeno e sensibilizá-la” (p.82).

Neste âmbito destacamos um dos primeiros programas de intervenção concretizados para atuar perante o *bullying* escolar – o *Olweus Bullying Prevention Program* – aplicado na Noruega, no início dos anos 80, a 2500 alunos. Este programa foi criado com o fim de minimizar as oportunidades e recompensas associadas ao *bullying*, reestruturar o ambiente escolar e prevenir o fenómeno (Fernandes & Seixas, 2012).

O programa permitiu intervir ao nível da escola, da turma e do indivíduo. Ao nível da escola foram aplicados questionários para perceber a prevalência do *bullying* escolar; foi dada formação a membros da comunidade escolar; foi criado um sistema de supervisão dos alunos em colaboração com diversas entidades; foram envolvidas as famílias dos estudantes daquela escola; e foram implementadas medidas disciplinares contra o *bullying* escolar. Ao nível de turma foram realizados encontros com os alunos. Ao nível individual privilegiaram-se as intervenções com os intervenientes em casos de *bullying* escolar e os respetivos pais e encarregados de educação (Fernandes & Seixas, 2012).

Com a implementação deste programa houve uma redução de autorelatos de *bullying* e de vitimização em cerca de 50%, uma melhoria do clima na sala de aula, maior satisfação com o trabalho escolar e relacionamentos sociais mais positivos (Olweus, Limber & Mihalic, 1999 cit. in Fernandes & Seixas, 2012).

### **2.1.1. Intervenções em toda a comunidade escolar**

As intervenções direcionadas para toda a comunidade escolar – *Whole School Approach* – têm como fim prevenir e combater o *bullying* escolar e incluem, tendencialmente, quatro fases: diagnóstico e consciencialização, implementação, monitorização e avaliação (Fernandes & Seixas, 2012).

Segundo Fernandes e Seixas (2012) o diagnóstico da situação, visa perceber a natureza, extensão e alguns fatores sobre o *bullying* naquela escola. Posto isto, é essencial “aumentar a consciência para o fenómeno e o reconhecimento generalizado do *bullying* como um problema sério no seio da comunidade escolar” (p. 81).

Segue-se a fase da implementação dos programas de intervenção, que deve ser realizada de forma consistente e coordenada por toda a comunidade escolar, devendo ser por isso dada formação aos elementos da mesma. A implementação de medidas punitivas é igualmente essencial, pois as situações de *bullying* ocorrem com mais frequência em escolas com poucas regras e onde existe falta de consciência e sensibilização para o *bullying* (Fernandes & Seixas, 2012).

A monitorização é fundamental, pois permite que exista um acompanhamento constante de todo o processo interventivo. Por fim, a fase da avaliação, realiza-se a fim de perceber quais os resultados obtidos, isto é, se a intervenção foi bem-sucedida, bem como para obter informações sobre aspetos a melhorar (Fernandes & Seixas, 2012).

### **2.1.2. Projeto *Bullying in Schools*.**

No âmbito do acordo de cooperação n.º 99-CK-WX-K004 do “Office of Community Oriented Policing Services”, do U.S. Department of Justice, foram criados guias para problemas específicos, que permitem auxiliar a polícia a tomar decisões sobre um problema identificado. Apesar de estes guias serem realizados com base em respostas adotadas por departamentos de polícia nos EUA, no Reino Unido, no Canadá, na Austrália, na Nova Zelândia, na Holanda e na Escandinávia, “num mundo que, cada vez mais, se encontra interligado, torna-se importante que as polícias tomem conhecimento dos estudos e das práticas de sucesso que são feitas além das fronteiras do seu próprio país” (Sampson, 2009, pp. 5-6).

Desta forma, apresentamos algumas das medidas propostas por Sampson (2009), no guia n.º 12, com o título “*Bullying in Schools*”, que permitem a adoção de uma estratégia eficaz (cf. Apêndice B). A polícia, por si só, é incapaz de implementar a maioria das respostas apresentadas nos guias, devendo implementá-las em parceria com outras entidades, investindo consideráveis esforços para que essas respostas resultem. Sendo o *bullying* escolar uma nova preocupação em contexto escolar, “a polícia terá que assumir a responsabilidade de ajudar os responsáveis escolares a garantir a segurança da população escolar” (Sampson, 2009, p. 9).

## 2.2. O PROGRAMA ESCOLA SEGURA

Com o agravamento das notícias relativas a atos de vandalismo e de delinquência juvenil nos finais dos anos 80 (Silva, 2008) e consequente aumento da pressão sobre o poder político, surgiu em 1984, o Gabinete de Segurança do Ministério da Educação, passando-se a atribuir mais atenção aos problemas de violência nas escolas (Salgado, 2016).

Em 1992, o Ministério da Administração Interna (MAI) e o ME estabeleceram um Protocolo que permitiu aumentar as medidas de segurança junto das escolas onde se verificavam mais problemas, mas limitadas à presença de um Agente da PSP ou Militar da Guarda Nacional Republicana (GNR) na porta principal do estabelecimento de ensino. Esta medida foi acompanhada do recrutamento de vigilantes (muitos deles ex-funcionários da PSP ou da GNR) para o interior dos estabelecimentos escolares.

Com o decorrer dos anos o número de escolas sinalizadas e os recursos policiais empregues foram aumentando (Salgado, 2016) e assim, aquele que começou por ser um projeto-piloto, passou a ter uma abrangência cada vez maior, mas com resultados limitados em face dos problemas de segurança da comunidade, muitos deles traduzidos em ocorrências na periferia dos estabelecimentos escolares e, em particular, nos trajetos utilizados pelos alunos para chegarem até à escola (David, 2014). Em 1996, surge formalmente o PES como instrumento de promoção de uma cultura de segurança em contexto escolar, através do Despacho do MAI n.º 54/96, de 21 de outubro.

Dez anos depois, após serem detetadas fragilidades na operacionalização do Programa (Salgado, 2016), foi publicado o Despacho n.º 25650/2006, de 19 dezembro, atualmente revogado pelo Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro, que aprova o Regulamento do Programa Escola Segura. Segundo o art.º 2.º do referido Despacho “o Programa visa garantir a segurança no meio escolar e no meio envolvente, através da prevenção de comportamentos de risco e da redução de atos geradores de insegurança em meio escolar”.

A Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio da DNPSP, cria o PIPP na PSP, como forma de integrar diversos programas que até à data haviam sido estabelecidos, mas que se encontravam de forma espartilhada (Elias, 2007). É também através desta Diretiva que são concebidas as EPES e traçados diversos objetivos estratégicos, dos quais se destacam a monitorização dos fenómenos de violência, de comportamentos de risco e de incivildades nas escolas.

Passadas duas décadas desde a criação do PES, “as questões de violência escolar têm sido objeto de crescente visibilidade social e mediática” (Sebastião *et al.* cit. in Salgado, 2016, p. 2), sendo o PES “uma iniciativa de sucesso que se encontra institucionalizada junto das forças de segurança e da sociedade civil” (Oliveira, 2006, p. 300) que permite maior proximidade e visibilidade junto das populações (Ochoa, 2016).

### 2.3. A PSP PERANTE O *BULLYING* ESCOLAR

Apesar de reconhecermos que para atuar perante o *bullying* escolar é necessário um esforço conjunto por parte de diferentes membros, que atuam a diferentes níveis (Fernandes & Seixas, 2012), na presente investigação focar-nos-emos no papel da PSP. O plano “Escola Sem *Bullying*. Escola Sem Violência.” contém um organograma (Anexo A), que atribui um papel interventivo aos polícias afetos ao PES, quer seja através da realização de ações de sensibilização, quer seja quando o fenómeno já se consumou.

Regra geral, o contacto que a PSP tem com o aluno em contexto escolar resulta da implementação do PES, não se encontrando por isso na primeira linha de contacto diário. Muitas vezes as EPES têm conhecimento que alguma criança está envolvida numa situação de *bullying* por intermédio de outros membros da comunidade escolar (*e.g.*, professores, auxiliares, alunos), não obstante os polícias do PES também se encontram a um nível muito próximo, constituindo-se, similarmente, como entidades capazes de detetar a situação.

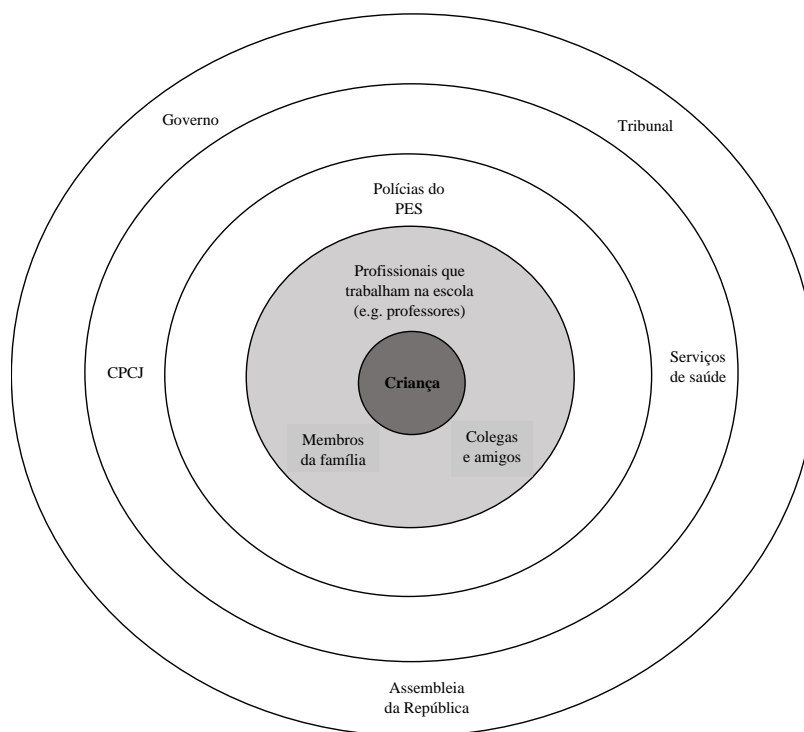


Figura 4 - Níveis de contacto com a criança. Elaboração própria.

A Figura 4 permite perceber que a interação entre a criança, colocada ao centro, é direta com os seus colegas e amigos, membros da família e profissionais que trabalham na escola, sendo que estas relações existentes são vivenciadas a um nível imediato. Por outro lado, percebe-se que os polícias afetos ao PES (que se identifica aqui como um recurso mesossistémico) se encontram a um outro nível, mais afastado da criança, pois o contacto existente é menor, contudo mais próximo quando comparado com outras entidades (*e.g.* CPCJ; Serviços de Saúde, ambos recursos exossistémicos). Esta figura foi inspirada no modelo de Bronfenbrenner (1979), de forma a perceber os atores sociais que atuam a um nível micro, meso, exo e macro.

Quando a PSP tem conhecimento que um aluno menor está envolvido num caso de *bullying*, considera-se que está numa situação de perigo, podendo-se verifica o disposto nas alíneas f) ou g) do art.º 3, n.º 2, alínea f) da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), conforme o papel que desempenham no fenómeno.

A PSP assume duas funções essenciais na aplicação da LPCJP - a função social e a função jurídica (Paulo, 2010). No que respeita à sua função social, esta constitui-se como Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), segundo o art.º 7.º da LPCJP. No que concerne à função jurídica, a PSP é um Órgão de Polícia Criminal (OPC) que, de acordo com o art.º 11.º, n.º 1, alínea a) da LOPSP, tem o dever de informar e coadjuvar as autoridades judiciais sobre os crimes que conhece e estejam associados a situações de perigo.

O art.º 6.º da LPCJP, em conformidade com o princípio da subsidiariedade, define que a intervenção deve ser efetuada primeiramente ao nível das ECMIJ, apenas passando para o nível seguinte (*e.g.* CPCJ e/ou Tribunais) quando existe incapacidade destas em solucionar a situação. Todavia, o art.º 71.º da LPCJP dispõe que “as comunicações previstas nos artigos anteriores não determinam a cessação da intervenção das entidades e instituições”. Segundo Paulo (2010), para garantir que nenhuma entidade considera que a sua intervenção se esgota com a mera comunicação da situação, estas devem acompanhar o caso *a posteriori*, recolhendo informações para confirmar ou não a situação de perigo.

A atuação da PSP perante o fenómeno deve acontecer com a maior brevidade possível, pois segundo Fante (2008) a gravidade do *bullying* está relacionada com a sua continuidade, causando às vítimas sensações de abandono e aos agressores um sentimento de impunidade e poder.

## 2.4. LEGISLAÇÃO PORTUGUESA RESPEITANTE AO *BULLYING* ESCOLAR

O *bullying* escolar é um fenómeno que inclui em si diversos comportamentos, sendo que alguns deles se encontram tipificados criminalmente, enquanto outros podem apenas ser considerados incivildades. Em ambas as situações os agressores estão sujeitos a sanções previstas em diversos diplomas.

Apesar de países alguns países já possuírem legislação específica para o *bullying* escolar, Portugal não possui qualquer legislação específica que regulamente o seu combate. Legislativamente, o mais próximo que se conseguiu alcançar relativamente à temática do *bullying* foi a proposta de lei para a criminalização da violência escolar em Portugal, através da Proposta de Lei 46/ XI/2.<sup>a</sup>.

A Proposta de Lei 46/ XI/2<sup>a</sup> caducou, sendo que foram díspares as opiniões relativas a este diploma. Alguns autores concordaram com a criação do crime penal de violência escolar, enquanto que outros apontaram diversas críticas a esta Proposta de Lei.

Castro (2011) considerou que a lei portuguesa já possuía as competências necessárias para conseguir lidar com o *bullying*, defendendo ainda que é a comunidade educativa que tem maior importância e capacidade para intervir satisfatoriamente. O autor acrescentou ainda que a Proposta de Lei é demasiado generalista, o que gera imprecisão, pois o crime que ela cria tem pouca conexão com a definição de *bullying*. Sendo o *bullying* escolar um fenómeno que se caracteriza pela reiteração de atos praticados e pela existência de uma vítima que se encontra numa situação de maior fragilidade, a proposta de criminalização da violência escolar não se pode aplicar a este fenómeno, visto que não contempla esses fatores-chave. Ventura (2016), por outro lado, afirmou que “embora alguns comportamentos se possam enquadrar já em tipos legais de crime já existentes” (p. 25) a criação um tipo legal específico era essencial, pois a violência escolar abarca atos como micro agressões diárias e agressões indiretas que, isoladamente, não têm qualquer valor penal.

Apesar de atualmente não existir nenhuma criminalização específica para o *bullying* escolar, sabemos que para este fenómeno podem concorrer inúmeros outros crimes. O *bullying* direto pode incluir crimes contra a integridade física (*e.g.*, crime de ofensa à integridade física simples previsto no art.º 143.º do Código Penal Português (CP); crime de ofensa à integridade física grave previsto no art.º 144.º do CP), crimes contra a honra (*e.g.*, crime de injúria consagrado no art.º 181.º do CP), crimes contra a liberdade pessoal (*e.g.*, crime de ameaça previsto no art.º 153.º do CP; crime de coação consagrado no art.º 154.º) e

crimes contra a propriedade (*e.g.*, crime de furto conforme art.º 203.º do CP). No caso do *bullying* indireto podem-se também incluir crimes contra a honra (*e.g.*, crime de difamação previsto no art.º 180.º do CP), bem como os crimes contra outros bens jurídicos pessoais (*e.g.* crime de gravações e fotografias ilícitas consagrado no art.º 199.º do CP)<sup>2</sup>.

A PSP, perante a falta de um diploma legal que tipifique o *bullying*, deve socorrer-se dos normativos existentes, nomeadamente a LPCJP, a Lei Tutelar Educativa (LTE) e o Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes. Também as escolas possuem diplomas que as permitem atuar quando os casos são de menor gravidade, como é o caso do Novo Estatuto do Aluno. De seguida abordaremos estes diplomas, sendo certo que a sua aplicação irá sempre variar conforme cada situação.

#### **2.4.1. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.**

A LPCJP consagra medidas para crianças que cometem ilícitos até aos 12 anos, bem como para menores de idade que assumem comportamentos desajustados a um normal processo de crescimento e de integração social.

De acordo com Delgado (2006) a finalidade das medidas de promoção e proteção é “cessar a situação de perigo; garantir as condições necessárias para o desenvolvimento integral da criança ou do jovem, e assegurar a recuperação das crianças que tenham sido alvo de alguma forma de exploração ou abuso” (p. 149). Percebemos assim que as medidas de previstas na LPCJP pretendem ter um papel mais preventivo do que repressivo, de forma a que os menores estejam devidamente protegidos e integrados e a evitar o desvio, os comportamentos delinquentes ou eventuais reincidências. Com estas medidas, o Estado atua especificamente na prevenção de um tipo de criminalidade a curto prazo, não obstante a aplicação das medidas pode contribuir para a diminuição da criminalidade a longo prazo.

De acordo com o art.º 4.º da LPCJP a intervenção no menor deve atender prioritariamente aos seus interesses e direitos. O art.º 6.º da LPCJP defende que a referida intervenção incumbe às ECMIJ, à CPCJ e aos Tribunais. A intervenção policial ocorre para comunicar às ECMIJ e às CPCJ as situações de perigo que conheça no exercício das suas funções, conforme prevê o art.º 64.º. A PSP, pelo art.º 13.º n.º 1 da LPCJP, tem o dever de colaborar com as CPCJ no exercício das suas atribuições. Esta colaboração pode

---

<sup>2</sup> No que respeita ao *cyberbullying* destacamos ainda a Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro, Lei do Cibercrime, diploma a nível nacional que permitiu suprimir uma lacuna existente até 2009 ao consagrar os crimes informáticos e os crimes cometidos por meio informático.



apresentar-se das mais variadas formas, nomeadamente na recolha e na disponibilização de informações relativas ao menor. A intervenção policial pode ser requerida por qualquer pessoa que tenha conhecimento da situação de perigo, sendo que, a partir do momento que a PSP tem conhecimento dos factos procede ao estudo sumário da situação e proporciona a proteção compatível com as suas atribuições. Desta forma, conforme o art.º 66.º da LPCJP.

#### **2.4.2. Lei Tutelar Educativa.**

Apesar de um menor de 16 anos ser considerado inimputável, não lhe podendo ser aplicada uma sanção penal, inimputabilidade não significa irresponsabilidade, estando estes indivíduos sujeitos à aplicação de outras medidas previstas noutros diplomas legais. A LTE é um exemplo de um desses diplomas, aplicando-se quando um indivíduo com idade compreendida entre os 12 e 16 anos (exclusive) pratica um facto tipificado pela lei como crime. A partir dos 12 anos, dá-se início a um novo estadio no desenvolvimento pessoal do indivíduo, considerando-se que a partir dessa idade já existe maturidade suficiente para compreender o sentido da intervenção (Rodrigues, 1997), existindo a possibilidade de aplicação de uma medida tutelar educativa.

De acordo com as disposições dos artigos 72.º, n.º 4 e art.º 73.º, n.º 1 e 2 da LTE, quando um OPC recebe uma denúncia sobre um menor com idade igual ou superior a 12 anos e inferior a 16 anos que praticou factos tipificados pela lei como crime, deverá comunicar, no mais curto prazo, ao Ministério Público (MP) e/ou ao Tribunal de Família ou Tribunal de Comarca, bem como simultaneamente dar conhecimento à CPCJ. Durante a fase de inquérito, segundo o art.º 74.º do referido diploma, o MP é assistido por um OPC, tendo por isso a PSP um papel relevante na procura de informações sobre o jovem visado.

A LTE prevê no art.º 4.º diversas medidas institucionais ou não institucionais que podem ser aplicadas. Segundo o art.º 5.º, as medidas tutelares educativas podem ser aplicadas até o indivíduo perfazer os 21 anos, data em que cessam. Um jovem alvo de medidas tutelares educativas, ao fazer os 16 anos, pode passar a ser julgado por um Tribunal Penal pelo crime cometido e condenado a sanção penal *stricto sensu*, sendo que a aplicação da sanção penal não invalida o facto do jovem continuar a cumprir com a medida tutelar educativa (Martins & Simões, 2019). Apesar de uma medida tutelar educativa poder ser aplicada simultaneamente com uma sanção penal, estas destinam-se a fins diferentes, pois as medidas tutelares educativas têm um fim educativo ou reeducativo (Carvalho cit. in Martins & Simões, 2019).

Para aplicar os diplomas abordados até ao momento (LPCJP e LTE) devem as EPES adotar um conjunto de procedimentos, como a realização de expediente e o seu encaminhamento (cf. Apêndice C).

#### **2.4.3. Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes.**

Segundo os art.º 19.º e 20.º do CP, a partir dos 16 anos, salvo se padecer de anomalia psíquica, um indivíduo é considerado imputável. Contudo o art.º 9.º do CP determina que “aos maiores de 16 anos e menores de 21 são aplicáveis normas fixadas em legislação especial”. Existe no ordenamento jurídico português o Decreto-lei n.º 401/82, de 23 de setembro que “institui o regime aplicável em matéria penal aos jovens com idade compreendida entre os 16 e os 21 anos” e que defende que jovens imputáveis com idades compreendidas entre os 16 e os 21 são alvo de um tratamento penal especializado. Este diploma permite uma maior flexibilidade na aplicação de medidas de correção (*e.g.*, admoestação; multas) e na possibilidade de atenuação de penas de prisão.

#### **2.4.4. Novo Estatuto do Aluno.**

Aliado à aplicação dos diplomas mencionados anteriormente, está o Novo Estatuto do Aluno, Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro, que prevê um conjunto de deveres do aluno. Destes deveres, destaca-se o previsto na alínea i) do art.º 10.º, que determina que o aluno deve “respeitar a integridade física e psicológica de todos os membros da comunidade educativa, não praticando quaisquer atos, designadamente violentos (...) que atentem contra a integridade física, moral ou patrimonial dos professores, pessoal não docente e alunos”.

O incumprimento dos deveres previstos faz incorrer o seu autor em infração disciplinar e na eventual aplicação de medidas disciplinares corretivas (previstas no art.º 26.º) ou de medidas disciplinares sancionatórias (previstas no art.º 28.º). O Novo Estatuto do Aluno prevê ainda a possível responsabilização dos pais e/ou encarregados de educação dos alunos que adotam comportamentos considerados desviantes, sendo por isso uma base útil a utilizar perante casos de *bullying* escolar.

### CAPÍTULO III: MÉTODO

O método constitui uma parte obrigatória de uma investigação científica (Carvalho, 2009), sendo que a sua utilização possui diversas vantagens, das quais se destacam “a sistematização dos dados, a credibilidade dos resultados e a aceitabilidade pela comunidade científica” (Santos & Lima, 2016, p. 14). O método, segundo Santo (2015), “é um caminho de investigação apropriado e validado face a objetivos, meios, resultados esperados da mesma e contexto de implementação” (p.13), e por isso, de acordo com Bell (2010), varia conforme a natureza da investigação e o que pretendemos obter.

Na nossa investigação, fizemos recurso à denominada “triangulação metodológica” (Sousa & Baptista, 2014, p. 63), com o objetivo de adotar “uma estratégia de pesquisa que emprega mais do que um tipo de método de pesquisa” (Brannen, 2005, p. 4). Assim, utilizamos tanto o método qualitativo como o método quantitativo, procurando um maior enriquecimento do estudo (Bryman, 2012).

Quanto aos objetivos da nossa investigação, consideramos que se trata de um estudo exploratório-descritivo, pois em primeiro lugar realizamos a exploração de conceitos-chave e, de seguida, descobrimos novos conceitos no âmbito do tema (Duhomel & Fortin, 2009).

No que respeita à natureza da investigação, pode-se considerar que é aplicada, visto ter como fim gerar conhecimentos relevantes, que posteriormente terão uma aplicação prática (Silva & Menezes, 2001). Neste caso em concreto, tem aplicação e relevância para a PSP, na medida em que serão apresentados alguns dos comportamentos adotados por parte dos *bullies*, bem como será apresentado um referencial de atuação que permitirá aos polícias das EPES saber atuar perante um caso de *bullying* escolar.

#### 3.1. MÉTODO QUALITATIVO

O método qualitativo procura “maior profundidade, onde o objetivo é descrever, aumentar a compreensão de fenómenos e desenvolver teoria” (Neves & Guerra, 2015, p. 72). De acordo com Fortin (2009) através deste método o investigador “observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los” (p.32), conseguindo “recolher e refletir sobretudo aspetos enraizados, menos imediatos” (Santo, 2015, p.27). A abordagem qualitativa utilizada para a presente investigação, que permite uma compreensão mais clara do problema em estudo, suportou-se na exploração da informação propiciada pela realização de entrevistas.

### **3.1.1. Caracterização dos participantes.**

Segundo Quivy e Campenhoudt (2005) “o que caracteriza os sociólogos é estudarem os conjuntos sociais (...) enquanto totalidades diferentes da soma das suas partes (...) [não esquecendo que] as informações úteis, muitas vezes, só podem ser obtidas junto de elementos que constituem o conjunto” (p. 159). Com isto, destacamos a heterogeneidade da nossa amostra, escolhida através da técnica não probabilística de amostragem por seleção racional, que se baseia na seleção “de determinados sujeitos em função de características típicas” (Freixo cit. in Dias, 2013, p. 57).

As pessoas que compõem a nossa amostra foram selecionadas por conveniência, constituindo um total de 11 entrevistados, dos quais 5 são informantes externos à PSP, designadamente 5 psicólogos da Clínica PIN (Progresso Infantil) que participaram no Programa Apoio Personalizado e Proteção na Infância (APPI)<sup>3</sup> e os outros 6 são informantes internos à PSP, nomeadamente 6 polícias, de diferentes categorias.

Os entrevistados que se disponibilizaram a participar no presente estudo, apresentam uma amostra constituída por 5 mulheres e 6 homens. O leque etário varia entre os 34 e os 55 anos e, no que respeita ao tempo de experiência na área, varia entre os 4 e os 20 anos.

Em relação aos entrevistados externos à instituição, os psicólogos da Clínica PIN, não foi possível chegar ao número de entrevistados desejável e previsto inicialmente, visto que “todos os investigadores dependem da boa vontade e disponibilidade dos indivíduos” (Bell, 2010, p.127).

A nossa amostra de entrevistados externos à PSP, isto é de psicólogos, é constituída por 3 mulheres e 2 homens. O leque etário encontra-se entre os 37 e os 42 anos, sendo que o tempo de experiência profissional na área (exercício da profissão em contacto diário com menores de idade) varia entre os 12 e os 20 anos (cf. Tabela 1 do Apêndice D).

Relativamente à amostra dos polícias, procurou-se seleccionar os indivíduos tendo em conta os cargos ocupados ao longo da sua carreira profissional, cujo desempenho esteja intrinsecamente relacionado com a temática em apreço. Dos entrevistados, 2 são da carreira de Oficial de Polícia, da categoria de Comissário, 2 da carreira de Chefe de Polícia, 1 da

---

<sup>3</sup> É um projeto-piloto que visa desenvolver um modelo de resposta articulada para casos de comportamentos de risco ou gravemente violadores dos deveres do aluno, desenvolvido pelas EPES, pelo PIN e por algumas escolas EB1, sob coordenação do ME.

categoria de Chefe e 1 da categoria de Chefe Principal e 2 são da carreira de Agente, da categoria de Agente.

Desta amostra 4 polícias possuem o Curso de Intervenção Policial com Menores (CIPM)<sup>4</sup> e encontram-se atualmente a desempenhar funções no PES (os dois polícias da carreira de Chefes e os 2 polícias da carreira de Agentes). Dos outros 2 polícias (da carreira de Oficial), 1 dos entrevistados encontra-se a exercer funções na Divisão de Prevenção Pública e Proximidade (DPPP) do Departamento de Operações da DNPS e o outro entrevistado exerce o cargo de Adjunto do Núcleo de Operações do COMETLIS.

Destes entrevistados, 2 são mulheres e 4 homens. A faixa etária varia entre os 34 e os 55 anos e, no que concerne ao tempo de experiência profissional dos entrevistados na área (no MIPP), este varia entre os 4 e os 14 anos (cf. Tabela 2 do Apêndice D).

### **3.1.2. *Corpus*.**

Para o método qualitativo o *corpus* consubstancia-se nas 11 entrevistas aplicadas e transcritas. Segundo Bardin (2016) para constituir um *corpus* devemos atender a quatro regras essenciais, nomeadamente, a exaustividade, a representatividade, a homogeneidade e a pertinência. A regra da exaustividade estabelece que não se deve excluir elementos se não houver uma razão plausível. A segunda regra, a da representatividade, define que resultados podem ser extrapolados. A regra da homogeneidade defende que os documentos utilizados devem abordar o mesmo tema. Por fim, a regra da pertinência, destaca a necessidade de os documentos selecionados serem adequados para os objetivos propostos na investigação. Na nossa investigação, consideramos que no que respeita às entrevistas não conseguimos satisfazer totalmente a regra da representatividade, pois dado o número de inquiridos ser reduzido, pode levar a que as conclusões não possam ser extrapoladas. Não deixarão, todavia, de ser valorizadas no âmbito desta investigação, e consideramo-las úteis num quadro de investigação que se mantém exploratório.

### **3.1.3. Instrumento de recolha de dados.**

De modo a dar cumprimento aos objetivos da investigação, devem ser escolhidos instrumentos de recolha de dados adequados (Bell, 2010). Assim, privilegiamos, para o método qualitativo a realização de inquéritos por entrevistas.

---

<sup>4</sup> O CIPM tem como fim dotar o efetivo da PSP das competências necessárias para o cumprimento das missões de intervenção com menores, nomeadamente, aquelas que decorrem da intervenção nas CPCJ e no PES.

A entrevista é um instrumento que, decorrente do contacto direto existente entre o entrevistador e o entrevistado, permite retirar “informações e elementos de reflexão ricos e matizados” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.192). Para Santo (2015) a entrevista permite estabelecer “uma relação de confiança e à-vontade com o entrevistado, de forma que se consigam respostas fidedignas (...) que correspondam ao que na verdade o inquirido pensa, faz, acredita sobre algo” (p. 32). As entrevistas realizadas permitem ouvir a opinião de determinadas personalidades com entendimento e experiência na matéria em estudo, de forma a retirar informações com base em conhecimento de facto (Pocinho, 2012).

Para as entrevistas realizadas optámos pelo tipo semiestruturadas ou semidiretivas, que concedem “flexibilidade e fraca diretividade que permitem recolher os testemunhos e interpretações” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.22). Assim, apesar de na preparação das entrevistas terem sido elaboradas diversas questões, a constar nos guiões das entrevistas (cf. Apêndice E e Apêndice F), é a entrevista a moldar-se ao entrevistado e não o contrário (Mucchielli, 1994). Com isto, o entrevistado pode alterar a ordem das respostas às perguntas, bem como pode acrescentar outras informações sobre o tema que considere relevantes, mas que não sejam inquiridas (Quivy & Campenhoudt, 2005), culminando todo este processo num “texto que é uma colaboração do investigador e do informante” (Ayres, 2008, p. 811).

O processo de construção dos guiões das entrevistas teve por base toda a pesquisa bibliográfica realizada no enquadramento teórico da presente investigação científica. As questões realizadas em ambos os guiões das entrevistas são, na sua maioria, iguais, diferindo somente as duas últimas questões, mais vocacionadas para a experiência profissional de cada grupo de entrevistados.

### **3.1.4. Técnica de análise de dados.**

Após terem sido realizadas e transcritas as entrevistas (cf. Apêndice H e Apêndice I), as mesmas foram submetidas a análise de conteúdo. Para Bogdan e Biklen (1994) a análise de conteúdo consiste numa das técnicas que mais se destaca na investigação em ciências sociais, sendo um dos instrumentos de análise de dados mais utilizados em investigações que adotam métodos qualitativos. Esta é “uma técnica de investigação que procura uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson, 1952, p. 18), permitindo reduzir os dados e conceder-lhes significado (Julien, 2008).

A interpretação dos dados é o cerne da investigação qualitativa (Flick, 2005), sendo que para a fazer procedemos à categorização, etapa que tem como fim a transformação de dados brutos em dados organizados (Bardin, 2016).

De forma a categorizar com sucesso contabilizámos “numericamente a frequência da ocorrência de determinados termos, conceitos ou palavras” (Sarmiento, 2013, p. 47). Como no nosso caso as entrevistas realizadas são semiestruturadas, permitindo assim um campo de resposta aberta, a quantidade de dados obtidos é consequentemente superior (Mattos, 2005), levando a que o processo de categorização se torne mais moroso e exija um maior empenhamento por parte do investigador. Contudo, segundo Coelho (2013), “quantos mais elementos de informação se extraírem da entrevista, mais credível é a análise de conteúdo, pois as inferências obtidas contêm uma maior reflexão” (p.51), revelando-se assim este tipo de entrevistas uma boa aposta, visto que, permitem a recolha de mais informação.

Como não existia nenhuma categorização criada em trabalhos anteriores foi empregue o método de análise exploratório (Ghiglione & Matalon, 2001), “emergindo as categorias do próprio *corpus* quando ficam evidentes certas propriedades características dos textos” (Pais, 2004, p. 254).

Atendendo a que “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (Bardin, 2016, p. 117), é crucial atender a algumas qualidades para a sua correta criação, designadamente a exclusão mútua, a pertinência, a objetividade e a fidelidade. A qualidade da exclusão mútua defende que não se deve repetir um elemento em duas ou mais categorias. A qualidade da pertinência define que a categoria deve ser adaptada ao contexto. As qualidades da objetividade e da fidelidade determinam que se deve definir com clareza as variáveis e que devem ser definidos critérios que determinam a entrada de determinado elemento numa categoria (Bardin, 2016).

As pré-categorias e categorias estão vertidas num quadro síntese de apoio à análise (cf. Apêndice J), tendo sido criadas com base nas questões apresentadas nos guiões das entrevistas. No que respeita às subcategorias, estas relacionam-se com as respostas dadas pelos entrevistados, tendo sido estabelecidas conforme as necessidades de análise.

### 3.1.5. Procedimentos.

No que respeita às entrevistas realizadas a informantes internos à PSP, foi enviado um pedido de autorização ao Diretor de Ensino do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), que o encaminhou para o Diretor do ISCPSI, a fim de posteriormente ser despachado para a Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (DNPSP).

Para além dos pedidos formais realizados à DNPSP para informantes internos, foram também realizados contactos com os informantes externos, para os quais não foi necessário requerer qualquer autorização.

Após concedida autorização para entrevistar os polícias (cf. Anexo B) e depois de ser demonstrada disponibilidade e interesse por parte dos psicólogos da Clínica PIN em participar no nosso estudo, procedemos à realização das entrevistas a ambos os grupos de informantes.

Os guiões das entrevistas foram validados quanto ao seu conteúdo, forma e escrita pelo orientador e coorientador. Uma vez aplicado o pré-teste ao primeiro entrevistado de cada guião de entrevista, não considerámos necessário realizar qualquer tipo de alteração aos guiões iniciais.

No início de cada entrevista foram esclarecidos os objetivos da nossa investigação científica. No caso das entrevistas realizadas de forma presencial (E01, E02, E03, E04, E05, E06) e via *Skype* (E07) foi ainda explicado que o entrevistado podia desistir a qualquer momento da participação na entrevista, bem como que se iria proceder à gravação sonora ou gravação vídeo, respetivamente, na condição de se proceder à destruição da gravação logo após o seu tratamento. Com isto, durante a realização das entrevistas, procedemos à sua gravação, de forma a garantir “o registo dos dados independente das perspetivas – tanto do investigador como dos sujeitos em estudo” (Flick, 2005, p. 170).

Muito embora se tenha privilegiado a realização das entrevistas de forma presencial ou por videochamada, atendendo a algumas adversidades e indisponibilidades, parte das entrevistas foram respondidas via e-mail (E08, E09, E10, E11)<sup>5</sup>.

Os entrevistados que responderam ao guião da entrevista de forma presencial aceitaram todas as condições, tendo cada um deles assinado o termo de consentimento informado (cf. Apêndice G), onde constam todos os aspetos referidos.

---

<sup>5</sup>Esta diversidade de procedimentos foi imposta pelas condições excecionais que se viveram sob o estado de emergência, nomeadamente as que obrigam ao confinamento preventivo para a COVID-19.



### **3.2. MÉTODO QUANTITATIVO**

Os métodos quantitativos permitem a recolha e o tratamento de dados e variáveis (Coutinho, 2011), evitando o enviesamento dos resultados e tornando-os válidos e reproduzíveis (Freixo, 2011). Segundo Neves e Guerra (2015) os métodos quantitativos “operacionalizam conceitos em variáveis e indicadores, testam relações de causa/efeito ou associações entre variáveis, fazendo uso de uma maior quantidade de respostas tendo maior capacidade de generalização dos resultados encontrados” (p.72). Na nossa investigação, a abordagem quantitativa é realizada com o tratamento dos dados obtidos pela PSP no âmbito do PES.

#### **3.2.1. Caracterização dos participantes.**

Apesar da caracterização sociodemográfica realizada no capítulo seguinte, que nos permite um conhecimento mais aprofundado sobre os participantes do nosso estudo, iremos agora realizar uma breve descrição dos mesmos. Os participantes constituem indivíduos menores de 18 anos, 2241 menores do género masculino e 373 do género feminino, portugueses, que estudam no ensino pré-primário, ensino básico do 1.º, 2.º e 3.º ciclos ou ensino secundário, em ensino normal ou profissional, que praticaram factos tipificados como crime, no ano de 2019.

#### **3.2.2. População e amostra.**

De acordo com Fortin, Côté e Vissandjée (2009) a população “compreende todos os elementos que partilham características comuns, as quais são definidas pelos critérios estabelecidos para o estudo” (p. 41). O nosso estudo abrange uma população finita, constituída por 7338 indivíduos, isto é, todos os menores de idade que cometeram factos tipificados como crime em território nacional no ano de 2019.

A amostra é definida por Fortin, Côté e Vissandjée (2009) como um subconjunto de sujeitos que fazem parte da população definida e que participam no estudo. Assim, a nossa amostra consiste num subconjunto finito da população de 2614 indivíduos, constituindo estes todos os menores de idade que praticaram factos tipificados como crime em território nacional no ano de 2019, em estabelecimento de ensino.

### **3.2.1. *Corpus*.**

O *corpus* consiste no “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 2016, p. 96). Na presente investigação para o método quantitativo distinguimos dois *corpus* submetidos a análise: o primeiro, constitui o documento com o total de ocorrências criminais e não criminais, registadas desde o ano letivo 2014/2015 até ao ano letivo 2018/2019, em contexto escolar, no âmbito do PES; o segundo, consiste no documento com o total de ocorrências criminais registadas desde no ano de 2019, por menores de idade, em território nacional, no âmbito do PES.

### **3.2.3. Instrumento de recolha de dados.**

Contrariamente ao que aconteceu na abordagem qualitativa, os dados que foram sujeitos a um tratamento quantitativo não foram recolhidos por nós, constituindo dados secundários pré-existent (Quivy & Campenhoudt, 2005). Assim, para o nosso estudo foi-nos facultado o total de ocorrências criminais e não criminais registadas no SEI pela PSP, no âmbito do PES, em contexto escolar, desde o ano letivo 2014/2015 até ao ano letivo 2018/2019. Estes dados permitem perceber a evolução no tempo do fenómeno da violência em contexto escolar, bem como as variações existentes no que respeita ao tipo de ocorrências praticadas.

Como os dados anteriormente mencionados não permitem realizar uma caracterização sociodemográfica, por apenas possuírem informação relativa às categorias criminais e não criminais praticadas, foi-nos também facultado o total de ocorrências criminais registadas no SEI por menores de idade, em território nacional, no período de 01/01/2019 a 31/12/2019. Os referidos dados contêm o número de processo policial (NPP), o número único de identificação de processo crime (NUIPC), o local da ocorrência (tipo e subtipo de local), o Comando Policial em que se verificou a ocorrência, o tipo, subtipo e classificação da ocorrência, o género, a idade e o número de identificação policial (NIP) dos menores que praticaram os factos.

### **3.2.4. Instrumento de análise e tratamento de dados.**

Na organização e descrição dos dados registados no âmbito do PES, tendo por base a ciência estatística, fizemos recurso a técnicas de estatística descritiva (Reis, 2008), construindo gráficos através do programa informático *Microsoft Office Excel*. Porque os dados fornecidos contêm informação sensível, a análise dos mesmos foi realizada de forma anónima.

No que respeita aos primeiros dados foi possível perceber a tendência evolutiva do fenómeno da violência escolar. No que concerne aos segundos dados, foram analisadas as categorias criminais mais praticadas no ano 2019, a distribuição territorial por Comando Policial e, no que respeita aos menores, foram tidos em conta aspetos como o género e a idade destes.

Após uma revisão bibliográfica sobre o tema, constatou-se a existência de fatores-chave que, necessariamente, tem de estar presentes para se poder considerar determinada situação *bullying* escolar, designadamente a reiteração dos comportamentos violentos, a intencionalidade e o desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. Através dos dados que nos foram facultados não nos foi possível perceber se nas ocorrências em causa estão presentes fatores-chave como o desequilíbrio de poder entre a(s) vítima(s) e agressor(es). No entanto foi possível perceber fatores como a reiteração dos comportamentos criminais por parte dos menores. Com isto, foi averiguado se existiam NIP's de indivíduos menores a repetirem-se, de forma a analisar a reincidência destes.

### **3.2.5. Procedimentos.**

De forma a obter o total de ocorrências criminais e não criminais registadas 2014/2015 até 2018/2019 pela PSP no âmbito do PES, divididas por ano letivo, bem como dos dados sobre o total de ocorrências criminais praticadas por menores de idade, em território nacional, no período de 01/01/2019 a 31/12/2019, no âmbito do PES, foi formulado o pedido ao Diretor de Ensino do ISCPSI, que o encaminhou para o Diretor do ISCPSI para despacho e posterior encaminhamento para a DNPSP.

Após autorização por parte da DNPSP (cf. Anexo B), procedeu-se à solicitação dos dados junto do Departamento de Operações, na DPPP, tendo sido obtida resposta positiva. Depois de os dados terem sido remetidos foram tratados e analisados através do programa *Microsoft Office Excel*.

## **CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Neste capítulo apresentamos, analisamos e discutimos os resultados obtidos. Primeiramente, apresentamos e discutimos a análise de conteúdo das entrevistas. De seguida, adotamos o mesmo procedimento para os dados analisados sobre o total de ocorrências criminais e não criminais registadas pela PSP em contexto escolar, desde o ano letivo 2014/2015 até ao ano letivo 2018/2019, bem como para o total de ocorrências criminais praticadas por menores de idade, em território nacional, no ano de 2019 no âmbito do PES.

### **4.1. ENTREVISTAS**

Da análise de conteúdo realizada obtivemos um total de 235 unidades de registo (u.r.). A apresentação e discussão dos resultados que se segue, será realizada de forma faseada, conforme a ordem das questões apresentadas nos guiões das entrevistas. Como referido no capítulo anterior, as três primeiras questões de ambos os guiões das entrevistas são iguais. Assim, a análise de conteúdo a estas questões será realizada conjuntamente para os 11 entrevistados. Posto isto, serão analisadas as duas últimas questões de cada guião de entrevista, de forma separada, para cada grupo de informantes.

#### **4.1.1. Análise de conteúdo das questões apresentadas a ambos os grupos de informantes.**

Começamos por apresentar e discutir os resultados referentes à primeira categoria, respeitante à primeira questão apresentada em ambos os guiões das entrevistas: **“Qual a sua opinião sobre a evolução do número de casos de *bullying* em contexto escolar?”**. Na categoria A.1. “evolução sobre o n.º de casos de *bullying* escolar” foram obtidas 20 u.r. (Cf. Tabela 4 do Apêndice K). As respostas evidenciam que a subcategoria “casos reais mantiveram-se” (8 u.r.) e a subcategoria “casos denunciados aumentaram” (7 u.r) foram privilegiadas. De acordo com os entrevistados, “como existe uma maior consciencialização do problema, leva a um aumento do número de denúncias, o que não significa necessariamente um aumento do número de casos” (E01).

Com isto, podemos afirmar que os informantes têm a perceção que o número de ocorrências de *bullying* escolar tem-se mantido constante, contrariamente ao número de

denúncias, que tem vindo a crescer, resultado da uma maior sensibilização e consciencialização para esta problemática social.

No que concerne à segunda questão (em rigor, subdividida em três): **“Entendamos por *bullying* direto aquele que ocorre quando há situações de confronto direto, subdividindo-se em *bullying* físico, verbal ou sexual, e por *bullying* indireto, aquele que se dá quando o agressor não contacta diretamente com a vítima, subdividindo-se em *bullying* social e *cyberbullying*. Qual é na sua opinião o tipo de *bullying* mais frequente? Considera que ao longo dos anos têm existido variações no *modus operandi* dos agressores? Em que sentido?”** criámos três categorias, tendo contabilizado um total de 36 u.r. (cf. Tabela 6 do Apêndice K).

Para a categoria A.2. “tipologia de *bullying* escolar mais frequente”, a contabilização das u.r., põe em evidência a subcategoria “*bullying* direto” (4 u.r.). Contudo, também a subcategoria “*bullying* indireto” (3 u.r.) e a subcategoria “concorrem a par” (2 u.r.) se destacam. Com isto, percebemos que não existiu nenhuma predominância de u.r. que evidenciasse uma tipologia de *bullying* escolar como a mais frequente.

No que concerne à categoria B.1. “variação no *modus operandi* dos agressores” todos os entrevistados consideraram que este tinha variado. Esta categoria relaciona-se com a categoria B.2. “tipo de variação no *modus operandi* dos agressores”.

Para a categoria B.2., a subcategoria “*cyberbullying*” (11 u.r.) destaca-se, pois todos os informantes consideram que “a grande variação no *modus operandi* é mesmo a questão do *cyberbullying*” (E05). O *cyberbullying* permite que o *bullying* se pratique “num horário que transcende o horário da escola, e por isso os alunos saem da escola e a situação de agressão não termina” (E07). A acrescentar a isto, “a audiência pode ser muito alargada e facilmente alcançada. E o facto de os agressores poderem manter-se anónimos, retira grande parte do medo de sofrerem represálias” (E10).

Concluimos que, a perceção dos informantes é que o *bullying* direto é o tipo de *bullying* escolar mais frequente, sem que tenha sido evidente um destaque de qualquer uma das subcategorias. No que respeita à variação no *modus operandi*, todos os entrevistados consideram que este tem vindo a variar, sendo o *cyberbullying* um fenómeno em ascensão. Indissociável da evolução da sociedade e do surgimento das novas tecnologias, o *cyberbullying* possibilita que as agressões se concretizem para além das fronteiras e do horário da escola, que os agressores se consigam manter anónimos e que o número de

peçoas a ter conhecimento dos comportamentos adotados seja maior, tornando o fenómeno ainda mais difícil de controlar.

Relativamente à terceira questão: **“Existem comportamentos que indiciam que um indivíduo seja propenso a ser um *bully* (agressor)? Se sim, quais? Contrariamente, considera que o *bullying* surge de atos inesperados e, de algum modo, é imprevisível e insuscetível de prevenção? Quais são, na sua opinião, as causas subjacentes ao aparecimento deste fenómeno?”** foram também criadas diferentes categorias, tendo sido registadas um total de 64 u.r. (cf. Tabela 8 do Apêndice K).

Para a categoria C.1. “existência de comportamentos adotados pelos *bullies*” (10 u.r.), a maioria dos entrevistados defende que “os comportamentos existem e nós devemos estar sempre atentos” (E02). Esta categoria relaciona-se com a categoria C.2. “exemplos de comportamentos adotados por *bullies*” (21 u.r.).

As respostas obtidas para a categoria C.2. evidenciam que os entrevistados privilegiam a subcategoria “falta de empatia” (3 u.r.), a subcategoria “dificuldade nas relações interpessoais” (3 u.r.) e a subcategoria “falta de autocontrolo e impulsividade” (3 u.r.). Apesar de serem vários os comportamentos mencionados pelos informantes, consideramos que, no que respeita a esta categoria, não existe nenhuma subcategoria que se destaque, sendo vasto o leque de comportamentos mencionados.

Quanto à categoria D.1. “imprevisibilidade e insusceptibilidade de prevenção do *bullying* escolar”, os 10 entrevistados que responderam à questão, consideraram que o *bullying* escolar não é imprevisível nem insuscetível de prevenção. Numa vertente policial os entrevistados consideram que “não é imprevisível (...) a prevenção tem um papel importante. Sobretudo, nós Polícia de Segurança Pública através do Programa Escola Segura, temos um papel fundamental e essencial na prevenção” (E01). Também os informantes externos consideram que “estão já identificados vários fatores que contribuem para o *bullying* (...) pelo que para prevenir eficazmente o *bullying*, que é possível, parece-me que a prevenção deve consistir em intervir nestes vários fatores” (E10).

No que concerne à categoria D.2. “causas subjacentes ao aparecimento do *bullying*” (23 u.r.), constatamos que a subcategoria “fatores familiares” (8 u.r.) é a que mais se destaca. No entanto, consideramos fundamental mencionar uma das respostas dadas por um dos entrevistados que afirma que:

“se cai muito no erro de associar os problemas de *bullying* automaticamente ao contexto familiar da criança. Este pensamento é muito perigoso. Há crianças que tem comportamentos atípicos na escola, mas que não resultam de os pais estarem a fazer alguma coisa errada. (...) Não devemos fazer uma relação de culpabilidade direta na família, apesar de a família poder ser uma das causas. Tem sempre que se fazer um diagnóstico diferencial” (E07).

Também as subcategorias “fatores sociais” (4 u.r.), “perturbações de desenvolvimento” (2 u.r.), “fatores escolares” (2 u.r.) e “fatores individuais” (2 u.r.) são privilegiadas. A maioria dos entrevistados, nas suas respostas, refere mais que uma causa, pois o *bullying* escolar “é algo que sofre a influência das múltiplas relações com pares, familiares, professores, comunidade e interações com influências sociais” (E10), existindo ainda “causas genéticas que poderão ser responsáveis por exemplo por perturbações do desenvolvimento e que poderão explicar, pelo menos em parte, os comportamentos agressivos” (E11).

Em síntese, constatamos que a perceção dos informantes é a de que os *bullies* adotam alguns comportamentos que podem indiciar a situação em que se encontram, podendo estes ser detetados pela comunidade escolar. Apesar de serem vários os comportamentos sublinhados pelos informantes, evidenciamos a falta de empatia, a dificuldade nas relações interpessoais e a falta de autocontrolo e impulsividade.

Percebemos também que o *bullying* não é inusitado, sendo possível preveni-lo. Apesar de se saber que o fenómeno resulta de múltiplas influências, iremos indicar algumas das causas mencionadas pelos entrevistados. Destacamos os fatores familiares, nomeadamente a existência de um contexto familiar violento, de negligência parental ou um estilo educativo desadequado (*e.g.*, não existir imposição de regras; adoção de uma atitude de superproteção por parte dos pais). Os fatores sociais, designadamente a exclusão social, resultante do contexto socioeconómico em que as crianças se encontrem. Os fatores individuais, como por exemplo as perturbações do desenvolvimento e as perturbações de comportamento, mencionadas cada uma como subcategoria, bem como a necessidade de controlo, a existência de sentimentos positivos relativamente à violência e pouca empatia. Por fim, os fatores escolares, designadamente os comportamentos e a linguagem adotada pelos professores, que ainda que sem intenção, possam criar assimetrias entre os alunos.

#### 4.1.2. Questões apresentadas apenas a informantes externos.

Iremos, de seguida, apresentar e discutir os resultados referentes às questões apresentadas apenas a informantes externos, ou seja, aos 5 psicólogos. No que respeita à quarta questão do guião de entrevista n.º 1: “**Num caso de *bullying* escolar, em que momento faz sentido envolver a PSP?**” foi criada a categoria E.1. “casos que revelam a necessidade de envolvimento da PSP” (10 u.r.) (Cf. Tabela 10 do Apêndice L).

Para esta categoria, a subcategoria “incapacidade de gestão por parte da escola” (2 u.r.) e a subcategoria “casos de agressão física” (2 u.r.) são as que mais se destacam. Alguns entrevistados defendem que o envolvimento da PSP faz sentido “sempre que há agressões físicas” (E11), contudo outros defendem que também é importante envolver a PSP quando exista agressão “verbal ou *cyberbullying*” (E08). A incapacidade de gestão da situação por parte da escola é também um fator que leva alguns dos entrevistados a defender que faz sentido a PSP intervir “quando há um episódio de desregulação de comportamentos em contexto escolar que a escola já não consegue gerir” (E07).

Concluimos que, para esta questão, não existiu nenhuma preeminência de u.r. nas respostas dadas. No entanto, consideramos que os entrevistados defendem a ideia que a PSP deve estar sempre envolvida em casos que constituam factos tipificados como crime, bem como quando existe incapacidade de gestão da situação por parte da escola.

No que concerne à quinta questão apresentada a informantes externos: “**Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se possível dê-nos a sua opinião profissional perante tal abordagem**” foram estabelecidas quatro categorias, tendo sido registadas 13 u.r..

Para a primeira parte da questão foi criada a categoria E.2. “conhecimento de um caso de *bullying* em contexto escolar que envolveu a participação policial”, que obteve um total de 5 u.r. (cf. Tabela 12 do Apêndice L). Para esta categoria, 3 entrevistados afirmaram conhecer um caso de *bullying* escolar que tivesse envolvido a participação policial. Todavia, 2 psicólogos na sua atividade profissional afirmaram não ter “um exemplo claro de uma situação que tenha envolvido a participação policial direta” (E10), pois “a grande maioria dos casos de crianças e jovens envolvidos em situações de *bullying* que acompanho não tiveram o envolvimento da Polícia” (E11).



Como existem informantes externos que desconhecem uma ocorrência de *bullying* escolar que tenha envolvido a participação policial, as categorias que se seguem (categorias E.3., E.4. e E.5.) são apenas respondidas pelos 3 informantes externos que afirmaram conhecer pelo menos uma situação (cf. Tabela 13 do Apêndice L).

Dos três psicólogos que responderam à categoria E.3. “descrição da situação” (2 u.r.), apenas dois descreveram a situação, tendo 1 dos entrevistados afirmado que se tratou de um caso de agressões físicas e o outro de uma situação de *cyberbullying*.

Relativamente à categoria E.4. “tipo de intervenção adotada pela PSP” (3 u.r.), a subcategoria “ações de sensibilização aos alunos” obteve 2 u.r. e a subcategoria “sensibilizar a escola para se comprometer com os casos de *bullying*” obteve 1 u.r..

Por último, na categoria E.5. “opinião profissional que o psicólogo fez sobre a intervenção policial” (3 u.r.), os 3 entrevistados consideraram que a opinião foi positiva naquela situação em específico.

Concluímos que a maioria dos entrevistados externos conhece um caso de *bullying* em contexto escolar que tenha envolvido a participação policial, sendo o tipo de *bullying* praticado nas ocorrências variado. A PSP adota sempre medidas junto da comunidade escolar, sendo umas obrigatórias por lei, enquanto outras não. A opinião dos informantes externos relativa à intervenção policial para as situações em concreto é sempre positiva.

#### **4.1.3. Questões apresentadas apenas a informantes internos.**

Iremos, seguidamente, expor e discutir os resultados relativos às questões que apenas foram apresentadas a informantes internos, ou seja, aos 6 polícias. Quanto à quarta questão do guião da entrevista n.º 2: **“Que entidades considera que devem estar envolvidas numa ocorrência de *bullying* escolar para gerir esses casos?”** criámos a categoria E.6. “tipos de entidades que devem estar envolvidas numa ocorrência de *bullying* escolar”, para a qual obtivemos um total de 39 u.r. (cf. Tabela 15 do Apêndice M).

Nesta categoria verificámos que todos os entrevistados privilegiaram a subcategoria “PSP” (6 u.r.). Todavia, enquanto alguns dos entrevistados defendem que “a PSP, deve ser sempre sinalizada ao nível da Escola Segura” (E01), outros têm “dúvidas que à mínima situação de desavenças entre crianças, a não ser que já haja algum histórico, ou situações que logo à partida são graves, deva a PSP ser envolvida” (E03).

A subcategoria “escola” (5 u.r.) também se destaca. Os entrevistados consideram que “existem entidades que têm que estar sempre envolvidas, como é o caso da escola”

(E03). “Deve ser a escola a fazer uma primeira intervenção, porque é ela que tem os seus regulamentos, tem os contactos directos com os encarregados de educação e com os pais” (E05).

Também as subcategorias “direção da escola” (2 u.r.), “diretores de turma” (2 u.r.) e “professores” (1 u.r.) foram mencionadas, podendo-se incluir dentro da entidade escola. Contudo, como estes elementos têm um papel preponderante na comunidade escolar, foram destacados pelos entrevistados, tendo sido por isso criadas subcategorias para os mesmos.

No que concerne à subcategoria “CPCJ” (6 u.r.), esta é também privilegiada, sendo mencionada por todos os entrevistados. No entanto, à semelhança do que acontece com a subcategoria “PSP”, também para esta subcategoria os entrevistados têm opiniões diferentes no que concerne ao momento em que esta entidade deve estar envolvida. Uns consideram que “para algumas situações de *bullying* as sinalizações para a CPCJ podem não ser a solução para o problema numa fase inicial” (E02), todavia, outros defendem que “pode chegar sempre à Comissão” (E05) e por isso esta “deverá ser sempre envolvida” (E06).

A subcategoria “psicólogos” (4 u.r.) é também mencionada. Os entrevistados consideram que “muitas vezes as crianças que praticam o *bullying* precisam de apoio psicológico” (E06).

Foram também contabilizadas 3 u.r. para a subcategoria “Tribunal”, sendo que o Tribunal responsável por julgar os casos varia mediante a idade do aluno agressor. “A partir dos 12 anos pode entrar a Lei Tutelar e Educativa, se aquilo que a criança fez puder ser tipificado como crime. Daí a necessidade de intervenção (...) do Tribunal” (E06).

Em síntese, para estes informantes, existem uma multiplicidade de entidades que devem estar envolvidas na intervenção de situações de *bullying* escolar. O envolvimento da escola é fundamental em todos os casos de *bullying* escolar. A PSP e a CPCJ são sempre mencionadas. Porém, os entrevistados defendem fases de intervenção distintas. O Tribunal tem que ser envolvido sempre que haja a prática de factos tipificados como crime pelos agressores.

A acrescentar a estas entidades, de acordo com os entrevistados, podem ainda ser envolvidas outras, resultantes de planos de intervenção que tenham sido previamente definidos, nomeadamente com Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Organizações Não Governamentais (ONG).

Relativamente à quinta questão apresentada aos entrevistados internos: **“Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se possível dê-nos a sua opinião profissional sobre a avaliação que a comunidade escolar (e.g. pais e encarregados de educação, professores, funcionários, direção da escola) fez dessa mesma intervenção”** foram criadas quatro categorias, tendo sido contadas 53 u.r. para toda a pergunta (cf. Tabela 17 do Apêndice M).

Na categoria E.7. “conhecimento de um caso de *bullying* em contexto escolar” (6 u.r.) todos os entrevistados internos afirmaram conhecer uma situação de *bullying* escolar. Com isto, os 6 polícias responderam à categoria E.8 “descrição da situação” (14 u.r.), para a qual as subcategorias “injúrias” (5 u.r.) e “agressões físicas” (5 u.r.) são privilegiadas.

Na categoria E.9. “tipo de intervenção” (27 u.r.), as subcategorias “elaboração de expediente” (4 u.r.), “contacto com os pais/encarregados de educação dos intervenientes” (4 u.r.), “acompanhamento da situação pós-ocorrência” (4 u.r.), são as que mais se destacam. Também as subcategorias “realização de reuniões/contactos com elementos da comunidade escolar” (3 u.r.), “realização de ações de sensibilização aos alunos/pais/encarregados de educação” (3 u.r.), “contacto com os intervenientes” (3 u.r.) e “sinalização para a CPCJ” (3 u.r.) têm alguma predominância.

Quanto à categoria E.10. “opinião profissional da avaliação que a comunidade escolar fez sobre a intervenção policial” (6 u.r.) todos os informantes internos consideraram que a comunidade escolar ficou satisfeita com a intervenção policial, sendo esta vista “como uma mais-valia” (E02).

Em conclusão, todos os entrevistados internos já tiveram conhecimento de um caso de *bullying* escolar, quer porque o vivenciaram, quer porque as funções que desempenham o permitem. Relativamente à descrição da ocorrência, percebemos que existem situações de *bullying* direto (e.g. agressões físicas e injúrias) e de *bullying* indireto (e.g. *cyberbullying*). Quanto às medidas adotadas apurámos que a elaboração de expediente, a realização de contactos com os pais/encarregados de educação dos intervenientes e o acompanhamento da situação pós-ocorrência foram as ações mais concretizadas pelos polícias entrevistados aquando da sua intervenção. Por fim, no que respeita à opinião que a comunidade escolar fez sobre a intervenção policial, foi sempre positiva.

Com a realização da análise de conteúdo das entrevistas, concluímos que a maioria dos entrevistados corrobora o que já está exposto na literatura existente sobre alguns aspetos da temática em estudo. Destacamos as conclusões relativas ao aumento de casos de *cyberbullying*, às causas que podem levar um aluno a tornar-se num *bully*, bem como o facto de o *bullying* não ser um fenómeno inusitado e de impossível prevenção. No que respeita a outras questões abordadas, como a tipologia de *bullying* mais frequente, as respostas dadas pelos informantes não são unânimes, não favorecendo a criação de uma opinião consensualizada.

## 4.2. DADOS REGISTADOS NO ÂMBITO DO PES

### 4.2.1. Ocorrências criminais e não criminais registadas desde o ano letivo 2014/2015 até 2018/2019.

A nível nacional, o PES registou desde o ano letivo de 2014/2015 até ao ano letivo 2018/2019 um total de 27062 ocorrências em contexto escolar<sup>6</sup>, 18237 criminais e 8825 não criminais.

No Gráfico 1 podemos observar o número de ocorrências para cada um dos cinco anos letivos em análise, sendo discriminado o total de ocorrências criminais e não criminais.

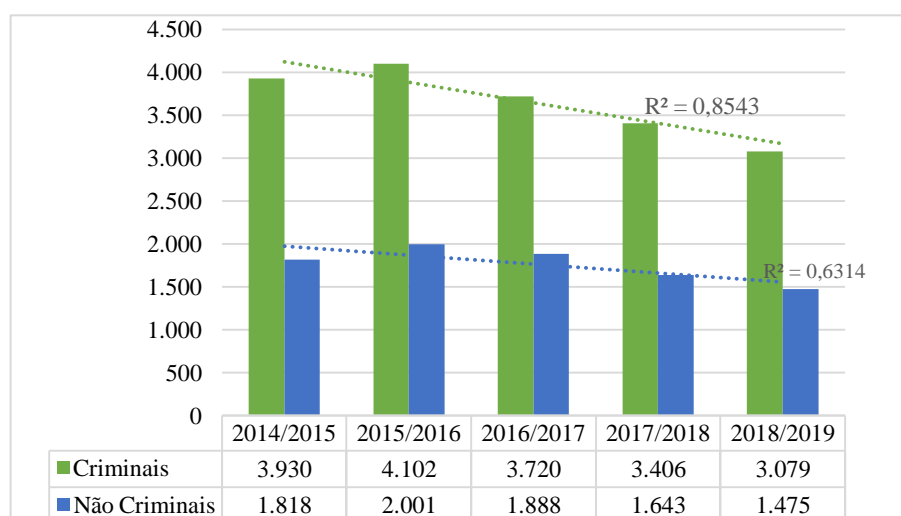


Gráfico 1 - Total de ocorrências desde o ano letivo 2014/2015 a 2018/2019. Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

<sup>6</sup> Quando nos referimos a ocorrências em contexto escolar reportamos o total de ocorrências registadas no interior das escolas e nas suas imediações, desde que exista um nexos causal entre essa situação em concreto e o ambiente escolar.

Verificamos que o ano letivo 2015/2016 foi o ano que registou um maior número de ocorrências em contexto escolar, num total de 6103, nomeadamente 4102 ocorrências criminais e 2001 ocorrências não criminais. Podemos verificar que, no hiato temporal em referência, há uma tendência consistente de decréscimo linear no número de ocorrências participadas.

O Gráfico 2 possui, para cada ano letivo, o quociente entre ocorrências criminais e não criminais, assumindo esse resultado como uma aproximação a um índice de gravidade.

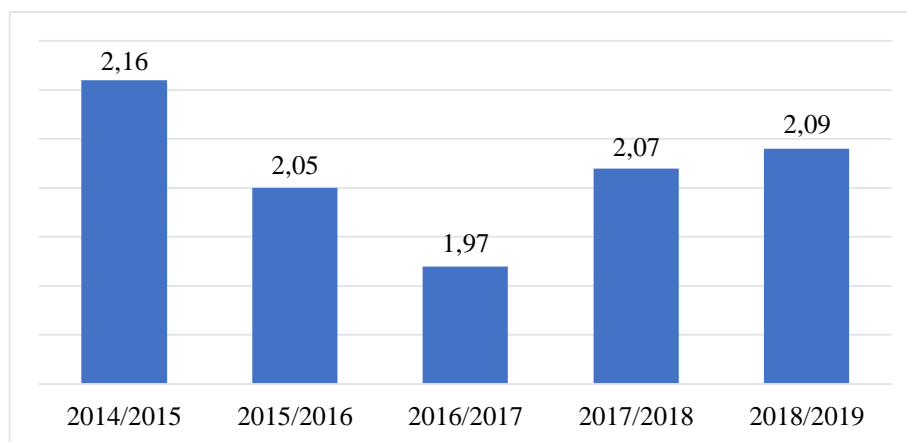


Gráfico 2 - Índice de gravidade desde o ano letivo 2014/2015 a 2018/2019. Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Observamos que o índice de gravidade apresenta alguma variação ao longo dos anos, que não é constante, sendo o ano letivo 2014/2015 o que possui um maior valor.

Relativamente às ocorrências criminais praticadas desde o ano letivo 2014/2015 a 2018/2019, foram devidamente agrupadas por categorias, conforme o Gráfico 3 apresenta.

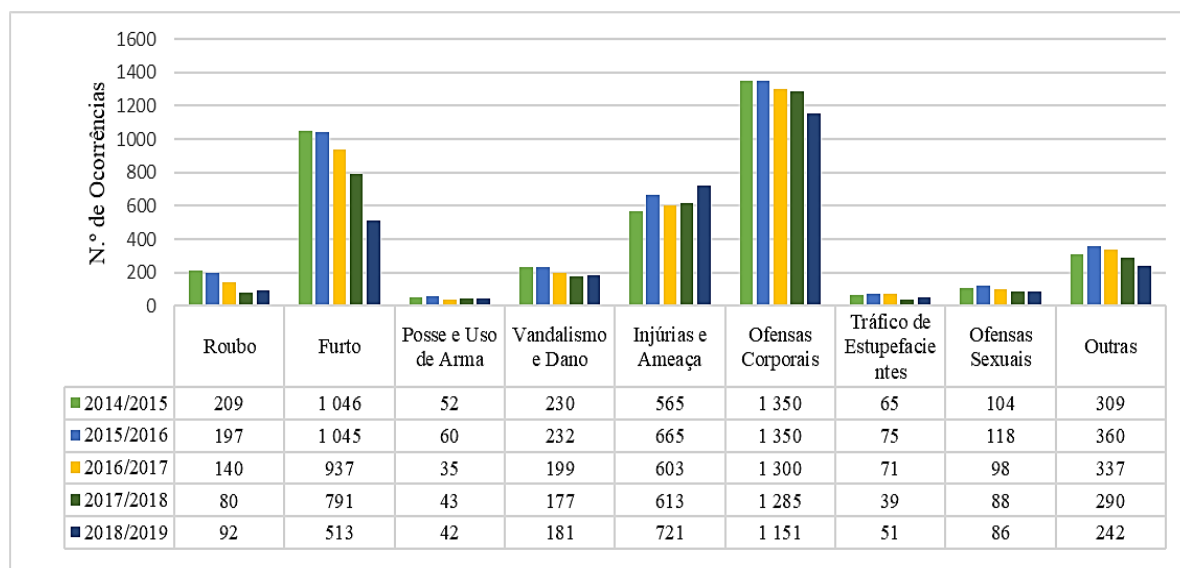


Gráfico 3 - Ocorrências criminais por categoria desde o ano letivo 2014/2015 a 2018/2019. Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

No Gráfico 3 podemos observar que, no hiato temporal em referência, a categoria criminal com maior número de registos é a de “ofensas corporais” em todos os anos letivos analisados. Verificamos que esta categoria criminal, apesar de apresentar uma ligeira diminuição no total de ocorrências ao longo dos anos letivos, tem vindo a ser constante, com uma média anual de 1287 ocorrências anuais. Segue-se a categoria criminal de “furto” com uma média de 866 ocorrências anuais e a categoria criminal de “injúrias e ameaças” com uma média de 633 ocorrências anuais.

Note-se que, contrariamente à categoria criminal das “ofensas corporais”, a categoria criminal do “furto” não ocupa o segundo lugar em todos os anos letivos, visto que no ano letivo 2018/2019, a categoria criminal das “injúrias e ameaça” perfaz um total de 721 ocorrências, ultrapassando assim esta categoria que apenas regista 513 ocorrências criminais.

Concluimos ainda que a categoria criminal do “furto” apresenta um decréscimo no número de ocorrências criminais no hiato temporal em referência, enquanto que as “injúrias e ameaças” ao longo dos anos letivos apresentam alguma variação, que não é constante.

No que respeita às ocorrências não criminais, para o referido período, estas também foram divididas por categorias, conforme consta no Gráfico 4.

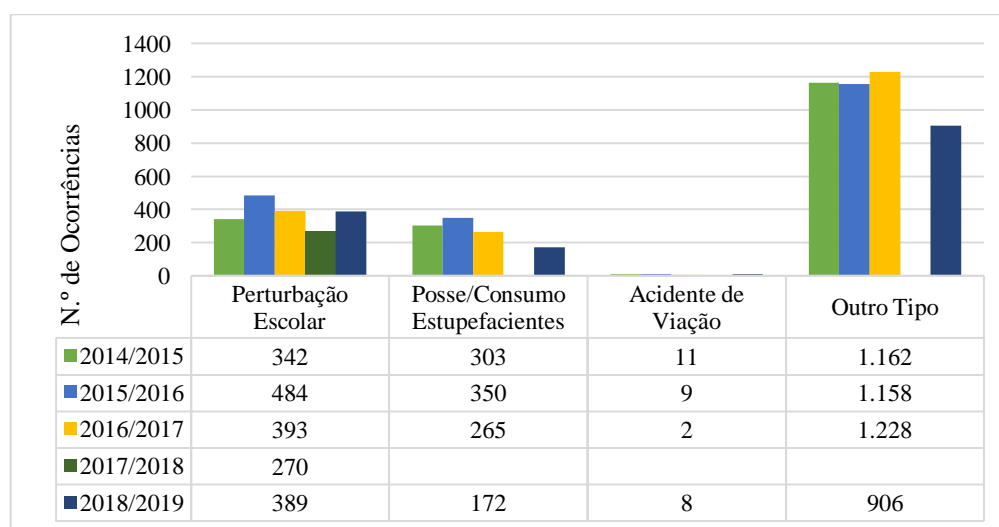


Gráfico 4 - Ocorrências não criminais por categoria desde o ano letivo 2014/2015 a 2018/2019.

Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

No Gráfico 4 podemos observar que as ocorrências não criminais “outro tipo” são aquelas que apresentam um maior número de registos. Nesta categoria inserem-se ocorrências como as de natureza rodoviária ou de desobediência. A categoria “perturbação escolar” apresenta alguma variação, sendo que esta é inconstante ao longo dos anos letivos.

Uma vez que existem dados que não estão disponíveis, não é possível aferir e comparar as categorias da “posse e consumo de estupefaciente”, de “acidente de viação”, nem a categoria do “outro tipo” relativamente à sua evolução no decorrer dos anos letivos em estudo. Todavia, tal também não se afigura como indispensável para a nossa investigação, pois estas categorias não constituem condutas que se possam enquadrar no fenómeno do *bullying* escolar.

#### 4.2.2. Ocorrências criminais registadas no ano de 2019.

Na base de dados facultada constam todas as ocorrências criminais a nível nacional em diversos tipos de locais (*e.g.*, estabelecimento comercial; via pública; residência particular) por menores de idade em território nacional, perfazendo um total de 10320 ocorrências. A fim de nos focarmos somente nas ocorrências criminais que se verificaram em contexto escolar foi efetuada uma seleção das ocorrências realizadas apenas em estabelecimento de ensino, correspondendo a um total de 3046 ocorrências.

De seguida serão analisadas todas as ocorrências praticadas em estabelecimento de ensino, a fim de perceber quais as tipologias criminais mais praticadas neste contexto e a sua distribuição por Comando Policial. No que concerne aos menores, será analisada a sua distribuição por género e idade, bem como a reincidência dos mesmos nas práticas criminais.

O Gráfico 5 possui, devidamente agrupadas, as sete tipologias criminais mais praticadas em estabelecimento de ensino para o ano de 2019.

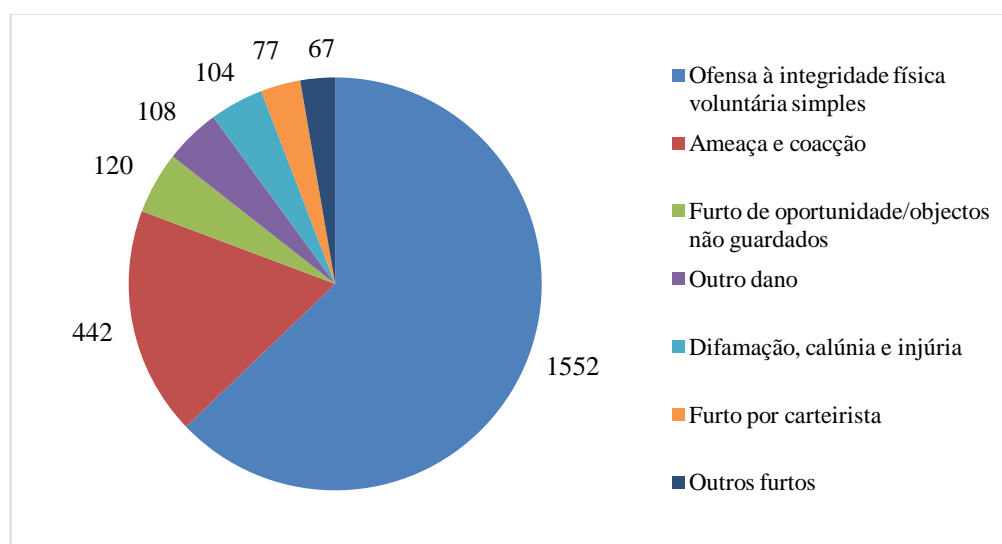


Gráfico 5 - Ocorrências criminais por categoria para o ano de 2019. Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Verificamos que, no ano 2019, a tipologia criminal mais registada nos estabelecimentos de ensino é a de “ofensas à integridade física voluntária simples” com 1552 ocorrências. Segue-se a tipologia criminal “ameaça e coação”, em segundo lugar, com 442, e a tipologia criminal “furto de oportunidade/objetos não guardados”, em terceiro lugar, com 120 ocorrências.

Relativamente ao local onde ocorreram esses incidentes, o Gráfico 6 especifica quais os cinco Comandos Policiais que registam um maior número de ocorrências criminais em estabelecimento de ensino para o ano de 2019.

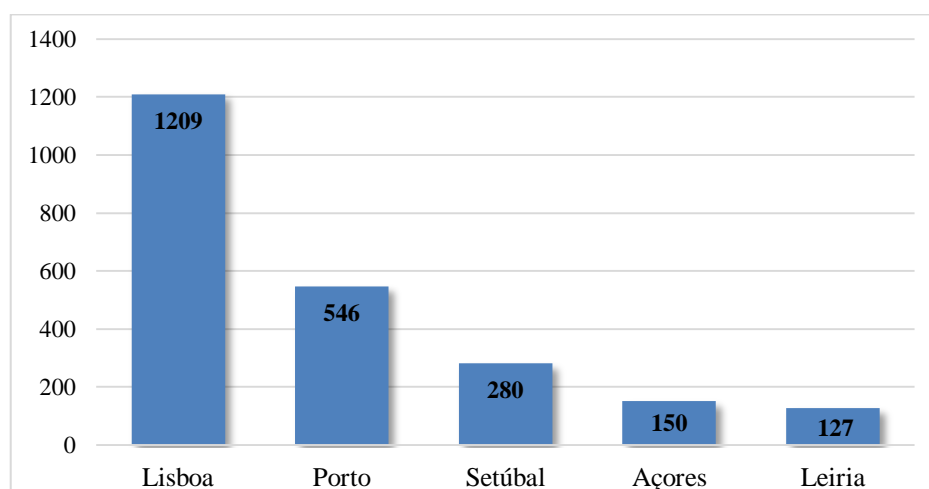


Gráfico 6 - Ocorrências criminais por Comando Policial para o ano de 2019. Fonte: Dados PSP. Elaboração própria

Relativamente à caracterização da localização das ocorrências criminais por Comando Policial, 1209 registos de ocorrências foram participados no COMETLIS, sendo este o Comando Policial que apresenta um maior número de ocorrências em estabelecimento de ensino para o ano 2019. Segue-se o Comando Metropolitano do Porto (COMEPOR) com um total de 546 ocorrências, menos de metade das ocorrências criminais verificadas no COMETLIS para o mesmo ano.

Das 3046 ocorrências praticadas em contexto escolar, verificámos que existia um total de 2614 NIP's, isto é, menores a praticar as ocorrências criminais. Assim, o Gráfico 7 que se segue, permite realizar uma análise dos perpetradores destas ocorrências, segundo o género.



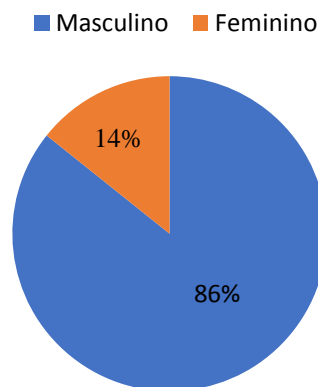


Gráfico 7 - Menores a praticar as ocorrências criminais por género no ano de 2019. Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Verificamos que, dos dados conhecidos respeitantes ao género, o masculino é aquele que mais pratica factos tipificados como crime em estabelecimento de ensino, constituindo um total de 2241 indivíduos, 86% dos 2614 menores, enquanto que o género feminino apresenta um total de 373, ao qual corresponde uma percentagem de 14%. A diferença é muito expressiva e torna incontornável reforçar a perspetiva de género na discussão do fenómeno do *bullying* escolar.

O Gráfico 8 permite observar o total de ocorrências criminais em estabelecimento de ensino, discriminadas por intervalos de idades. Apesar de pretendermos tirar conclusões sobre os menores em causa, contrariamente ao que foi realizado no gráfico anterior para a análise do género dos menores, este gráfico terá em conta o número de ocorrências criminais e não os NIP's. Tomámos esta opção pois existem indivíduos menores de idade, que ao longo do ano 2019, se encontram registados na base de dados facultada, com duas idades diferentes. Tal facto deve-se por existirem indivíduos reincidentes, que praticaram diferentes ocorrências criminais em momentos distintos, e que nesse intervalo de tempo completaram mais um aniversário. Assim, apesar de se pretender analisar as idades dos indivíduos, ter-se-á em conta o total de ocorrências criminais participadas, em estabelecimento de ensino para o ano de 2019.

O primeiro intervalo compreende indivíduos com idade até aos 11 anos, o segundo intervalo engloba menores com idades entre os 12 anos e os 15 anos (inclusive) e o terceiro intervalo abrange todos os indivíduos com idade compreendida entre os 16 anos e os 18 anos (inclusive). Esta distribuição foi realizada com base nos diplomas legais que existem a nível nacional, designadamente a LPCJP e a LTE.

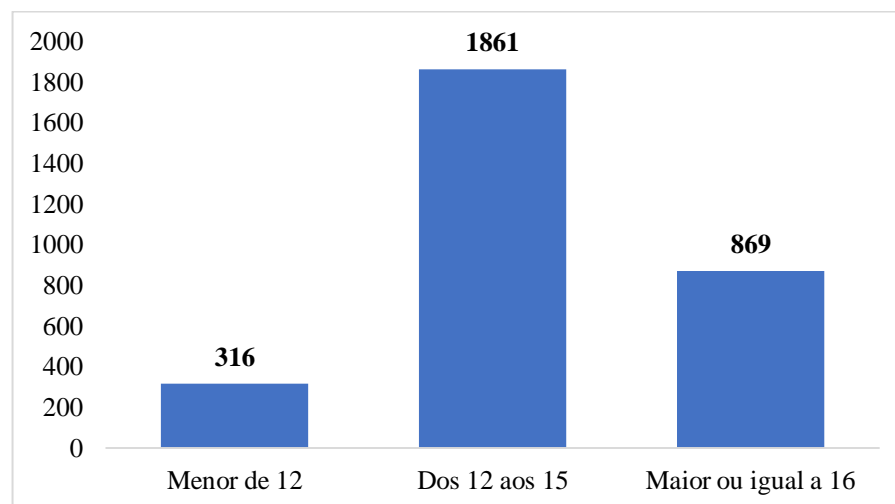


Gráfico 8 - Ocorrências criminais por intervalos de idades para o ano de 2019. Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Verificamos que das 3046 ocorrências participadas no ano 2019, 1861 foram-no por menores com idade compreendida entre os 12 e os 15 anos, inclusive. Esta faixa etária revela-se assim, para o hiato temporal em análise, aquela em que os menores praticam mais factos tipificados como crime, seguindo-se os menores com idade superior a 16 anos e inferior a 18, que já respondem criminalmente, com 869 ocorrências participadas.

Como anteriormente mencionado, após a análise dos dados verificou-se que existia um total de 2614 NIP's, isto é, menores a praticar as ocorrências criminais, num total de 3046 ocorrências criminais participadas. Visto que o total de ocorrências criminais participadas é superior ao total NIP's existentes, conclui-se que alguns menores praticaram várias ocorrências criminais (reincidência). O Gráfico 9 revela quantas vezes cada NIP se repete.

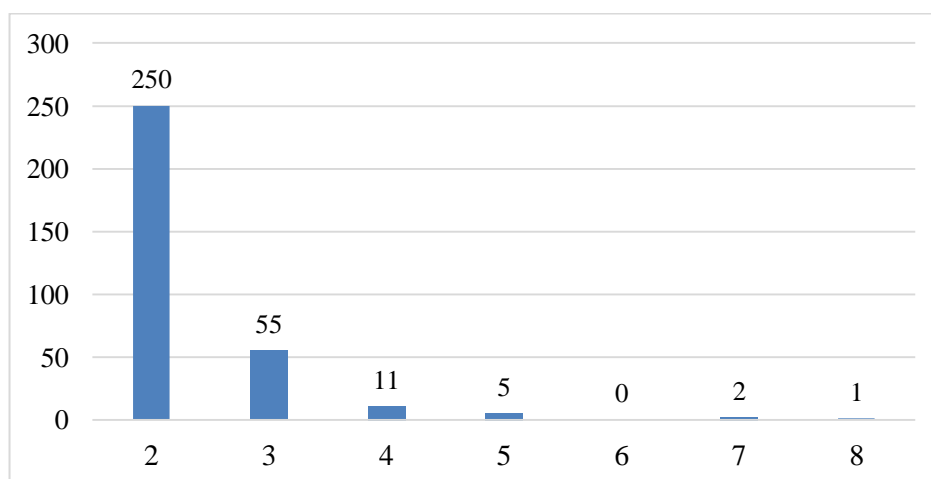


Gráfico 9 - Reincidência dos menores que praticaram as ocorrências criminais para o ano 2019. Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Concluimos que, a maioria dos menores reincidentes, praticaram factos tipificados como crime 2 vezes. Com isto, criámos uma separação entre a categoria “2 vezes” e as restantes (3 ou mais vezes) para as 756 ocorrências praticadas pelos 324 menores reincidentes, de forma a distinguir a reiteração simples da agravada, conforme o Gráfico 10.

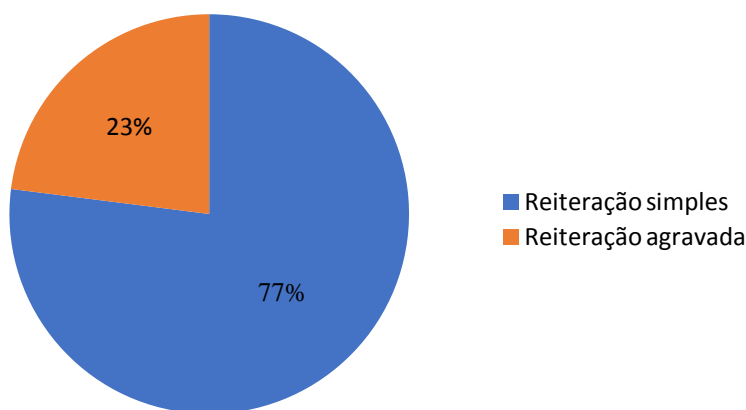


Gráfico 10 - Reiteração simples e agravada dos menores para as ocorrências criminais para o ano 2019. Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Da análise do Gráfico 10 verificamos que a reiteração simples é a que mais se destaca, constituindo 77% do total de situações praticadas por indivíduos reincidentes.

De forma a melhor completar a análise de dados, criámos o Gráfico 11, onde consta a taxa de reincidência, resultante do quociente entre o número de casos de reincidência e o total de infratores.

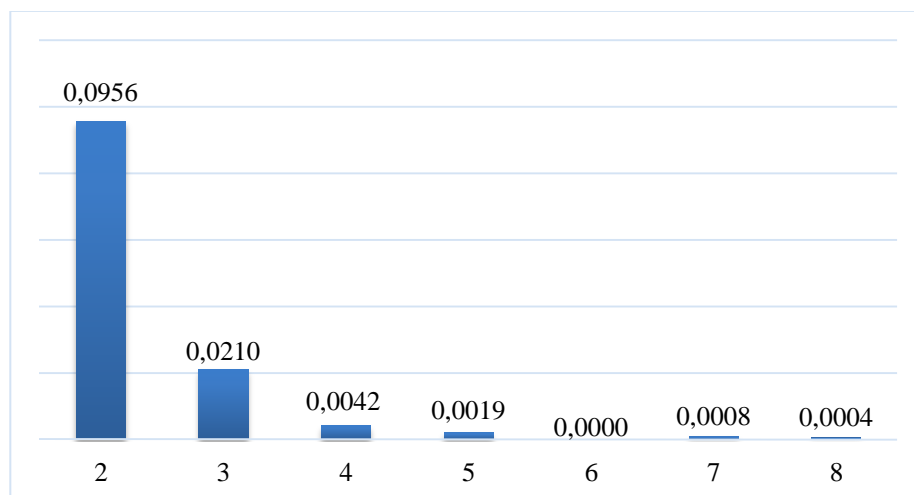


Gráfico 11 - Taxa de reincidência para o ano 2019. Fonte: Dados PSP. Elaboração própria.

Com a análise do Gráfico 11 percebe-se que a taxa de reincidência para menores que praticaram as ocorrências criminais 2 vezes é bastante superior às restantes.

A importância dos dados analisados anteriormente é fulcral para a ação operacional da PSP, pois permite perceber quais as tipologias de ocorrências criminais e não criminais que mais se verificam, bem como, no caso dos últimos dados analisados, a distribuição territorial das ocorrências criminais por Comando Policial e as características mais comuns dos menores infratores, permitindo direcionar a atividade operacional da PSP, concretamente dos polícias afetos às EPES.

Destas ocorrências analisadas apenas algumas tipologias de ocorrências criminais e não criminais se podem incluir em *bullying* escolar. Mesmo as que se podem incluir (*e.g.*, ofensas à integridade física voluntária simples; ameaça e coação), como não se sabe em que contornos ocorreram, não podemos afirmar que todas constituem situações relativas ao fenómeno. Não obstante, podemos inferir que, em algumas destas situações, nomeadamente naquelas em que o mesmo menor pratica os factos criminais mais do que uma vez, podemos estar perante esta problemática social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado o momento de apresentar as considerações finais, iremos verificar o cumprimento dos objetivos previamente traçados, dar uma resposta à pergunta de partida e apresentar as conclusões do estudo. Iremos ainda expor as limitações sentidas no decorrer da elaboração da dissertação, bem como algumas sugestões para futuras investigações.

Começamos por verificar o cumprimento dos objetivos específicos, previamente delimitados, através dos resultados obtidos com a concretização do nosso estudo. No que respeita ao primeiro objetivo específico proposto na nossa investigação: “a exploração em profundidade dos dados disponíveis no SEI com o objetivo de criação de uma tipologia contextual das ocorrências em meio escolar”, consideramos que este foi cumprido. Através do tratamento dos dados do SEI, facultados pelo DEPOP da DNPSP, conseguimos conhecer a tendência evolutiva da violência escolar, as categorias criminais e não criminais mais praticadas e, no caso da análise aos dados facultados para o ano de 2019, conhecemos ainda a distribuição territorial das ocorrências criminais, bem como alguns aspetos relativos aos menores infratores que praticaram as ocorrências.

Quanto ao segundo objetivo proposto: “definição conceptual do fenómeno do *bullying* em meio escolar a partir da empiria observada”, consideramos que, a revisão da literatura realizada permite uma definição conceptual mais abrangente do fenómeno. Na parte teórica apresentamos e explicamos algumas das formas de *bullying* escolar existentes. Com isto, percebemos que o *bullying* escolar não se reduz a uma tipologia única, dada a sua complexidade, e que existem uma multiplicidade de formas existentes para o praticar. Com a análise de conteúdo realizada às entrevistas, concluímos que não há unanimidade no que respeita a esta questão. Isto leva-nos a crer que no nosso universo de entrevistados, o discurso é ainda pouco consolidado.

Com a realização da investigação percebemos que a intervenção face ao *bullying* escolar implica a envolvimento de várias entidades. A escola é uma entidade com um papel preponderante, devendo estar sempre envolvida na gestão de todos os casos de *bullying* no seu estabelecimento de ensino. Todavia, pode-se socorrer de outras entidades que a auxiliem na gestão de todo o processo e permitam reduzir os efeitos prejudiciais do *bullying* escolar nos intervenientes.

Porque consideramos que a PSP tem um papel importante na intervenção perante uma situação de *bullying* escolar, e de forma a cumprir com o terceiro objetivo específico estipulado: “criação de um referencial de atuação que permita aos polícias do PES atuar

perante os casos de *bullying* em meio escolar”, construímos um quadro (cf. Apêndice N) com um conjunto de medidas a adotar neste âmbito. Este referencial foi contruído com base na análise bibliográfica realizada na parte teórica do estudo, nomeadamente no segundo capítulo, bem como através da análise de conteúdo às entrevistas realizadas e dos resultados apurados a partir do tratamento dos dados registados no SEI da PSP. No quadro elaborado podemos observar algumas medidas a adotar em diferentes fases do processo de intervenção, estando estipulados alguns procedimentos obrigatórios (*e.g.*, realização de expediente e seu encaminhamento), e outros que, ainda que não sejam obrigatórios, permitem uma intervenção mais completa, eficaz e multifacetada.

Apesar de considerarmos que a PSP deve ser uma das entidades a intervir perante casos de *bullying* escolar, importa igualmente perceber que a envolvimento desta só faz sentido em determinadas situações. Assim, a escola deve realizar uma avaliação prévia sobre a necessidade da envolvimento desta entidade. Em situações em que a prática do *bullying* não configura factos tipificados como crime (*e.g.*, ameaças, injúrias, agressões físicas e/ou verbais, perseguição, devassa da vida privada), nem a situação se afigure como grave, a escola pode gerir a situação, através das próprias regras do regulamento escolar e do novo estatuto do aluno, e nesses casos a participação da PSP não deverá estar na primeira linha de resposta. Nos casos em que exista a prática de factos tipificados como crime, ou mesmo que não exista, se a escola for incapaz de resolver a situação por si, deve a PSP intervir.

Neste sentido, urge responder à pergunta de partida inicialmente proposta: **“Qual o modelo policial a seguir para enfrentar o *bullying* escolar?”** que se relaciona com o terceiro objetivo específico proposto.

Para a PSP intervir eficazmente no fenómeno, deve conhecê-lo o melhor possível e sabê-lo identificar. Através da realização das entrevistas, percebemos que a perceção dos informantes é que existe um conjunto de comportamentos que indiciam que determinado aluno pode ser um *bully*. Com isto criámos um quadro que reúne todos os exemplos de comportamentos mencionados pelos entrevistados (cf. Apêndice O). Contudo, gostaríamos de referir que as respostas obtidas evidenciam que os informantes adotam respostas díspares e múltiplas, demonstrando que no que respeita a esta matéria, o discurso adotado ainda é pouco consistente. Note-se também que a adoção destes comportamentos por parte de um aluno, não significa imperativamente que este seja um agressor. Contudo, deve levar a que o indivíduo que deteta os comportamentos esteja atento e averigue a situação.

Em muitos casos, os polícias que integram as EPES não são quem deteta dos casos de *bullying* escolar, mas sim outros membros da comunidade escolar que têm um contacto constante com os alunos (*e.g.*, pares, pais e encarregados de educação, professores e auxiliares). Contudo, sendo a PSP uma entidade com um papel importante na intervenção do fenómeno e, cada vez mais, uma entidade próxima e parte integrante da comunidade escolar, consideramos que deve também ela conhecer estes comportamentos.

Apesar de algumas das medidas de abordagem já constarem em Apêndice N, iremos de seguida abordá-las detalhadamente, bem como tecer algumas considerações sobre as mesmas. Após identificado um caso de *bullying* escolar, os Agentes que integram as EPES, caso ainda não se encontrem no local devem, primeiramente, deslocar-se ao estabelecimento de ensino e garantir que todos se encontram em segurança. Posto isto, deverão identificar os intervenientes e recolher o máximo de informações que consigam sobre a situação.

Mediante as idades dos intervenientes, bem como se os factos praticados se consubstanciam como factos tipificados como crime, a PSP realiza expediente e encaminha-o para as entidades adequadas. Após a adoção das medidas obrigatórias mencionadas, as EPES devem procurar adotar procedimentos que permitam intervir a vários níveis. De seguida, abordaremos esses mesmos procedimentos que, ainda que sejam dispensáveis por lei, consideramos relevantes para uma eficaz intervenção no fenómeno.

Antes de mais, as EPES devem sempre sensibilizar a escola para que esta se comprometa com a situação. Para isso, as EPES poderão realizar reuniões com os elementos da comunidade escolar (*e.g.*, como a direção da escola, diretores de turma, professores, pais e alunos), a fim de sensibilizar estes intervenientes para adotarem medidas que resolvam o problema de forma permanente.

A PSP deve também garantir uma maior proximidade e visibilidade junto da comunidade escolar nestas situações. Para isso, a PSP pode intensificar a realização de ações de sensibilização *a posteriori*, tanto aos alunos, como aos pais. A realização destas ações, permite não só consciencializar para o fenómeno, como promove uma maior presença junto da comunidade escolar. A acrescentar a isto, as EPES devem privilegiar aquele estabelecimento de ensino, aumentando o patrulhamento exterior.

É muito importante que as EPES, através do policiamento de proximidade, criem parcerias locais (*e.g.*, Junta de Freguesia), de forma a conseguirem apoios a vários níveis. A PSP deve procurar trabalhar em rede com outras entidades, para conseguir obter maior

eficácia na intervenção de casos de *bullying* escolar. O trabalho em conjunto permite resolver os problemas locais de segurança, no caso concreto o *bullying* escolar, levando a concretizar aquilo que é, de facto, o policiamento de proximidade.

Os entrevistados são da opinião que o apoio psicológico é muito importante. O apoio dado deve passar por garantir uma intervenção individual com o agressor. A intervenção deve garantir que existe uma efetiva transformação nos alunos e consequentemente alteração dos comportamentos adotados. O trabalho contínuo no indivíduo é absolutamente prioritário. Contudo, importa perceber que o comportamento de *bullying* não é simplesmente o resultado de características individuais, mas algo que sofre a influência das múltiplas relações existentes a nível social. Para além dos fatores individuais existem também fatores ambientais, que influenciam o aparecimento do fenómeno. Estes fatores necessitam de uma abordagem que permita compreender a estrutura social.

Concluimos assim que a intervenção no *bullying* escolar necessita de abordagens amplas, que atuem a vários níveis, e que permitam ir mais além do pensamento convencional. É importante conjugar abordagens que permitam compreender fatores individuais (*e.g.*, como a genética e traços psicológicos), considerando simultaneamente a estrutura social. A intervenção deve ser realizada numa abordagem que deve ser multifacetada, pois as origens do problema também são múltiplas, relacionando-se e influenciando-se entre si.

Depois de adotadas as medidas as EPES devem garantir um acompanhamento da situação pós-ocorrência, mediante a realização de contactos regulares com as entidades envolvidas, de forma a acompanhar de perto o agressor, bem como as medidas que lhe serão aplicadas e a sua eficácia.

Percebemos assim que as EPES devem, perante a complexidade do fenómeno do *bullying* escolar, realizar intervenções amplas e múltiplas. Desta forma, não basta a realização de expediente e seu encaminhamento para as entidades competentes, sendo também necessário a adoção de medidas que permitem uma intervenção mais completa e que permita resolver o problema atuando nas suas origens, seja em parceria com a direção da escola, com os diretores de turma, outros colegas e, idealmente, com pais e psicólogos.

Apesar de alcançados os objetivos deste estudo e de respondida à pergunta de partida, pronunciamo-nos agora sobre algumas limitações que foram surgindo durante a realização da nossa investigação. Um dos primeiros constrangimentos que importa elencar é o facto de nos encontrarmos sob imposição de medidas excecionais e temporárias de



resposta à situação epidemiológica provocada pelo novo coronavírus-COVID 19, fator impeditivo de um alargamento da aplicação das entrevistas a mais informantes externos como inicialmente tínhamos proposto, bem como da realização de todas as entrevistas de forma presencial.

Outra dificuldade que se fez sentir foi a impossibilidade de realizar uma análise documental a peças de expediente elaboradas no SEI, como inicialmente havíamos pensado. Era nosso intuito consultar as peças de expediente dos NIP's que se repetiam mais vezes na base de dados de 2019 cedida pelo DEPOP da DNPSP, a fim de conhecer o conteúdo do corpo de texto e perceber se algumas das ocorrências se constituíam casos de *bullying* escolar. Porém, o acesso ao SEI foi-nos negado, em virtude dos normativos que regem o controlo e acesso a esta base de dados, não permitirem acesso ao mesmo antes da conclusão do CFOP.

Por fim, teceremos algumas sugestões para futuras investigações, sempre com o objetivo primordial de melhorar a atuação policial perante o *bullying* e, consequentemente, garantir a segurança escolar. Desta forma, como proposta para futuras investigações, consideramos que seria relevante realizar uma investigação que estudasse o papel da PSP na intervenção primária perante o *bullying* escolar, isto é, na sua prevenção. Outra investigação pertinente seria realizar um estudo de carácter longitudinal, de forma a perceber, que tipo de adultos são aqueles que foram agressores de *bullying* em contexto escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, M. (1998). *Cinco ensaios sobre a motivação*. Coimbra: Almedina.
- Almeida, M. (2012). *O bullying no contexto escolar (2º e 3º ciclos) - Um plano de intervenção e prevenção*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Escola Superior de Educação Almeida Garrett.
- Alves, P. B. (1997). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. In *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10 (2). pp. 369-373. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-79721997000200013>
- Antunes, D. & Zuin, A. (2008). Do *bullying* ao preconceito: os desafios da *bárbarie* à educação. In *Revista Psicologia e Sociedade*. 20 (1). pp. 33-42.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2017). *Estatísticas APAV | Relatório Anual de 2017*. Lisboa: APAV. Disponível em: [https://apav.pt/apav\\_v3/images/pdf/Estatisticas-APAV\\_Relatorio-Anual-2017.pdf](https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas-APAV_Relatorio-Anual-2017.pdf)
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2018). *Estatísticas APAV | Relatório Anual de 2018*. Lisboa: APAV. Disponível em: [https://apav.pt/apav\\_v3/images/pdf/Estatisticas\\_APAV\\_Relatorio\\_Anual\\_2018.pdf](https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2018.pdf)
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2019). *Estatísticas APAV | Relatório Anual de 2019*. Lisboa: APAV. Disponível em: [https://apav.pt/apav\\_v3/images/pdf/Estatisticas\\_APAV-Relatorio\\_Anual\\_2019.pdf](https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV-Relatorio_Anual_2019.pdf)
- Araújo, M. (2009). *Preditores Individuais e Organizacionais de Bullying no Local de Trabalho*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho: Escola de Psicologia
- Arendt, H. (1985). *Violência*. Brasília: Universidade De Brasília.
- Ayres, L. (2008). Semi-structured interview. In *The Sage encyclopedia of qualitative research methods (Vols. 1 e 2)*, pp. 810-811. Los Angeles, CA: Sage.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Beane, A. (1999). *Bully-Free Classroom. Over 100 Tips & Strategies for Teachers K8*. Minneapolis: Free Spirit Publishing

- Beane, A. (2006). *A sala de aula sem bullying*. Porto: Porto Editora
- Beane, A. (2011). *Proteja o seu filho do bullying*. Porto: Porto Editora.
- Bell, J. (2010). *Como Realizar um Projeto de Investigação: Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. (5.ª Edição). Lisboa: Gradiva Publicações, S.A.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. New York: University Press.
- Bernstein, J. & Watson, M. (1997). Children who are targets of bullying: a victim pattern  
In *Journal of Interpersonal Violence*, 12(4), pp. 483-498.
- Berger, K. S. (2007). Update on bullying at school: Science forgotten?. In *Developmental Review*, 27, pp. 90-126.
- Bernoux, P. (1969). *Violences et société*. Paris: Editions ouvrières.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Brannen, J. (2005). *Mixed Methods Research: A discussion paper*. London: University of London.
- Bronfenbrenner, U. (1979). Ecological system theory. *Annals of Child Development*, 6, pp. 187-249.
- Brosses, C. (2009). *Histoire Des Navigations Aux Terres Australes V2 (1756)*. Whitefish: Kessinger Publishing.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*, Oxford University Press.
- Buelga, S., Cava, M. & Musitu, G. (2010) Cyberbullying: victimización entre adolescentes a través del teléfono móvil y de Internet. In *Psicothema*, 22 (4), p. 784-789
- Carvalho, J. (2009). *Metodologia do trabalho científico: "saber-fazer" da investigação para dissertações e teses* (2.ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Carvalhosa, S., Lima, L. & Matos, M. (2002). *Bullying – A provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português*. In *Análise Psicológica*, 4 (20), 571-585 Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v20n4/v20n4a03.pdf>

- Carvalhosa, S. & Matos, M. (2005): Provocação entre pares em idade escolar. In M.Matos (Ed.). *Comunicação, gestão de conflitos e saúde na escola* (3º Ed.). Cruz Quebrada: FMH Edições.
- Carvalhosa, S. (2010) *Prevenção da Violência e do Bullying em Contexto Escolar*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Castro, A. (2011). School Bullying – A (des)necessidade da criminalização da violência escolar. In *Jornal Penal*. Disponível em <https://jornalpenal.wordpress.com/2011/02/01/schoolbullying-%E2%80%93-a-desnecessidade-da-criminalizacao-da-violencia-escolar/>
- Coelho, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Costa, J. e Soares, S. (2002). *O Gang e a Escola*. Lisboa: Edições Colibri.
- Costa, M. & Vale, D. (1998). *A violência nas escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Costantini, A. (2004). *Bullying: como combatê-lo?*. São Paulo: Itália Nova Editora
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Cruz, A. (2011). *O cyberbullying no contexto português*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa
- Custódio, A. (2016). *Prevenção do bullying em contexto escolar. A sala de aula sem bullying*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciências
- David, M. (2014). *Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade: Funcionalidades, problemas e potencialidades*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCPSI.
- Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro. (1982). Institui o regime aplicável em matéria penal aos jovens com idade compreendida entre os 16 e os 21 anos. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 221/1982, 3006(64)-3006(66). Lisboa: Assembleia da República.
- Debarbieux, E. (2007). *Violência na escola: Um desafio mundial?* Lisboa: Instituto Piaget.

- Delgado, P. (2006). *O direito da criança. Da participação à responsabilidade. O Sistema de protecção e educação de crianças e jovens*. Porto: Profedições.
- Derber, C. & Magrass, Y. (2016). *Bully Nation: How the American Establishment Creates a Bullying Society*. Lawrence: University Press of Kansas.
- Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro (2017). Aprovação do Regulamento do Programa Escola Segura. *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195/2017, 22867 - 22869. Lisboa: Administração Interna e Educação - Gabinetes da Ministra da Administração Interna e do Ministro da Educação.
- Dias, D. (2013). *Mediação de Comportamentos Desviantes em Meio Escolar: um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCPSI
- Díaz-Aguado, M. (2005). Por qué se produce la violencia escolar y como prevenirla. In *Revista iberoamericana de educación*, 37, pp. 17-47.
- Direção Geral da Educação. (2019) Escola sem *bullying*. Escola sem violência. – Prevenção e combate ao *bullying*, *ciberbullying* e a outras formas de violência. Disponível em [https://www.sembullyingsemviolencia.edu.gov.pt/?page\\_id=25026](https://www.sembullyingsemviolencia.edu.gov.pt/?page_id=25026)
- Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio da DNPPSP (Programa Integrado de Policiamento de Proximidade – PIPP).
- Duhomel, F. & Fortin, M. (2009). Os Estudos de Tipo Descritivo. In M.-F. Fortin (Ed.), *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (5.ª Edição, pp. 161–172). Loures: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Elias, L. (2007). *Policiamento de Proximidade: Desafios e Perspectivas Futuras*. In *Revista Polícia Portuguesa*. Lisboa: DNPPSP.
- Estrela, T. (2002). *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula*. Porto: Porto Editora.
- Fante, C. (2005). *Fenômeno Bullying. Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas: Verus Editora.
- Fante, C. & Pedra, J. (2008) *Bullying escolar: perguntas e respostas*. Porto Alegre: Artemed.

- Fante, C. (2008). Brincadeiras Perversas. In *Viver Mente e Cérebro*, 181, pp. 74-79. Disponível em [https://revistamentecerebro.uol.com.br/reportagens/brincadeiras\\_perversas.html](https://revistamentecerebro.uol.com.br/reportagens/brincadeiras_perversas.html)
- Fernandes, L. & Seixas, S. (2012). *Plano Bullying: como apagar o bullying da escola*. Lisboa: Plátano Editora S. A.
- Fernandes, E., Henriques, S., Mendes, S. & Ribeiro, E. (2015) *Bullying: Conhecer para Prevenir*. In *Millenium*, 49, pp. 77-89.
- Fischer, G. (1992). *A dinâmica social: Violência, poder, mudança*. Lisboa: Planeta/ISPA.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (5.<sup>a</sup> ed.). Loures: Lusociência.
- Fortin, M.-F., Côle, J. & Vissandjée, B. (2009). As Etapas do Processo de Investigação. In M.-F. Fortin (Ed.), *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (5.<sup>a</sup> Edição, pp. 35-43). Loures: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Freire, I., Simão, A. & Ferreira, A. (2006). O estudo da violência entre pares no 3º Ciclo do ensino básico – um questionário aferido para a população escolar portuguesa. In *Revista Portuguesa de Educação*, 19(2), pp. 157-183.
- Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica - Fundamentos Métodos e Técnicas* (3ª edição). Lisboa: Instituto Piaget.
- Freud, S. (1969) O mal-estar na civilização. In *Obras Completas de Sigmund Freud vol. XXI*, pp.75-176, Rio de Janeiro: Imago.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (2001). *O inquérito: Teoria e prática* (4ª ed.) Oeiras: Celta Editora.
- Jacinto, T. (2015). *A violência nas praxes académicas: Contributos para o desenvolvimento de um programa especial de proximidade*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCPSI
- Julien, H. (2008). Content analysis. In L. *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods* (Vols. 1 e 2), pp. 120-122

Lei n.º 1/2005, de 12 de agosto (2005). Sétima revisão constitucional. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 155/2005, 4642-4686. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. (2007). Aprova a Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 168/2007, 6065-6074. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro. (2012). Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar que estabelece os direitos e deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 172/2012, 5103-5119. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro. (2015). Procede à primeira alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 4/2015, 396-436. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 26/2018, de 05 de julho. (2018). Regularização do estatuto jurídico das crianças e jovens de nacionalidade estrangeira acolhidos em instituições do Estado ou equiparadas (quarta alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e sexta alteração ao regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional). *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 26/2018, 2902-2903. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 102/2019, de 06 de setembro (2019). Quadragésima nona alteração ao Código Penal Português. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 171/2019, 20-24. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (2019). Aprova a Lei do Cibercrime, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão Quadro n.º 2005/222/JAI, do Conselho, de 24 de fevereiro, relativa a ataques contra sistemas de informação, e adapta o direito interno à Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 179/2009, 6319 – 6325. Lisboa: Assembleia da República.

Leonardo, J. (2004), *As violências nas escolas*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

- Lopes, A. (2005). *Bullying – Comportamento agressivo entre estudantes*. In *Jornal de Pediatria*, 81(5), 164-172.
- Lopes, J. (2001). *Problemas de comportamento, problemas de aprendizagem e problemas de “ensinagem”*. Coimbra: Quarteto.
- Lorenz, K. (1966). *On aggression*. New York: Harcourt, Brace & World.
- Martínez, J. (2006). *Bullying: el maltrato entre iguales. Agresores, víctimas y testigos en la escuela*. Salamanca: Amarú Ediciones.
- Martins, J. & Simões, M. (coord.) (2019). *Crime, Desvio e Risco na Adolescência*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda
- Martins, L. (2013) *Bullying. A violência entre adolescentes em contexto escolar: uma meta-análise*. Dissertação de Mestrado. Funchal: Universidade da Madeira-Faculdade de Artes e Humanidades. Disponível em [http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/Upload/PDF9/006986\\_tese.pdf](http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/Upload/PDF9/006986_tese.pdf)
- Martins, M. (2003) Agressão e vitimação entre adolescentes em contexto escolar: variáveis sociodemográficas, psicossociais e sociocognitivas. In *Análise Psicológica*, 4 (XXIII), pp 401-425 Disponível em [http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6012/1/2005\\_23%284%29\\_401.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6012/1/2005_23%284%29_401.pdf)
- Matos, A., Pessoa, T., Amado, J. & Jäger, T. (2011). Agir contra o *cyberbullying*: Manual de formação. In *Literacia, Media e Cidadania. Atas do 1.º Congresso*, 183-197 Disponível em [file:///C:/Users/recompra.es/Downloads/\[2011\]\\_atas-Icongresso-literacia-UM.pdf](file:///C:/Users/recompra.es/Downloads/[2011]_atas-Icongresso-literacia-UM.pdf)
- Matos, M. (2008). A saúde do adolescente: o que se sabe e quais são os novos desafios. In *Análise Psicológica*, 2(XXVI), pp. 251-263.
- Matos, M., Negreiros, J., Simões, C. & Gaspar, T. (2009). *Violência, Bullying e Delinquência – Gestão de Problemas de Saúde em Meio Escolar*. Lisboa: Coisa de ler.
- Mattos, P. (2005). A entrevista não-estruturada como forma de conversação: Razões e sugestões para sua análise. In *Revista de Administração Pública*, 39 (4), 823-847.



- Melin, F., & Pereira, B. (2016). Perfis dos intervenientes no *bullying* escolar: atitudes e comportamentos na agressão entre pares. In *Estudos sobre bullying: família, escola e atores*, pp. 179-209
- Mendes, C. (2010). Violência na escola: conhecer para intervir. In *Revista de Enfermagem Referência*, II (12), pp. 71–82.
- Miller, T. & Kraus, R. (2008). School-Related violence: Definition, Scope; and Prevention Goals. In T. W. Miller, *School Violence and Primary Prevention* (pp. 15-24). New York: Springer.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2006). Despacho 252650/2006 de 19 de dezembro: Regulamento do PES, *Diário da República*, 2.<sup>a</sup> série, n.º 242.
- Monks, C. & Coyne, I. (2011). *Bullying in different contexts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mucchielli, R. (1994). *A entrevista não directiva*. São Paulo: Martins Fontes.
- Neto, A. (2005). *Bullying*: Comportamento agressivo entre estudantes. In *Jornal de Pediatria*, 81(5), 164-172
- Neto, C., Barreiros, J. & Bom, L. (1979). Alguns critérios para construção de espaços de recreio e jogo para crianças. In *Ludens*, 9 (2), pp. 45-51
- Neves, P. & Guerra, R. (2015). *Teses em Ciências Sociais - Dicas Muito Práticas*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda
- Ochoa, A. (2016). *Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades*. Dissertação de Mestrado. Lisboa. ISCPSI
- Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Oliveira, J. (2015). *A Manutenção da Ordem Pública em Democracia*. Lisboa: ISCPSI.
- OMS (Organização Mundial de Saúde) (2002). *World report on violence and health summary*. OMS: Geneva. Disponível em <http://www.who.int/publications/en/>

- Olweus, D. (1993a). *Conductas de acoso y amenaza entre escolares*. Madrid: Ediciones Morata.
- Olweus, D. (1993b). *Bullying at school. What we Know and what we can do*. Oxford: Blackwell.
- Olweus, D. (1995). Bullying or peer abuse at school: Facts and intervention. In *Current Directions in Psychological Science*, 4, 196-200.
- Olweus, D. (1998). *Conductas de acoso y amenaza entre escolares*. Madrid: Morata.
- Olweus, D. (1999). Norway. In P. Smith, Y. Morita, J. Junger-Tas, D. Olweus, R. Catalano & P. Slee (Ed.), *The Nature of School Bullying. A cross-national perspective*. London: Routledge.
- Olweus, D. (2006). El acoso escolar. Una revisión general. In A. Serrano (Ed.), *Acoso y violencia en la escola. Como detectar, prevenir y resolver el bullying*. Barcelona: Editorial Ariel, S. A.
- Pais, L. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de Doutoramento, não publicada. Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
- Paulo, D. (2010). *Crianças e Jovens em risco e/ou perigo: A PSP no Sistema de Protecção*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCPSI
- Pereira, B., Almeida, A., Valente, L. & Mendonça, D. (1996). O *bullying* nas escolas portuguesas: Análise de variáveis fundamentais para a identificação do problema. In L. Almeida (Org.), *Actas II Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia* (pp. 71-81). Braga: Universidade do Minho
- Pereira, B. (2002). *Para uma Escola sem Violência: Estudo e Prevenção das Práticas Agressivas entre Crianças (2.ª Edição)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Pereira, B. (2008). *Para uma escola sem violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. 2ª Edição. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação Para a Ciência e Tecnologia.

- Piqueira, C. (2018) *Bullying - Não...isso magoa! Comportamentos violentos entre crianças/adolescentes em contexto escolar*. Dissertação de Mestrado. Almada: Instituto Piaget - Instituto de Estudos Interculturais e Transdisciplinares
- Pocinho, M. (2012). *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*. Lisboa: Lidel
- Polícia de Segurança Pública (s/d). Escola Segura. O que é? Disponível em: <https://www.psp.pt/Pages/atividades/programa-escola-segura.aspx>.
- Portugal, G. (1992). *Ecologia e desenvolvimento humano em Bronfenbrenner*. Aveiro: CIDINE.
- Proposta de lei 46/XI/2.<sup>a</sup>. (2010) Cria o crime de violência escolar e procede à 27.<sup>a</sup> alteração ao Código Penal. *Assembleia da República*.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (4.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramírez, F. (2001a). Variables de personalidad asociadas en la dinámica *bullying* (agresores versus víctimas) en niños y niñas de 10 a 15 años. In *Anales de Psicología*, 1, 37-43
- Ramírez, F. (2001b). *Condutas agressivas na idade escolar*. Amadora. McGraw-Hill.
- Reis, E. (2008). *Estatística Descritiva* (7.<sup>a</sup> ed. rev.). Lisboa: Sílabo.
- Reppold, C., Pacheco, J., Bardagi, M. & Hutz, S. (2002). Prevenção de Problemas de Comportamento e o Desenvolvimento de Competências Psicossociais em Crianças e Adolescentes: Uma Análise das Práticas Educativas e dos Estilos Parentais. In C. S. Hutz (Org.). *Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência: Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo. pp. 7-51.
- Rodrigues, A. (1997). Repensar o Direito de Menores em Portugal – Utopia ou Realidade?. In *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 3, pp. 361-367.
- Rodríguez, N. (2004). *Bullying, guerra na escola*. Lisboa: Sinais de Fogo-Publicações.
- Salgado, V. (2016). *Programa escola segura: da notoriedade e do impacto das atividades preventivas nos jovens*. Dissertação de Mestrado. Lisboa. ISCPSI.

- Salmivalli, C. (2005). Consequences of school bullying and violence. *A Report From the Conference Taking Fear Out of Schools*, organized by the OECD, the Norwegian Ministry of Education and Research, Directorate for Primary and Secondary Education and the University of Stavanger, September 2004. Centre for Behavioural Research.
- Sampaio, D. (2001). *Voltei à escola*. Lisboa: caminho.
- Sampson, R. (2009). *Bullying in Schools*. U.S.: Community Oriented Policing Services. Department of Justice Disponível em <https://popcenter.asu.edu/sites/default/files/problems/pdfs/portuguese/o-bullying-nas-escolas.pdf>
- Santo, P. (2015). *Introdução à metodologia das ciências sociais: génese, fundamentos e problemas* (2.<sup>a</sup> Edição). Lisboa: Edições Sílabo, Lda
- Santos, E. (2007). *O Bullying em uma escola filantrópica: As crianças contam suas histórias*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Santos, L. & Lima, J. (2016). Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação. *Cadernos do IESM*. Lisboa, Portugal: Centro de Investigação e Desenvolvimento.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sebastião, J. (2003). Cidades e cidadanias: Que papel para as escolas? In J. Correia, & M. Matos (Eds.), *Violência e violências da e na escola*, pp. 49-54. Lisboa: Afrontamento.
- Sebastião, J., Campos, J. & Amaral, P. (2004). *Escola e Violência: Conceitos, Políticas, Quotidianos*. Relatório de Pesquisa. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia: Instituto Universitário de Lisboa.
- Seixas, S. R. (2009). Diferenças de género nos comportamentos de *bullying*: contributos da neurobiologia. In *Revista Interações*, 5(13), pp. 63-97.
- Silva, E. & Menezes, E. (2001). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina.

- Silva, M. (2008). *Programa Escola Segura: Desafios e Oportunidades para a Melhoria do Relacionamento Polícia-Comunidade Escolar*. Tese Final de Licenciatura em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.
- Silva, V. (2009). *A “justiça penal” de menores: o delinquente e a vítima*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Smith, P. & Sharp, S. (1994). *School Bullying: Insights and perspectives*. London: Routledge.
- Solberg, M. & Olweus, D. (2003). Prevalence Estimation of school bullying with the Olweus bully/victim questionnaire. In *Aggressive Behavior*, 29, pp. 239-268.
- Sousa, M. & Baptista, C. (2014). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: Pactor.
- Strecht, P. (2008). *A minha escola não é esta: Dificuldades de aprendizagem e comportamentos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Thornberg, R (2015). *The social dynamics of school bullying: The necessary dialogue between the blind men around the elephant and the possible meeting point at the social-ecological square*. Vol. 3, n.º 1, pp. 1-41. Disponível em <http://10.3384/confero.2001-4562.1506245>
- UNESCO (2019). *Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris: UNESCO. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368092/PDF/368092por.pdf.multi>
- Veiga, F. (2007). *Indisciplina e Violência na Escola: Práticas comunicacionais para Professores e Pais*. Coimbra: Almedina.
- Ventura, J. (2016). *Tipificação Legal da Violência Escolar*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A- FATORES-CHAVE DO *BULLYING* E EXEMPLOS DE COMPORTAMENTOS PARA AS SUAS DIFERENTES TIPOLOGIAS

Critérios que têm obrigatoriamente de estar presentes:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reiteração dos comportamentos;</li> <li>- Desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima;</li> <li>- Intencionalidade na adoção dos comportamentos;</li> </ul>	
Tipologia de <i>bullying</i>	Possíveis comportamentos adotados
<b>Bullying direto</b> (o agressor encontra-se na presença da vítima)	<b>Verbal</b> - Injuriar ( <i>e.g.</i> , chamar nomes; criticar a aparência; colocar alcunhas; rebaixar); ameaçar.
	<b>Físico</b> - Ofender a integridade física ( <i>e.g.</i> , empurrar, dar pontapés; beliscar; puxar cabelo; cuspir); furtar; roubar; danificar pertences.
	<b>Sexual</b> - Proferir comentários de natureza sexual; exibicionismo repetido; fazer propostas de cariz sexual; contacto físico indesejável.
<b>Bullying indireto</b> (O agressor não se encontra na presença da vítima)	<b>Social/Relacional</b> - Excluir a vítima do grupo; encorajar outros jovens a não se darem com a vítima; ignorar a vítima; inventar factos sobre a vítima, para os outros não se relacionarem com ela.
	<b>Cyberbullying</b> - envio de mensagens intimidatórias; envio de mensagens com teor ofensivo à vítima; violação da intimidade ( <i>e.g.</i> , partilha de conteúdo que contém informação privada sobre a vítima); o agressor faz-se passar pela vítima com o intuito de denegrir a imagem da mesma; expulsão da vítima de determinado grupo existente em contexto cibernético; publicação de conteúdo que contém informação privada sobre a vítima.

## APÊNDICE B – MEDIDAS ADOTADAS NO PROJETO *BULLYING IN SCHOOLS*

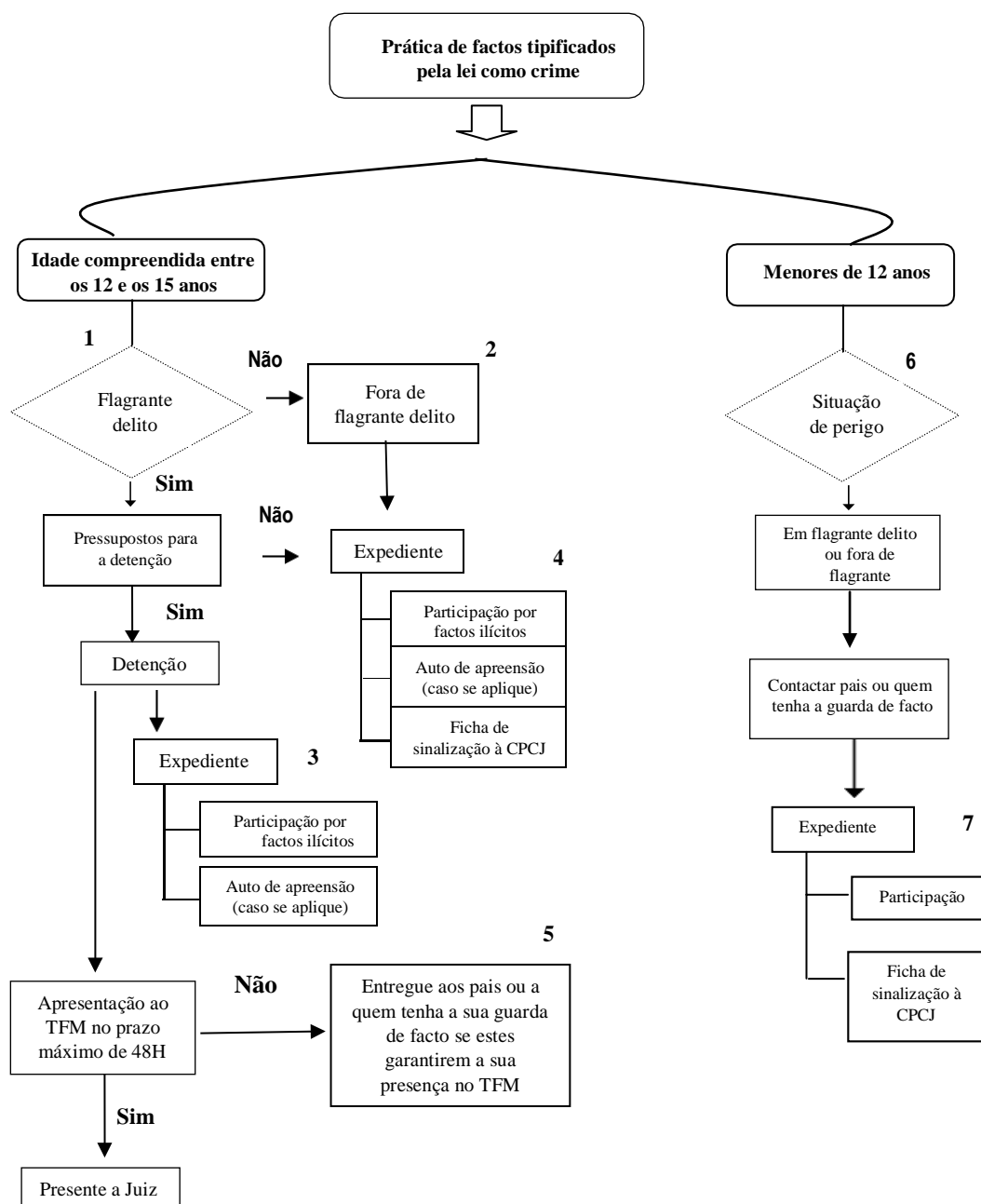
### **Medidas adotadas no Projeto *Bullying in Schools*:**

- ✓ Utilização de uma “abordagem integral à escola”, também conhecida por “*whole-school approach*”, desenvolvida por Olweus, que engloba o comprometimento e envolvimento da Direção da escola, bem como os professores, os funcionários da escola e os alunos, permitindo instituir uma política abrangente;
- ✓ Estabelecimento de meios que permitem aumentar as denúncias de *bullying* feitas pelos alunos;
- ✓ Desenvolvimento de atividades nas áreas menos supervisionadas;
- ✓ Aumento do tempo de supervisão por parte de adultos e monitorização das áreas onde o *bullying* é expectável, através da presença de funcionários da escola em determinados locais;
- ✓ Desfasamento entre as pausas para almoço e/ou entre os períodos de aulas, de forma a minimizar o número de agressores e de vítimas presentes na mesma altura e local;
- ✓ Atribuição de tarefas aos agressores durante os intervalos das aulas;
- ✓ Colocação de avisos nas salas de aulas a proibir o *bullying* e a informar os alunos das suas consequências;
- ✓ Aumento da formação ministrada aos professores sobre as técnicas de gestão das aulas;
- ✓ Informar os alunos sobre as normas da escola no que respeita ao *bullying*.

(Adaptado: Sampson, 2009)



## APÊNDICE C – PROCEDIMENTOS POLICIAIS A ADOTAR PERANTE A PRÁTICA DE FACTOS TIPIFICADOS COMO CRIME POR MENORES COM IDADE ATÉ AOS 16 ANOS



### Legenda:

1. Os pressupostos para a detenção de menor com idade entre 12 e 15 anos constam no art.º 52.º da LTE.

2. A detenção de menor fora de flagrante delito tem apenas lugar quando a comparência do menor não puder ser assegurada pelos pais ou por quem tenha a sua guarda de facto, fazendo-se por mandado judicial, de acordo com o art.º 51.º, n.º 2 da LTE.

3. Para os menores de idade não se elabora a constituição de arguido, não se sujeita a TIR, não se preenche o boletim individual de detido e não se atribui NUIPC ao expediente.

4. Elabora-se uma só participação por factos ilícitos para todos os menores intervenientes.

5. É recolhido em centro educativo próximo ou em instalações adequadas da entidade policial, caso não seja garantida comparência no TFM.

6. A prática de factos tipificados pela lei como crimes, é suscetível de enquadrar as situações de perigo previstas no art.º 3.º, n.º 2, alíneas f) e g) da LPCJ.

7. Elabora-se uma participação para cada menor envolvido na ocorrência.

**APÊNDICE D – DESCRIÇÃO DOS INFORMANTES INTERNOS E EXTERNOS**Tabela 1 - *Informantes externos à PSP.*

<b>Código</b>	<b>Idade</b>	<b>Género</b>	<b>Profissão</b>	<b>Tempo de experiência profissional na área</b>
<b>E07</b>	42 anos	M	Psicólogo clínico e terapeuta familiar	20 anos
<b>E08</b>	37 anos	F	Psicóloga clínica e psicoterapeuta	14 anos
<b>E09</b>	40 anos	M	Psicólogo clínico	18 anos
<b>E10</b>	40 anos	F	Psicóloga clínica e psicoterapeuta	18 anos
<b>E11</b>	37 anos	F	Psicóloga	12 anos

Tabela 2 - *Informantes internos à PSP*

<b>Código</b>	<b>Idade</b>	<b>Género</b>	<b>Categoria</b>	<b>Tempo de experiência profissional na área</b>
<b>E06</b>	55 anos	F	Comissário	13 anos
<b>E03</b>	44 anos	M	Comissário	4 anos
<b>E01</b>	44 anos	M	Chefe Principal	11 anos
<b>E05</b>	45 anos	M	Chefe	14 anos
<b>E02</b>	36 anos	F	Agente	5 anos
<b>E04</b>	34 anos	M	Agente	4 anos

## APÊNDICE E – GUIÃO DA ENTREVISTA PARA INFORMANTES EXTERNOS

### Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



### A PSP perante o fenómeno do *bullying*: da identificação à intervenção

Esta entrevista enquadra-se na investigação científica intitulada de: «A PSP perante o fenómeno do *bullying*: da identificação à intervenção», com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais.

Com a presente entrevista pretendemos obter a opinião qualificada dos entrevistados, com o objetivo de perceber quais os comportamentos que um agressor costuma adotar que são indiciadores de que este é propenso a desenvolver comportamentos categorizados como *bullying* escolar, bem como qual a melhor forma da PSP, concretamente dos polícias afetos ao Programa Escola Segura, intervirem.

Entrevista nº \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Género: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Tempo de experiência profissional nas funções que atualmente desempenha: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Hora de início: \_\_\_\_\_ Hora de fim: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## Questões

1. Qual a sua opinião sobre a evolução do número de casos de *bullying* em contexto escolar?

Entendamos por *bullying* direto aquele que ocorre quando há situações de confronto direto, subdividindo-se em *bullying* físico, verbal ou sexual, e por *bullying* indireto, aquele que se dá quando o agressor não contacta diretamente com a vítima, subdividindo-se em *bullying* social e *cyberbullying*.

2. Qual é na sua opinião o tipo de *bullying* mais frequente? Considera que ao longo dos anos têm existido variações no *modus operandi* dos agressores? Em que sentido?
3. Existem comportamentos que indiciam que um indivíduo seja propenso a ser um *bully* (agressor)? Se sim, quais? Contrariamente, considera que o *bullying* surge de atos inesperados e, de algum modo, é imprevisível e insuscetível de prevenção? Quais são, na sua opinião, as causas subjacentes ao aparecimento deste fenómeno?
4. Num caso de *bullying* escolar, em que momento faz sentido envolver a PSP?
5. Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se possível dê-nos a sua opinião profissional perante tal abordagem.

## APÊNDICE F – GUIÃO DA ENTREVISTA PARA INFORMANTES INTERNOS

### Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



## A PSP perante o fenómeno do *bullying*: da identificação à intervenção

Esta entrevista enquadra-se na investigação científica intitulada de: «A PSP perante o fenómeno do *bullying*: da identificação à intervenção», com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais.

Com a presente entrevista pretendemos obter a opinião qualificada dos entrevistados, com o objetivo de perceber quais os comportamentos que um agressor costuma adotar que são indiciadores de que este é propenso a desenvolver comportamentos categorizados como *bullying* escolar, bem como qual a melhor forma da PSP, concretamente dos polícias afetos ao Programa Escola Segura, intervirem.

Entrevista nº \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Género: \_\_\_\_\_

Categoria: \_\_\_\_\_

Tempo de experiência profissional nas funções que atualmente desempenha: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Hora de início: \_\_\_\_\_ Hora de fim: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## Questões

1. Qual a sua opinião sobre a evolução do número de casos de *bullying* em contexto escolar?

Entendamos por *bullying* direto aquele que ocorre quando há situações de confronto direto, subdividindo-se em *bullying* físico, verbal ou sexual, e por *bullying* indireto, aquele que se dá quando o agressor não contacta diretamente com a vítima, subdividindo-se em *bullying* social e *cyberbullying*.

2. Qual é na sua opinião o tipo de *bullying* mais frequente? Considera que ao longo dos anos têm existido variações no *modus operandi* dos agressores? Em que sentido?
3. Existem comportamentos que indiciam que um indivíduo seja propenso a ser um *bully* (agressor)? Se sim, quais? Contrariamente, considera que o *bullying* surge de atos inesperados e, de algum modo, é imprevisível e insuscetível de prevenção? Quais são, na sua opinião, as causas subjacentes ao aparecimento deste fenómeno?
4. Que entidades considera que devem estar envolvidas numa ocorrência de *bullying* escolar para gerir esses casos?
5. Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se possível dê-nos a sua opinião profissional sobre a avaliação que a comunidade escolar (*e.g.*, pais e encarregados de educação, professores, funcionários, direção da escola) fez dessa mesma intervenção.

## APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

### Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



### Termo de Consentimento Informado

Este documento vincula-se ao estudo com o título «A PSP perante o fenómeno do *bullying*: da identificação à intervenção», da autoria de Daniela Bernardo Morgado Janeiro, finalista do Curso de Formação de Oficiais de Polícia, ministrado pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Neste âmbito foram-me explicados os objetivos do trabalho e foi solicitada a minha colaboração para uma entrevista.

A participação neste estudo tem caráter voluntário e por isso, posso desistir a qualquer momento desta entrevista.

Compreendo que não irá existir qualquer tipo de remuneração ou custos pela minha participação. É-me garantido que sempre que necessitar de algum esclarecimento o mesmo ser-me-á facultado.

Consinto, de forma livre, esclarecida e informada, a gravação de áudio, na condição de se proceder à destruição da mesma logo após o seu tratamento. Por outro lado, o investigador compromete-se a guardar os dados recolhidos em condições seguras de armazenamento, não autorizando a partilha com terceiros. Os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para os fins da investigação aqui mencionada.

Aceito, pois, colaborar neste estudo.

**Assinatura:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_

## APÊNDICE H – ENTREVISTAS REALIZADAS A INFORMANTES INTERNOS

### Entrevistado 1

**1. Qual a sua opinião sobre a evolução do número de casos de *bullying* em contexto escolar?** A minha experiência profissional diz-me que existe uma maior consciência para o fenómeno e as pessoas conhecem melhor a terminologia do *bullying*. No entanto, o *bullying* sempre existiu. Sempre existiram crianças a chamar nomes a outras crianças, como “caixa de óculos”, “gordinho”, “gorducho”, não lhe era é atribuída tanta importância. Atualmente, quer na escola, quer na restante sociedade, existe maior consciencialização sobre o que é o *bullying* e as suas consequências. Como existe uma maior consciencialização do problema, leva a um aumento do número de denúncias, o que não significa necessariamente um aumento do número de casos. Nós temos mais casos denunciados junto do programa Escola Segura, seja na 1.<sup>a</sup> Divisão, seja noutras Divisões. Tenho esta noção pois dou formação, e por isso, conheço a realidade do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP. Portanto, relativamente à sua pergunta, considero que existem mais casos denunciados, o que não quer dizer que existam mais casos, pois o número de casos praticados mantém-se.

**2. Entendamos por *bullying* direto aquele que ocorre quando há situações de confronto direto, subdividindo-se em *bullying* físico, verbal ou sexual, e por *bullying* indireto, aquele que se dá quando o agressor não contacta diretamente com a vítima, subdividindo-se em *bullying* social e *cyberbullying*. Qual é na sua opinião o tipo de *bullying* mais frequente? Considera que ao longo dos anos têm existido variações no *modus operandi* dos agressores? Em que sentido?** O *bullying* não começa por ser *bullying* direto. Começa por ser *bullying* indireto, sem a presença da vítima. E penso que este tipo de *bullying* é o mais frequente. Começam por dizer mal, e só depois vêm as injúrias, as provocações, o gozo constante, o “achincalhar”, que culminam, muitas vezes, quando a vítima não se consegue defender ou ninguém a auxilia, em agressões físicas. Como nós sabemos o *bullying* em si não existe como facto ilícito, existem sim outros factos ilícitos tipificados na lei como crime que fazem parte deste fenómeno, como é o caso das ameaças, ofensas à integridade física, injúrias, furtos, extorsão, entre outros. Tudo isto são factos tipificados criminalmente que são muito comuns em situações de *bullying*. Eu acho que o mais frequente numa fase inicial é a difamação, logo o *bullying* indireto, que depois rapidamente passa para as injúrias, o *bullying* direto. Portanto, primeiro sem estar na presença da vítima,



e depois já com a presença da vítima, o “achincalhar” constante. Relativamente às variações no *modus operandi* dos agressores, sim, têm existido variações. Eu considero que o *bullying* tem variado conforme a evolução da sociedade, principalmente com as questões do *cyberbullying*. Também o nível de agressividade mudou, neste momento eu considero que os casos que vamos tendo, são cada vez mais graves, bem como as consequências.

**3. Existem comportamentos que indiciam que um indivíduo seja propenso a ser um bully (agressor)? Se sim, quais? Contrariamente, considera que o bullying surge de atos inesperados e, de algum modo, é imprevisível e insuscetível de prevenção? Quais são, na sua opinião, as causas subjacentes ao aparecimento deste fenómeno?** Não é imprevisível, nem insuscetível de prevenção. Acho que a prevenção tem um papel importante. Sobretudo, nós Polícia de Segurança Pública, através do Programa Escola Segura, temos um papel fundamental e essencial na prevenção. A prevenção é feita com ações de sensibilização. Eu pessoalmente acho que o nosso trabalho enquanto polícias, deveria ser na área da prevenção e não na área da repressão. Não andarmos a ter um papel reativo, a responder às ocorrências, mas sim termos um papel preventivo, prevenir essas mesmas ocorrências. Começar cada vez mais cedo o papel de consciencializar e alertarmos para o fenómeno do *bullying*. A prevenção é feita com muita sensibilização. Relativamente à primeira parte da pergunta, no meu entender há alguns comportamentos que nós podemos verificar, como por exemplo a falta de empatia, a agressividade nas respostas, quer aos pares, quer aos adultos, quer aos professores. A falta de respeito à autoridade do professor, por exemplo. Acho que se não respeita os adultos, deve-se ficar alerta, porque dificilmente vai respeitar os pares. Relativamente às causas, existem uma série de fatores intrínsecos. A questão da família é importante. Podem ser eles os agredidos na família ou viver em contextos disfuncionais e, conseqüentemente, vão descarregar os seus problemas nos colegas. Normalmente, os casos que nós apanhamos mais graves, verificamos que o próprio contexto familiar desses alunos, dos *bullies*, é disfuncional. Famílias onde não há respeito, não há regras, há agressividade. Para além da família, outra causa, poderá ser a exclusão social.

**4. Que entidades considera que devem estar envolvidas numa ocorrência de bullying escolar para gerir esses casos?** Depende da gravidade da situação. Contudo, considero essencial a escola, pois é importante responsabilizar a escola. Também a PSP, deve ser

sempre sinalizada ao nível da Escola Segura. A escola não se pode demitir, nem pode esconder os problemas que têm. O *bullying* é um problema da comunidade escolar, e por isso, tem que ser resolvido pela comunidade escolar. Para além da escola e da PSP, devem ser envolvidas as associações de pais e associações de alunos. Se já tiverem associações de alunos, acho essencial a participação destes jovens, porque há problemas que também devem ser resolvidos ao nível de pares. Caso haja necessidade a CPCJ e em *ultima ratio*, o Tribunal.

**5. Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se possível dê-nos a sua opinião profissional sobre a avaliação que a comunidade escolar (e.g., pais e encarregados de educação, professores, funcionários, direção da escola) fez dessa mesma intervenção.** Sim, conheço. Conheço diversos casos. Aqui na 1.<sup>a</sup> Divisão, há um contacto muito próximo com as escolas, sendo que estas pedem inclusivamente a participação dos Agentes nas reuniões de acompanhamento. Lembro-me de um caso em particular. Neste caso existiam injúrias e agressões. Como forma de resolução, a PSP, além do expediente que deve ser elaborado, contactou ainda os encarregados de educação. Mais tarde foram feitas reuniões com a Polícia, o diretor de turma, encarregados de educação, quer dos agressores, quer da vítima. Foram realizadas várias reuniões em separado. Devem-se privilegiar as reuniões com os encarregados de educação em separado, a não ser que exista alguma possibilidade de mediarmos o conflito e colocarmos os pais a falar uns com os outros. O que nem sempre é boa ideia. Para além disto os polícias falaram perante a turma, e foram intensificadas ações *a posteriori*, quer aquela turma, quer às restantes turmas. Intensificámos durante as semanas seguintes a nossa presença, privilegiámos esse estabelecimento de ensino, as entradas e saídas com policiamento no exterior. Tentámos manter também um contacto regular com o diretor de turma para saber se a situação estava controlada ou não. **Relativamente à avaliação da comunidade escolar perante a atuação da PSP nessa situação?** Quando resolvemos o problema há uma avaliação positiva, quando não conseguimos resolver o problema, por falta de respostas, a avaliação já não é tão boa. No caso que relatei, tivemos algumas dificuldades, mas penso que gostaram da nossa atuação.

## Entrevistado 2

**1. Qual a sua opinião sobre a evolução do número de casos de *bullying* em contexto escolar?** Em contexto escolar apercebemo-nos que, a partir do segundo ou terceiro comportamento, as pessoas mais facilmente nos procuram para uma intervenção quando necessário, pois estão mais consciencializadas do que é o *bullying*. Contudo sobre o número de ocorrências de *bullying* em contexto escolar, não tenho notado uma grande evolução, existem é mais denúncias. Um aspeto que gostaria de salientar, em termos da evolução dos casos de *bullying*, é que a 1.<sup>a</sup> Divisão tem sentido que o número das questões relacionadas com *cyberbullying* têm vindo a aumentar.

**2. Entendamos por *bullying* direto aquele que ocorre quando há situações de confronto direto, subdividindo-se em *bullying* físico, verbal ou sexual, e por *bullying* indireto, aquele que se dá quando o agressor não contacta diretamente com a vítima, subdividindo-se em *bullying* social e *cyberbullying*. Qual é na sua opinião o tipo de *bullying* mais frequente? Considera que ao longo dos anos têm existido variações no *modus operandi* dos agressores? Em que sentido?** Aqui a faixa etária faz com que as respostas sejam um bocadinho divergentes. Sentimos que, no primeiro ciclo, o *bullying* que existe em maior número é o direto, isto é, situações relacionadas com o *bullying* físico ou verbal. A partir do segundo ciclo surgem as questões sociais, quer a nível de exclusão social, quer questões relacionadas com *cyberbullying*. **E ao longo dos anos, considera que os agressores têm vindo a alterar o seu *modus operandi*?** Sim, os casos de *bullying* indireto, concretamente os casos de *cyberbullying* têm vindo a manifestar-se muito mais, os agressores cada vez mais utilizam a internet para praticar o *bullying*. A evolução das novas tecnologias tem favorecido mais situações desse género.

**3. Existem comportamentos que indiciam que um indivíduo seja propenso a ser um *bully* (agressor)? Se sim, quais? Contrariamente, considera que o *bullying* surge de atos inesperados e, de algum modo, é imprevisível e insuscetível de prevenção? Quais são, na sua opinião, as causas subjacentes ao aparecimento deste fenómeno?** Relativamente ao facto de ser imprevisível e insuscetível de prevenção, não considero que seja, pois nós realizamos diversas ações de sensibilização que tentam prevenir o *bullying*. No que concerne aos comportamentos, para nós PSP, que não temos uma presença na escola constante, não é tão fácil identificarmos essas situações. Contudo, os comportamentos existem e nós devemos estar sempre atentos para poder detetar algum

desses comportamentos, de forma a prevenir situações de *bullying*. Por norma, são crianças que acabam por ter um pouco mais de dificuldade em se dar com os outros, em estabelecer uma relação de empatia digamos assim. Relativamente às causas, as questões familiares têm bastante reflexo no comportamento na escola. Muitas vezes a falta de afeto na família, acaba por se manifestar com atitudes mais agressivas na escola, pois os agressores sentem a necessidade de chamar à atenção de alguma maneira. Apesar de sabermos que não é regra, o que se nota é que a grande maioria das crianças que têm propensão para ter este tipo de comportamentos vêm de famílias mais desestruturadas. A parte familiar acaba por influenciar, visto que, depois acabamos por ver que são crianças que não têm muitas regras incutidas ou então que os pais têm uma atitude de superproteção. Normalmente, conseguimos sempre associar algum fator familiar.

**4. Que entidades considera que devem estar envolvidas numa ocorrência de *bullying* escolar para gerir esses casos?** Quando existem estas situações, nós temos sempre os Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) das escolas. No nosso caso, da 1.<sup>a</sup> Divisão, nós temos uma relação bastante próxima como o GAAF, sendo este gabinete que nos dá a conhecer alguns casos de *bullying*. A este gabinete recorrem muitos alunos, bem como diretores de turma, para falar de alguma situação que tenham conhecimento. O contacto que a PSP tem com este gabinete é essencial, pois permite-nos fazer um trabalho em conjunto. Para algumas situações de *bullying*, as sinalizações para a CPCJ, podem não ser a solução para o problema numa fase inicial, por isso, tentamos que exista, primeiramente, um trabalho por parte dos psicólogos deste gabinete e os técnicos de ação social. Numa primeira fase, muitas vezes, é pedido apenas uma ação de sensibilização aquela turma, não existindo mais intervenções para além desta. Estamos a falar de questões iniciais, em que ainda não existem comportamentos que estejam tipificados como crime. Para situações de *bullying* no geral, considero que devem estar envolvidos psicólogos, os diretores de turma, a direção da escola, e depois, só em questões mais extremas, a CPCJ e outro tipo de medidas.

**5. Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se possível dê-nos a sua opinião profissional sobre a avaliação que a comunidade escolar**

(*e.g.*, pais e encarregados de educação, professores, funcionários, direção da escola) fez dessa mesma intervenção. Sim, conheço. Lembro-me de uma situação relacionada com questões de *cyberbullying*, em que uma aluna de uma turma estava a ser, através do grupo *whatsapp* da turma, injuriada. Inicialmente, simplesmente deixou de utilizar o grupo, mas numa fase posterior acabou por contar à mãe. A mãe viu o que estava escrito nesse grupo e acabou por falar com a diretora de turma, que por sua vez contactou o GAFF, e este contactou com a PSP. Nós quando tivemos conhecimento da situação, primeiramente, realizámos uma reunião com o GAFF e os encarregados de educação da aluna. Foram também convocados os encarregados de educação dos três alunos que tinham mais influência nesse grupo. Os encarregados de educação não tinham acesso a nada do que os filhos escreviam ou liam, pois não havia qualquer tipo de supervisão, desconhecendo toda a situação. Assim foram informados e foi feita uma ação de sensibilização para todos os pais. Percebeu-se que não havia intenção de todos os alunos da turma em magoar a vítima, mas que tinham acabado por se associar aos restantes, para ficarem bem. A grande maioria deles não tinha nenhum problema com a colega, simplesmente acabavam por não lhe falar para não se sentirem colocados de parte. Foi feito um trabalho em conjunto com os psicólogos e, todos juntos, fizemos até jogos para se conseguirem por no lugar do outro. Muitas vezes podem-nos faltar algumas ferramentas, ou até mesmo aos psicólogos, mas fazendo um trabalho conjunto torna-se mais fácil atingir os objetivos e acompanhar os casos. Foi uma situação de sucesso e apesar das diferenças de cada um, não houve mais problemas em relação à aluna. Este processo demorou algum tempo, não foi só uma reunião ou duas, nem uma ação de sensibilização, mas foi o resultado de uma continuidade e participação de diversas entidades. Nós sentimos que os encarregados de educação e os professores, e quem teve conhecimento, viram esta situação de uma forma preocupada e gostaram da intervenção policial. Normalmente, percebem a nossa intervenção, e não me recordo, sinceramente, de uma situação em que isso não tenha acontecido. Veem a nossa presença como uma mais-valia e também sabem que, por norma, não somos chamados por qualquer tipo de questão.

### Entrevistado 3

**1. Qual a sua opinião sobre a evolução do número de casos de *bullying* em contexto escolar?** Nós, na Direção Nacional, temos uma visão diferente daquilo que pode ser visto no terreno, por quem lida com as ocorrências. Aqui, temos acesso ao conjunto de todas as ocorrências, na nossa plataforma dos programas especiais de policiamento, através da qual, posteriormente, conseguimos extrair dados. Extraímos dados para monitorização das ocorrências criminais e não criminais, no âmbito da Escola Segura. Sabemos que não existe concretamente a tipificação de *bullying*, existem sim várias tipificações que mediante determinados requisitos, se podem constituir *bullying*. Analisando os dados da nossa plataforma, conseguimos perceber qual a variação no número de ocorrências, por exemplo injúrias, ameaças ou ofensas corporais, mas não sabemos exatamente se deste número de crimes, todas as situações têm a ver com *bullying*. Pode haver uma mera ofensa corporal entre dois alunos, momentânea, que não se consubstancie como *bullying*. E com as injúrias e ameaças a mesma coisa. Assim, as conclusões que podemos retirar sobre a evolução dos números e casos de *bullying*, é com base nestes dados, e eventualmente, empiricamente, pelo número de denúncias que recebemos, diretamente através do e-mail da Escola Segura. Contudo, também o número de denúncias é relativo, pois apenas começou a ser mais comum no último ano letivo, visto que as pessoas começaram a ter mais conhecimento, talvez através do *site* da PSP, da existência do e-mail da Escola Segura. Portanto, temos a noção empírica desta forma, através das denúncias que recebemos, e depois temos a noção com base em dados estatísticos das ocorrências criminais e não criminais reportadas pelos Agentes da Escola Segura. No entanto isto não nos dá um número real dos casos de *bullying*. Centrando-nos naquilo que nós conseguimos efetivamente ter, relativamente às ofensas corporais, tem havido algum decréscimo no período compreendido entre o ano letivo 2014/2015 a 2018/2019. Por outro lado, as injúrias e ameaças, têm um acréscimo. Menos ocorrências corporais, mas mais situações de injúrias e ameaças. Em relação ao *bullying* concretamente, apesar de não estar tipificado como crime, é um fenómeno cada vez mais visível. Pode-se fazer uma comparação com a violência doméstica, pois à semelhança desta, existe cada vez mais uma maior visibilidade, designadamente na comunicação social, o que leva a que depois pareça que existe cada vez mais um maior número de casos, mas na realidade, pelo menos se nos basearmos nas tipificações criminais, não tem existido grande variação.

**2. Entendamos por *bullying* direto aquele que ocorre quando há situações de confronto direto, subdividindo-se em *bullying* físico, verbal ou sexual, e por *bullying* indireto, aquele que se dá quando o agressor não contacta diretamente com a vítima, subdividindo-se em *bullying* social e *cyberbullying*. Qual é na sua opinião o tipo de *bullying* mais frequente? Considera que ao longo dos anos têm existido variações no *modus operandi* dos agressores? Em que sentido?** A nível da Direção Nacional nós não temos qualquer base estatística que nos permita afirmar qual é o tipo de *bullying* mais frequente. Algo que conseguimos extrair do trabalho diário e das convivências com as situações que vamos tendo, é que os casos de *cyberbullying* têm aumentado. O *modus operandi* dos agressores tem variado, na medida em que estes utilizam cada vez mais as redes sociais. Dados concretos sobre qual o tipo de *bullying* que tem uma maior preponderância, através do SEI nós não conseguimos ver, porque ou está um crime de ofensas à integridade física, ou está um crime de injúrias, ou de ameaças, ou as duas coisas associadas. Não está lá tipificado que é *bullying*. O que penso que acontece na maior parte das vezes é que é cumulativo, ocorrem os dois tipos de *bullying*. Mas lá está, não há dados concretos que nos permitam dizer que temos mais *bullying* direto do que indireto, ou vice-versa.

**3. Existem comportamentos que indiciam que um indivíduo seja propenso a ser um *bully* (agressor)? Se sim, quais? Contrariamente, considera que o *bullying* surge de atos inesperados e, de algum modo, é imprevisível e insuscetível de prevenção? Quais são, na sua opinião, as causas subjacentes ao aparecimento deste fenómeno?** Existem alguns comportamentos que indiciam. Tem a ver sobretudo com o estilo da personalidade, a forma como se relacionam a nível das relações interpessoais. Se são indivíduos problemáticos que utilizam a violência com facilidade. No que respeita às causas, por vezes, relaciona-se com o meio social e familiar onde estão inseridos. Não tem propriamente a ver com o facto de serem de famílias carenciadas ou de famílias com melhores condições sociais, mas sim, com o ambiente que vivem dentro dessas famílias. Porque nem sempre uma família com melhores condições sociais tem menos violência ou exposição à violência. Assim, considera-se que a exposição à violência, um ambiente familiar e social agressivo, leva a que depois se reflitam esses mesmo comportamentos nas suas relações interpessoais na escola, com as outras crianças. Assim, crianças que venham de famílias onde existe violência, pode levar a que numa situação em que a criança entre em conflito com outra criança, tenha maior propensão para tentar fazer exatamente aquilo

que vê no seu dia-a-dia, porque tem esse exemplo, essa forma de ver e tentar resolver as questões. **Relativamente à segunda parte da questão, é imprevisível e insuscetível de prevenção?** Não é imprevisível e também não é insuscetível de prevenção. Isto é a minha opinião, com base na minha experiência e nas funções que desempenho. Eu acho que existem crianças que cometem atos que inicialmente não percebem que são *bullying*. Fazem aquilo sem ter grande consciência do que pode acarretar para o outro. Estou a falar de situações em que ainda estão numa fase muito inicial, e não de situações extremas. Penso que inicialmente alguns nem terão a noção dos atos que estão a cometer, a não ser que já lhes tenham sido dadas ações de sensibilização. Ao nível da Escola Segura têm sido realizadas algumas ações de sensibilização. Só para os anos de 2014/2015 a 2018/2019, fazendo a média de mais ou menos 25 alunos por sessão, que é a média que temos agora nos últimos anos letivos em que há registo das presenças nas sessões, temos cerca de 185 000 alunos sensibilizados, em ações de sensibilização sobre *bullying*, onde é falado também sobre o *cyberbullying*. Relativamente a ações de sensibilização sobre a internet segura, isto é, relacionado com questões de *cyberbullying*, fizemos mais 171 000. Portanto são 356 000 alunos só nestes anos letivos sensibilizados. Penso que algumas destas ações de sensibilização surtem efeito e por isso consegue-se fazer essa prevenção. Obviamente que se não fizéssemos estas ações de sensibilização, se calhar o conhecimento seria menos, e consequentemente poderia levar a mais casos e cada vez mais graves. O objetivo das ações de sensibilização é mostrar as consequências que o fenómeno pode ter na outra parte.

**4. Que entidades considera que devem estar envolvidas numa ocorrência de *bullying* escolar para gerir esses casos?** As entidades variam conforme a situação. Contudo existem entidades que têm que estar sempre envolvidas, como é o caso da escola. Em primeiro lugar tem que ser esta a ter uma primeira ação, a sinalizar e a informar os envolvidos que aquele tipo de comportamento não é aceitável. Os professores, o diretor de turma e a direção da escola devem sempre intervir. Em situações extremas devem ser sinalizadas as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. E a Polícia de Segurança Pública deverá estar presente mediante as situações. Deve-se avaliar bem a situação. A PSP não está constantemente dentro das escolas e por isso, a primeira análise é feita por quem tem conhecimento da situação, geralmente um membro da escola. Esse adulto que tenha conhecimento, quer porque presenciou, quer porque recebeu a denúncia, deve fazer uma análise do caso em si. Posteriormente, conforme o caso, tentam perceber se conseguem resolver a situação a nível da escola ou se é necessário chamar a Polícia. Se



houver agressões com ofensas à integridade física, à partida, chamam sempre a PSP. Ao nível da escola depois poderá haver um envolvimento de psicólogos. A sinalização para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens dependerá da situação. Mas numa situação extrema, é necessário ver o que é que está à volta dessa criança e os riscos a que a mesmo está exposta.

**5. Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se possível dê-nos a sua opinião profissional sobre a avaliação que a comunidade escolar (e.g., pais e encarregados de educação, professores, funcionários, direção da escola) fez dessa mesma intervenção.** Conheço, sim. Os casos que nós na Direção Nacional conhecemos são casos denunciados que nos chegam, maioritariamente, por e-mail, denúncias feitas para o e-mail da Escola Segura. Por norma, são casos de ofensas à integridade física e injúrias. Contudo, como nós não vamos ao local, não conseguimos conhecer a situação em pormenor, de forma a conseguir perceber o que é que está de facto por trás da denúncia. Muitas das denúncias que nos chegam têm muitos poucos dados, têm apenas a informação que existe, supostamente, uma criança que está a ser vítima de *bullying*. Estas denúncias posteriormente são encaminhadas para o Comando, de forma a chegar à Escola Segura da área e depois, com essa denúncia, os elementos tentam contactar com estes pais que fazem a denúncia e com as escolas para perceber melhor a situação. Mas nós aqui não temos esse *feedback*, pois não há acompanhamento da situação. **E relativamente à opinião que a comunidade escolar faz do vosso trabalho?** Normalmente a nível da Escola Segura o *feedback* que temos é que a comunidade escolar tem muito boa imagem das nossas equipas, do trabalho que é feito.

## Entrevistado 4

**1. Qual a sua opinião sobre a evolução do número de casos de *bullying* em contexto escolar?** Não considero que tenha vindo a aumentar. O *bullying* sempre existiu, ele agora é mais denunciado às entidades. Atualmente, existe ainda a questão do *cyberbullying*, resultante do fenómeno das redes sociais. Portanto considero que o *bullying* em si não tem vindo a aumentar, no entanto existem mais questões relacionadas com o *cyberbullying*.

**2. Entendamos por *bullying* direto aquele que ocorre quando há situações de confronto direto, subdividindo-se em *bullying* físico, verbal ou sexual, e por *bullying* indireto, aquele que se dá quando o agressor não contacta diretamente com a vítima, subdividindo-se em *bullying* social e *cyberbullying*. Qual é na sua opinião o tipo de *bullying* mais frequente? Considera que ao longo dos anos têm existido variações no *modus operandi* dos agressores? Em que sentido?** Considero que o *bullying* mais frequente é o direto. No que respeita às variações na forma de praticar o *bullying* eu penso que estas existem. Atualmente os alunos usam mais as tecnologias, e por isso, existem mais casos de *cyberbullying*. Este tipo de *bullying* leva a que exista um maior número de pessoas a assistir e a ter conhecimento dos casos. O que acontece muito, atualmente, é que por vezes o *bullying* direto, isto é, as agressões físicas ou as injúrias, são filmadas e por isso, passam a ser do conhecimento de um maior leque de pessoas. No passado, o *bullying* também acontecia, mas só determinado número de pessoas é que assistiam. Era um momento mau, a pessoa já sofria as mazelas que sofria, mas ficava tudo mais contido. Atualmente, já existem casos em que essas situações são gravadas e a vítima tem que estar sempre a levar com a reprodução do vídeo, porque este conteúdo não desaparece. Existe um maior número de pessoas com acesso ao vídeo. Muita gente publica e comenta, o que leva a que seja mais difícil de ultrapassar a situação.

**3. Existem comportamentos que indiciam que um indivíduo seja propenso a ser um *bully* (agressor)? Se sim, quais? Contrariamente, considera que o *bullying* surge de atos inesperados e, de algum modo, é imprevisível e insuscetível de prevenção? Quais são, na sua opinião, as causas subjacentes ao aparecimento deste fenómeno?** Muitos dos agressores, aqui nesta comunidade, têm um défice em casa, ou porque não têm educação, ou porque falta amor, ou todo um outro conjunto de fatores que depois levam a que a criança se torne mais agressiva. Relativamente aos comportamentos existem alguns que podem indiciar. No dia-a-dia, por norma têm um mau desempenho escolar e chegam a

levar produtos ilícitos para a escola. O comportamento com os funcionários, professores ou auxiliares, por norma, é de desrespeito. O *bullying* não é imprevisível. E, relativamente à prevenção, penso que também é possível prevenir o fenómeno. As ações de sensibilização que damos nas escolas ajudam muito.

**4. Que entidades considera que devem estar envolvidas numa ocorrência de *bullying* escolar para gerir esses casos?** Acho que depende da fase em que está o *bullying*. A escola deve estar sempre presente, assim como a psicóloga, para avaliar tanto o agressor, como o agredido. Quando se trata de uma situação já repetitiva ou então por si só mais grave, a PSP tem que dar conhecimento à CPCJ, para atribuir a ajuda adequada aos intervenientes.

**5. Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se possível dê-nos a sua opinião profissional sobre a avaliação que a comunidade escolar (e.g., pais e encarregados de educação, professores, funcionários, direção da escola) fez dessa mesma intervenção.** Sim, já tive uma ocorrência de *bullying*. O que aconteceu é que os pais da vítima se deslocaram à escola a queixarem-se de uma situação de *bullying* para com o seu filho. Estes pais exigiam uma atuação por parte da escola. Aquela criança andava a sofrer agressões físicas e injúrias constantes. Perante esta situação falei com o agressor, expliquei-lhe que estava a cometer factos tipificados como crime. Como a criança não estava referenciada na CPCJ, fiz o expediente a dar conhecimento à CPCJ do que estava a acontecer. O que eu noto, pela minha experiência, é que a maior parte das escolas e os psicólogos que lá trabalham, muitas vezes, não dão conhecimento à CPCJ dos casos. Eu e o meu colega, sempre que vamos a uma ocorrência em que fazemos o registo, damos conhecimento à CPCJ. E se a Escola já tiver dado conhecimento à CPCJ de outra ocorrência com aquele aluno, mencionamos isso no expediente, para não haver duplicação de informação, ficando toda a informação num só processo. Relativamente à opinião que a comunidade escolar fez sobre essa mesma intervenção, tenho a sensação que gostaram, pois consegui que os pais da vítima ficassem melhor informados e mais tranquilizados. Na altura a mãe da vítima estava a exigir um conjunto de medidas, como a transferência do seu filho para outra escola, que não iriam resolver o problema totalmente.

## Entrevistado 5

**1. Qual a sua opinião sobre a evolução do número de casos de *bullying* em contexto escolar?** Considero que o número de ocorrências não aumentou, manteve-se, o número de denúncias é que, provavelmente, aumentou. Porque as pessoas estão mais conscientes, visto que, nós também damos mais ações de sensibilização nas escolas. Existe mais conhecimento sobre o fenómeno, o que pode levar a mais denúncias e, consequentemente, a uma perceção da existência de um maior número de casos, que provavelmente não é real.

**2. Entendamos por *bullying* direto aquele que ocorre quando há situações de confronto direto, subdividindo-se em *bullying* físico, verbal ou sexual, e por *bullying* indireto, aquele que se dá quando o agressor não contacta diretamente com a vítima, subdividindo-se em *bullying* social e *cyberbullying*. Qual é na sua opinião o tipo de *bullying* mais frequente? Considera que ao longo dos anos têm existido variações no *modus operandi* dos agressores? Em que sentido?** O mais frequente penso que, atualmente, é o *bullying* indireto, porque temos tido mais queixas, e por isso, parece-me que este tipo de *bullying* tem vindo a aumentar. Existe uma variação na forma de os agressores praticarem o *bullying* decorrente da questão das redes sociais, que antes não existia. O resto do *modus operandi* mantém-se, tirando esta questão que agora surgiu, do *cyberbullying*. A questão do agredir fisicamente sempre existiu, pelo menos desde que eu trabalho na Escola Segura. A questão do dizer mal da outra criança ou de ameaçar também já existia, por isso, considero que a grande variação no *modus operandi* é mesmo a questão do *cyberbullying*.

**3. Existem comportamentos que indiciam que um indivíduo seja propenso a ser um *bully* (agressor)? Se sim, quais? Contrariamente, considera que o *bullying* surge de atos inesperados e, de algum modo, é imprevisível e insuscetível de prevenção? Quais são, na sua opinião, as causas subjacentes ao aparecimento deste fenómeno?** Existem alguns comportamentos sim, mas a meu ver quem os deve detetar é a escola, os pais ou encarregados de educação, pois são estes que têm maior contacto com as crianças. Nós, Polícia, geralmente não temos contacto suficiente para detetar esses comportamentos. Só se for durante uma ação de sensibilização, ou eventualmente, porque fomos chamados à escola por alguma situação, que pode ou não se relacionar com essas crianças. Mesmo que sejamos chamados à escola porque uma criança agrediu outra criança, não vamos logo associar a *bullying* se não tivermos ali outras coisas a indicarem que estamos perante uma

situação dessas. Relativamente aos comportamentos que a criança possa adotar que indiquem que ela é ou pode ser um agressor, pode ser o estar constantemente a fazer chacota de outra criança. A escola também poderá aperceber-se disso, se, eventualmente, ele andar sempre a comprar coisas novas para as quais supostamente não deveria ter dinheiro. Geralmente são mais irreverentes, querem ser o centro das atenções pelo pior motivo e consideram-se superiores. Quanto à segunda parte da pergunta, não considero que seja imprevisível e a prevenção pode ser feita. A escola tem que estar sensível. Se forem abertos à comunidade policial, nomeadamente a ações de sensibilização, daquilo que temos feito, temos notado que surte efeito. Relativamente às questões que levantam e que suscitam a existência de *bullying*, muitas eu considero que serão familiares. Uma criança poderá estar a passar por algo na família que a faz ter aqueles comportamentos, nomeadamente pais em que esteja a existir uma situação de violência doméstica.

**4. Que entidades considera que devem estar envolvidas numa ocorrência de *bullying* escolar para gerir esses casos?** Primeiro que tudo, considero que deve ser a escola a fazer uma primeira intervenção, porque é ela que tem os seus regulamentos, tem os contactos diretos com os encarregados de educação e com os pais. Deverá tentar perceber se, por si só, consegue resolver a situação ou se aquele caso exige uma intervenção que implique outras entidades. Contudo, acho que pode chegar sempre à Comissão, porque a Comissão pode tentar apurar melhor o porquê daqueles comportamentos. A CPCJ tem técnicos que se calhar a escola às vezes não tem e que permitem uma melhor intervenção no problema. A PSP também deve estar presente. Em situações mais graves, que envolvam crimes, o Tribunal.

**5. Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se possível dê-nos a sua opinião profissional sobre a avaliação que a comunidade escolar (e.g., pais e encarregados de educação, professores, funcionários, direção da escola) fez dessa mesma intervenção.** Sim. Neste caso em concreto tratava-se de uma criança do 1.º ciclo, com os seus 7/8 anos, que começou por injuriar e agredir dois colegas com pequenos empurrões. Numa segunda fase começou a furtar bens dessas duas crianças, e numa situação extrema, agrediu um deles ao ponto de uma das vítimas já se encontrar

caída no chão e ainda assim o agressor continuar a agredir. Na altura como Chefe, indiquei aos elementos que tentassem averiguar se os pais das vítimas e do agressor já tinham conhecimento da situação. Ainda não havia conhecimento por parte dos pais, por isso, a PSP colocou-os ocorrentes da situação. Uma vez que já havia uma situação grave fez-se a participação simples com a sinalização para a CPCJ. No seguimento dessa intervenção houve também junto da escola o pedido para ações de sensibilização, que foram dadas, não só naquela turma, mas noutras. Damos em várias turmas e explicamos isso à Escola. Até agora têm percebido e têm concordado com esta medida, porque de facto surte efeito. **E qual é que acha que foi a avaliação da comunidade escolar perante a intervenção policial?** Até hoje, em todas as escolas, que são vinte e seis na nossa área, gostam da atuação dos elementos policiais. Os elementos da Escola Segura são bons operacionais, eu tenho uma boa relação com todos os presidentes de agrupamento, e na resolução dos vários problemas, temos sempre conseguido chegar a um bom acordo quanto à intervenção.

## Entrevistado 6

**1. Qual a sua opinião sobre a evolução do número de casos de *bullying* em contexto escolar?** Em relação ao número de casos de *bullying* não tenho a percepção que terá aumentado. O que há é maior visibilidade dos casos. A comunicação social dá-lhe outra ênfase e por isso fala-se mais do fenómeno, o que poderá levar, consequentemente, a uma ideia de que existirá um maior número de casos. Considero então, que o número de casos não tem vindo a variar muito ao longo dos anos, contudo esta problemática é agora mais visível.

**2. Entendamos por *bullying* direto aquele que ocorre quando há situações de confronto direto, subdividindo-se em *bullying* físico, verbal ou sexual, e por *bullying* indireto, aquele que se dá quando o agressor não contacta diretamente com a vítima, subdividindo-se em *bullying* social e *cyberbullying*. Qual é na sua opinião o tipo de *bullying* mais frequente? Considera que ao longo dos anos têm existido variações no *modus operandi* dos agressores? Em que sentido?** Na minha opinião, o *bullying* direto e o *bullying* indireto concorrem a par. No que respeita ao *modus operandi* dos *bullies* este variou. Com o aparecimento das novas tecnologias o *bullying* indireto, concretamente o *cyberbullying*, expandiu-se e fez com que o fenómeno chegasse a mais destinatários. O *bullying* direto, isto é, o confronto direto com a vítima existe e sempre existiu. Contudo, penso que existe é maior severidade dessa ação e às vezes mais indivíduos envolvidos. Assim, considero que o *modus operandi* tem vindo a variar, pois as ações são mais graves e o uso das novas tecnologias causa ainda um maior sofrimento das vítimas, porque o que entra na internet dificilmente sai da internet. O que acontece também é que muitas vezes quando estão a praticar o *bullying* direto, simultaneamente filmam esses atos e publicam diretamente para as redes sociais, tendo as outras pessoas acesso a esse conteúdo no imediato. Portanto, na minha opinião, existe maior severidade nas ações e propaga-se mais rápido por causa das novas tecnologias.

**3. Existem comportamentos que indiciam que um indivíduo seja propenso a ser um *bully* (agressor)? Se sim, quais? Contrariamente, considera que o *bullying* surge de atos inesperados e, de algum modo, é imprevisível e insuscetível de prevenção? Quais são, na sua opinião, as causas subjacentes ao aparecimento deste fenómeno?** Relativamente aos comportamentos dos *bullies*, estes existem sim. São jovens que, por norma, têm baixo rendimento escolar, não frequentam as aulas, e, quando vão à escola, não

é para frequentarem as aulas, mas para estarem disponíveis para atacarem as suas vítimas. São pessoas que têm um sentimento de impunidade muito elevado, porque não sentem de perto qualquer pressão da escola, da CPCJ, ou de outras entidades. Estes jovens têm um sentimento de impunidade muito elevado, porque as medidas que lhes são aplicadas, quer seja a suspensão das aulas ou qualquer outra medida de afastamento, não os impede de regressar. Se não conseguem praticar os atos dentro do recinto escolar, esperam as suas vítimas fora do recinto escolar e continuam o seu jogo de violência contra essas pessoas. São indivíduos que não têm filtros, não controlam os seus impulsos. Muitas vezes, vivem num ambiente de violência doméstica, ou um ambiente de negligência, ou num ambiente de maus tratos. Em muitas dessas famílias a única coisa que conhecem é a violência, sendo que depois repetem esses comportamentos na escola, porque são os únicos que conhecem, ou então, em casos de negligência afetiva, porque querem ser reconhecidos. Como ninguém os ama, ninguém os trata bem, tentam chamar a atenção sobre si na escola, pois pensam que ao serem violentos alguém irá reparar neles. Claro que depois não é fácil que essas crianças tenham um bom comportamento, quando eles nunca conheceram um bom comportamento. E não estou a falar das famílias que vivam em zonas urbanas sensíveis, pois mesmo nas famílias das classes altas, muitas vezes, existe negligência afetiva, estando as crianças completamente ao abandono, sozinhas, e a única forma de eles chamarem à atenção sobre si, é a fazerem asneiras. Se o *bullying* é imprevisível? Não. Se nós podemos prevenir o *bullying*? Sim. Como é que nós podemos prevenir o *bullying*? Podemos dar ações de sensibilização a dizer que há tolerância zero para a violência. A sensibilização deve começar quando ainda são pequeninos, logo desde o pré-escolar. Essa prevenção envolve professores, auxiliares, técnicos assistentes operacionais, pais, a comunidade em si. Não pode ser só uma entidade a tentar prevenir. Esta prevenção tem que ser feita de uma forma integrada e articulada entre os diversos parceiros. E isto está previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, no artigo 7.º, que determina que para fazer face ao *bullying*, todos os parceiros que estão num determinado território devem agir de forma articulada, tal e qual como se está a fazer no âmbito da violência doméstica. Tem que se começar o mais precocemente possível, de uma forma articulada e estruturada. Coisa que neste momento não existe. Importa perceber que só ações de sensibilização não chega, temos que ir ao fundo da questão, ao fundo do problema.

**4. Que entidades considera que devem estar envolvidas numa ocorrência de *bullying* escolar para gerir esses casos?** Deve existir um plano estruturado, em que esteja bem



identificado qual o papel dos intervenientes no caso de identificação de uma situação de *bullying*. É muito importante que os elementos da comunidade escolar, saibam identificar os sinais de *bullying* e depois consigam agir de forma articulada, cumprindo com um plano que deverá estar previamente definido. Portanto as várias formas de *bullying* devem ser todas identificadas e devem estar espelhadas num plano da escola, bem como devem estar definidos quais são os parceiros que devem de imediato ser chamados a intervir naquele caso em concreto. A escola deve garantir que existe uma articulação muito próxima com outras entidades, e daí que é muito importante o que diz na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que determina que deve estar definido um plano local de intervenção, em que identificando o fenómeno da violência escolar, neste caso o *bullying*, as escolas, a CPCJ, a PSP, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, IPSS, ONG, trabalhem em conjunto e comecem a tratar o fenómeno do *bullying*. O que nós sentimos falta, no caso da Escola Segura, é deste plano de intervenção, para que quando sejam identificadas situações de *bullying*, cada um dos parceiros saiba qual é o seu papel. Perante uma situação de *bullying* deve-se sempre atender à idade do agressor. Até aos 12 anos a intervenção deve passar sempre pela escola. Aliás todos os casos devem passar pela escola, porque a escola é a principal responsável em contexto escolar. Deve passar também pela Polícia, pelos pais, através das associações de pais e pelo GAAF, quando as escolas têm um GAAF. Muitas vezes as crianças que praticam o *bullying* precisam de apoio psicológico. Porque o facto de ser agressor não nos deve levar a desconsiderar essa criança. Tem-se que avaliar as causas que levaram aquela criança a ter este comportamento e acompanhá-la ao longo do tempo. A partir dos 12 anos entra a Lei Tutelar e Educativa, se aquilo que a criança fez puder ser tipificado como crime. Daí a necessidade de intervenção da Polícia e do Tribunal. Mas muitos desses casos chegam ao Tribunal e são arquivados. A Comissão de Proteção também deverá ser sinalizada. Porque uma criança que pratique reiteradamente este tipo de comportamentos, está claramente em grandes dificuldades, e a caminhar para a delinquência. Isto se já não a houver. Nestas situações também se deve envolver o GAAF, a associação de pais e outros serviços que trabalhem com a comunidade e que lidem com jovens. A partir dos 16 anos muitos desses comportamentos já são considerados crime e são penalizados. A Polícia deve ser sempre chamada como parceiro e claro que, até aos 18 anos, apesar de ele ter cometido um crime continua a ser um jovem abrangido pela lei de proteção. Portanto até aos 18 anos qualquer um destes jovens e crianças que pratiquem este tipo de comportamentos ou violência estão abrangidos pelo sistema de promoção e

proteção e por isso a Comissão deverá ser sempre envolvida. Uma medida que quero destacar é o apoio psicológico, que muitas das escolas não têm. Ou às vezes num agrupamento de escolas existe um psicólogo, o que é manifestamente insuficiente para um agrupamento inteiro. É importante trabalhar o jovem, não é adotando medidas como a expulsão que se resolve o problema. É trabalhando o jovem. Ver em que contexto familiar é que se encontra, que apoios tem, o ambiente social em que está envolvido. Portanto estas entidades, e eu volto a referir, as escolas em primeiro lugar, a Polícia que está naquele território, a CPCJ, depois os serviços camarários das Juntas de Freguesia, ONG, IPSS, têm que trabalhar estes jovens, ver em que circunstâncias estas situações ocorrem e porque ocorrem. O que é que os leva a ter aquele comportamento. Estes jovens devem ser acompanhados de forma a eliminar as causas que o levam a praticar *bullying*, que levam que ele tenha este tipo de comportamentos. Há escolas muito abertas que trabalham bem o fenómeno da violência escolar e do *bullying* e têm a Polícia como parceiro muito próximo, no entanto também há outros estabelecimentos escolares em que isso não é assim. Na maioria das vezes nós temos conhecimento de situações de *bullying* através dos pais ou associações de pais ou quando alguns alunos nos chamam diretamente e nos dão conhecimento. Ora bem, isto é um fenómeno que nós temos de conhecimento através das reuniões que fazemos com a Escola Segura, que têm dificuldades em penetrar em algumas escolas, aliás nem se quer querem que se façam ações de sensibilização sobre *bullying* ou outro tema qualquer nas escolas. Muitas escolas fecham-se sobre si e não dão conhecimento do problema para resolver com o resto da comunidade. Percebemos que algumas escolas estão pouco interessadas em resolver o problema seriamente, querem é retirar o jovem para outra escola, e assim aquela escola deixa de ter uma situação de *bullying*. Contudo, o jovem vai continuar a praticar aquele tipo de comportamentos. Percebemos que não se preocuparam com o jovem, preocuparam-se é em resolver o problema da Escola e assim o jovem continua a adotar esse tipo de comportamentos, esse tipo de violência. Tem que centrar a ação no jovem, de forma a que verificando a situação em concreto se possa então fazer um plano de intervenção individual para estes jovens. A solução não pode passar por deslocalizar o problema. Muitas vezes a intervenção feita no problema do *bullying* é má, pois as entidades não trabalham de forma articulada. Os funcionários que estão na Escola não sabem o seu papel, há um desconhecimento total da Lei Tutelar e Educativa e da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens, a comunidade escolar desconhece estes diplomas. No que respeita ao Estatuto do Alunos,

este nem sempre é aplicado, pois para operacionalizar o Estatuto do Aluno, tem que haver reuniões e uma articulação muito próxima e direta com vários intervenientes nesta matéria, a vários níveis, onde a PSP está incluída.

**5. Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se possível dê-nos a sua opinião profissional sobre a avaliação que a comunidade escolar (e.g., pais e encarregados de educação, professores, funcionários, direção da escola) fez dessa mesma intervenção.** Sim. Lembro-me de uma situação de *bullying*, em que os agressores tinham idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos e o jovem vítima tinha 14/15 anos. Extorquiam-lhe dinheiro e outros bens, agrediam-no, ameaçavam-no e injuriavam-no. O rapaz vivia com medo de ir à escola e não dizia nada a ninguém sobre a sua situação. Um dia ele decidiu levar uma arma de fogo para a escola, que era do seu pai, não no sentido de a usar contra alguém, mas sim para a exibir e assim demover os agressores de o continuarem a perseguir. Certo dia os agressores levam o jovem para um terreno baldio, começam a maltratar o jovem e no meio da confusão a arma é disparada. Não se conseguiu saber quem tinha sido o autor do disparo com a arma de fogo, sendo que a arma de fogo posteriormente desaparece, pois alguém a tinha escondido. Quando a Polícia foi chamada ao local, contactou com os intervenientes e conseguiu recuperar a arma. Depois realizou-se o expediente. Neste caso houve alunos a que se aplicou a Lei Tutelar e Educativa e outros alunos, com mais de 16 anos, que já praticavam crimes e por isso já seriam julgados como adultos. Fez-se ainda a sinalização para a CPCJ. A PSP acompanhou sempre o caso para saber o desenvolvimento da situação, quer com os agressores, quer com a vítima, tendo ficado à espera da resolução quer dos processos disciplinares, quer dos processos tutelares e educativos, quer dos processos criminais. Relativamente à avaliação que a comunidade escolar fez, penso que gostaram da intervenção da PSP. A equipa que fez essa intervenção foi excelente. Muito assertiva, muito próxima, muito presente e foi rápida na intervenção.

## APÊNDICE I – ENTREVISTAS REALIZADAS A INFORMANTES EXTERNOS

### Entrevistado 7

**1. Qual a sua opinião sobre a evolução do número de casos de *bullying* em contexto escolar?** Relativamente ao *bullying* em contexto escolar, não me parece que nos últimos anos o número de casos tenha aumentado. Isto não significa que, por um lado, o tipo de *bullying* praticado não tenha sofrido alterações, e, por outro lado, não existam mais casos sinalizados do ponto de vista estatístico. Porque durante muito tempo a humilhação entre pares na escola foi vista como um assunto que não era de grande importância, visto que, não existia uma sensibilidade muito grande para esta temática. Atualmente, como já existe mais sensibilização, eu acredito que quando olhamos para as estatísticas exista um aumento do número de casos de *bullying*, porque tem-se vindo a dar mais atenção ao fenómeno, o que não significa que na prática existam mais casos.

**2. Entendamos por *bullying* direto aquele que ocorre quando há situações de confronto direto, subdividindo-se em *bullying* físico, verbal ou sexual, e por *bullying* indireto, aquele que se dá quando o agressor não contacta diretamente com a vítima, subdividindo-se em *bullying* social e *cyberbullying*. Qual é na sua opinião o tipo de *bullying* mais frequente? Considera que ao longo dos anos têm existido variações no *modus operandi* dos agressores? Em que sentido?** O *bullying* indireto tem que ser mais frequente, visto que, na verdade nós não temos conhecimento de todos os casos de *bullying* indireto existentes, pois este é mais difícil ser identificado e, consequentemente, denunciado. Apesar disto, o *bullying* indireto tem-se vindo a tornar mais visível, visto que o *bullying* que ocorre nas redes sociais concorre para o *bullying* indireto. E esse sim, tem crescido imenso. O *modus operandi* variou. Os agressores têm vindo a utilizar cada vez mais a internet para praticar o *bullying*. O *cyberbullying* tem aumentado de forma significativa por dois motivos, primeiro porque se pode praticar num horário que transcende o horário da escola, e por isso os alunos saem da escola e a situação de agressão não termina, sendo que eles podem estar em casa e continuar a ser agredidos, e por outro lado, porque as questões online são difíceis de desaparecer, permanecem na rede, e por isso, mesmo quando um aluno é transferido de escola, a situação de vitimização permanece. Assim, vendo o *cyberbullying* como uma forma de *bullying* indireto, podemos dizer que este tipo de *bullying* claramente ganhou uma forma de expressão nova. Também existem alguns estudos, e a minha experiência profissional também me diz isto, que

comprovam que os rapazes geralmente praticam mais o *bullying* direto, e as raparigas poderão, pelo tipo de socialização que fazem, praticar mais o *bullying* indireto, mais de ostracização, de levar ao isolamento social. Contudo esta questão da diferenciação dos papéis de género no *bullying*, é algo que, no decorrer do tempo, se tem vindo a atenuar, visto que, cada vez mais, os comportamentos masculinos e femininos se equiparam. Todavia, penso que, ainda se pode dizer que é mais habitual o *bullying* direto nos rapazes, do que nas raparigas.

**3. Existem comportamentos que indiciam que um indivíduo seja propenso a ser um *bully* (agressor)? Se sim, quais? Contrariamente, considera que o *bullying* surge de atos inesperados e, de algum modo, é imprevisível e insuscetível de prevenção? Quais são, na sua opinião, as causas subjacentes ao aparecimento deste fenómeno? O *bullying* resulta de um encontro entre uma criança que tem uma série de características que a tornam mais propensa a ser vítima, com um conjunto de outras características, de uma outra criança, que a tornam mais propensa a ser agressora. O fenómeno não é inusitado. Normalmente os alunos que sofrem de *bullying*, bem como os que o praticam, têm défices de competências sociais. No que respeita a comportamentos, estes existem, pode-se dizer que, geralmente, são alunos que têm dificuldades na socialização por diferentes motivos. No caso das vítimas, por vezes têm dificuldade em manterem-se numa conversa de forma organizada para aquilo que é espectável para a sua idade, ou apresentam traços e interesses que saltam muito à vista e que são considerados pelos outros como atípicos. No caso dos agressores, por vezes têm muita dificuldade em colocar-se no lugar do outro. Muitas vezes também são alunos com dificuldades nas competências sociais e por isso, noutras relações sociais podem aparecer características na socialização que são atípicas. Por exemplo, uma criança que, independentemente de ter ou não uma boa relação com os pais, chega a casa e não percebe que a mãe está triste ou a chorar, poderá indiciar que, noutros contextos, também não se aperceberá das emoções dos outros. Se tem uma grande dificuldade em fazer uma leitura emocional e perceber os estados emocionais dos pais, consequentemente, pode fazer uma má leitura emocional noutras relações. Por isso no contexto escolar, se for um agressor de *bullying*, também vai fazer uma má leitura emocional daquilo que a sua vítima está a sentir. Mas isto, são mais competências ou traços de perfil de comportamento da criança, do que comportamentos em si. Contudo, os comportamentos que ele adota acabam por ser um reflexo da sua forma de ser. Eu penso que nós não devemos só olhar para o comportamento, mas sim para o perfil de funcionamento dos alunos. Existem**

muitos alunos com problemas de comportamento resultantes de perturbações do espectro do autismo, perturbações de hiperatividade com défice de atenção, perturbações de ansiedade, com quadros de desenvolvimento atípicos, que muitas vezes não estão diagnosticados e que podem contribuir para os comportamentos agressivos. Estas causas transcendem a PSP que não tem nenhuma obrigação de ser formada em saúde mental ou psicologia. É normal que as crianças brinquem e gozem umas com as outras. Contudo, é importante que quando uma criança goze com outra criança, a que está a ser gozada consiga ter a habilidade de virar o jogo. Para que passado algum tempo, já não estejam a gozar com essa criança e passem a gozar com outra qualquer. É algo natural. Contudo, há crianças que têm muita dificuldade em virar o jogo, e por isso, ficam durante muito tempo a ser o centro das atenções, não se conseguindo libertar da posição de vítima. Por outro lado, o agressor muitas vezes permanece na brincadeira, sem se aperceber que os comportamentos adotados estão a causar algo negativo no outro. Existe a falta de uma dimensão empática. A dificuldade em a criança conseguir colocar-se no lugar do outro, pode decorrer, por exemplo, por possuir uma perturbação do espectro do autismo, ou qualquer outra perturbação que dificulte o processamento de criar hipóteses sobre o que é que os outros estão a pensar. Depois existem outras crianças que o contacto físico para elas é desvalorizado e, por isso, podem sentir que o contacto físico causado não tem a dimensão e não assusta, como verdadeiramente assusta os outros. A escola pode ser outra das causas. Há dimensões e fenómenos sociológicos nas escolas que também podem amplificar o aparecimento do *bullying*. Por exemplo, a forma com a escola interpreta determinados grupos. A categorização e a microsociologia escolar de grupo podem levar a amplificar a probabilidade de aparecimento de fenómenos como o *bullying* escolar. Há determinados grupos que sentem que uma forma de ganharem algum controlo social na escola, e de afirmarem a sua posição, é conseguindo com o *bullying* que praticam, protagonismo e poder, levando a que outros grupos funcionem como grupos mais submissos. Portanto, aqui já não estamos só numa lógica de interação individual, mas já estamos numa lógica de interação de microsociologia escolar. A escola não é, nem nunca foi, integradora. A escola na nossa sociedade ainda é uma escola meritocrática, isto é, os alunos são discriminados positivamente pelo desempenho escolar. Dito isto, há toda uma cultura na escola que leva a crer que uns são melhores que outros. Esta cultura passa não só pelo desempenho escolar, mas também, de uma forma muito subtil, na linguagem dos adultos. A escola está feita para criar, de alguma forma uma diferenciação, entre os alunos. Esta

cultura escolar, em determinada altura, pode entrar em conflito com uma cultura de maior integração, uma cultura que diga que a diferença entre pessoas é igualmente valorizável. Dito isto, é natural que os alunos repliquem estas dimensões noutros sítios, por exemplo durante o intervalo. Na hora do recreio, os alunos desvalorizados em contexto de sala de aula, podem querer mostrar que são melhores daquilo que são dentro da sala de aula. Se os professores criam dinâmicas de assimetria de poder dentro da sala de aula, é natural que estas, depois, se reflitam no recreio. O fenómeno não é insuscetível de se prevenir. Aquilo que me parece que se pode fazer para se prevenir, neste âmbito, é garantir que a escola tem um papel mais ativo no trabalho de aceitação de alunos em contexto escolar. Gostaria ainda de acrescentar que, eu penso que se cai muito no erro de associar os problemas de *bullying* automaticamente ao contexto familiar da criança. Este pensamento é muito perigoso. Há crianças que tem comportamentos atípicos na escola, mas que não resultam de os pais estarem a fazer alguma coisa errada. Assim como há crianças que são agressivas e efetivamente estão expostas a modelos parentais desviantes. E existem ainda crianças que vêm de famílias desestruturadas e estão expostas a contextos violentos e são crianças estruturadas e e que não adotam comportamentos agressivos. Todas as combinações são possíveis. Não devemos fazer uma relação de culpabilidade direta na família, apesar de a família poder ser uma das causas. Tem que se fazer sempre um diagnóstico diferencial. Tem que se perceber quais são as causas que explicam aquele comportamento. Muitas situações de *bullying* são reportadas à CPCJ, e as comissões porque foram desenhadas inicialmente numa lógica de proteção e de trabalho nas diferentes formas de maus tratos, negligência ou abuso, podem fazer uma interpretação que o problema resulta da má parentalidade. E muitas vezes o que pode acontecer é que se encaminham situações para a comissão de proteção relacionadas com os problemas da saúde mental das crianças e jovens e que nada têm a ver situações relacionadas com o sistema de promoção e proteção.

**4. Num caso de *bullying* escolar, em que momento faz sentido envolver a PSP?** Diria que depende do tipo de comportamento adotado pelo aluno. Quando o comportamento associado ao *bullying* equivale a um facto tipificado como crime, é importante que a PSP esteja envolvida. Até porque a intervenção da PSP, indica que a partir daquele momento aquele problema não é totalmente controlado pelos agentes escolares, colocando o problema num outro patamar, sendo que a farda da PSP é muitas vezes, um sinal concreto para os envolvidos, que aquela situação já está num ponto grave. Contudo, também acho

que a farda da PSP só causa um maior impacto até determinada faixa etária, porque, quando os envolvidos já são adolescentes, pode existir uma dessensibilização à farda. O problema da atuação da PSP é que as consequências que advém dessa mesma atuação não são imediatas e isso pode levar a que alguns alunos vejam a intervenção da Polícia como inconsequente. Outro momento em que eu acho que a PSP deve intervir, e não tem só a ver com o facto de os atos praticados serem factos tipificados como crime, é quando há um episódio de desregulação de comportamentos em contexto escolar que a escola já não consegue gerir. Nesses casos eu acho que a PSP tem que intervir. Contudo, quando a escola chama a PSP, porque não consegue gerir a situação, pode levar a transparecer aos alunos que tem dificuldades em gerir a situação. A escola sempre que chama a PSP desautoriza-se a si própria, está a passar a autoridade para a PSP. Com isto eu não estou a dizer que a escola não deva chamar a PSP. Contudo, idealmente a escola deve conseguir resolver as coisas mantendo a autoridade nela. No entanto, depois de resolver a situação, e se a situação tiver envolvido factos tipificados como crime, deve haver lugar às devidas participações e comunicações por parte da PSP. Por isso eu diria que a PSP, e nós temos feito formação à Escola Segura nesse sentido, deve ser o mais discreta possível, para que mesmo intervindo, os alunos não se apercebam desta transferência de autoridade por parte da escola, de forma a que os alunos não achem que a Polícia tem autoridade e que a escola não. Porque a entrada de um Agente pode ser muito eficaz para a reposição da ordem, mas a medida da sua eficácia também pode ser medida através da ineficácia da escola, o que de um ponto de vista geral de gestão do comportamento, pode ser perigoso.

**5. Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se possível dê-nos a sua opinião profissional perante tal abordagem.** Sim. Uma situação que tenho presente está relacionada com um caso de *cyberbullying*, em que existem ofensas online. Houve intervenção da PSP porque a determinada altura a Escola Segura teve informação de um conjunto de comportamentos adotados por alunos para outro aluno, por parte dos pais da vítima. Eu penso que isto acontece cada vez mais, os pais deslocam-se às esquadras com o intuito de denunciar uma situação de *bullying* com o seu filho, até porque muitas vezes quando tentam um primeiro contacto com a escola, numa primeira



linha de intervenção, não conseguem obter a eficácia que desejam na resolução do problema. No que respeita à intervenção da PSP nesta situação penso que foi boa. Primeiramente, consistiu em tentar sensibilizar a escola, para que esta se envolvesse e se apercebesse dos comportamentos adotados pelos seus alunos. Muitas vezes os elementos da Escola Segura sensibilizam as escolas para que estas participem mais num trabalho que também é delas. Assim, mais do que o trabalho de investigação e encaminhamento para outras entidades, trabalho que a PSP naturalmente também tem que fazer, é igualmente relevante esta sensibilização da comunidade escolar. Para além disto, sei que acabaram por realizar ações de sensibilização na escola onde essa situação ocorreu, de forma a estarem mais presentes. As ações de sensibilização são particularmente importantes quando os Agentes da PSP o vão fazer com a intencionalidade de, para além de sensibilizar para a temática abordada, conseguir estabelecer uma relação de maior proximidade com os alunos. Assim, os Agentes conseguem-se integrar cada vez mais na comunidade escolar e passam a conhecer os alunos a quem dão as ações. Desta forma, posteriormente em situações de ocorrência em que estes alunos sejam agressores, já existe um pré-contacto, e por isso eles já sabem com que alunos estão a lidar, existindo uma relação de maior proximidade entre eles, que pode ser benéfica.

## Entrevistado 8

**1. Qual a sua opinião sobre a evolução do número de casos de *bullying* em contexto escolar?** Penso que os casos de *bullying* escolar são frequentes e desde os últimos 10 anos em que intervenho na área do desenvolvimento infantil têm-se mantido frequentes, contudo não consigo dar opinião se têm aumentado.

**2. Entendamos por *bullying* direto aquele que ocorre quando há situações de confronto direto, subdividindo-se em *bullying* físico, verbal ou sexual, e por *bullying* indireto, aquele que se dá quando o agressor não contacta diretamente com a vítima, subdividindo-se em *bullying* social e *cyberbullying*. Qual é na sua opinião o tipo de *bullying* mais frequente? Considera que ao longo dos anos têm existido variações no *modus operandi* dos agressores? Em que sentido?** O tipo de *bullying* vai sendo, na minha opinião, variado, concorrendo a par. Contudo, nota-se que o *cyberbullying* tendo vindo a aumentar. A forma como os agressores têm atuado tem vindo a variar, pois é cada vez mais diversificada e com recurso sobretudo à exposição nas redes sociais.

**3. Existem comportamentos que indiciam que um indivíduo seja propenso a ser um *bully* (agressor)? Se sim, quais? Contrariamente, considera que o *bullying* surge de atos inesperados e, de algum modo, é imprevisível e insuscetível de prevenção? Quais são, na sua opinião, as causas subjacentes ao aparecimento deste fenómeno?** O *bullying* não é inusitado. Nesse sentido considero que algumas características comportamentais podem ser sinalizadas para prevenção e intervenção nesta área, que considero ser possível. Relativamente às causas, penso que o *bullying* pode depender de fatores individuais, de grupo e sociais diversos, destacando sobretudo a função que assume de diferenciação, reconhecimento e inserção num grupo de indivíduos que apresentam também necessidades nestes domínios.

**4. Num caso de *bullying* escolar, em que momento faz sentido envolver a PSP?** Faz sentido envolver a PSP sempre que existir agressão física, verbal ou *cyberbullying*, ou ainda, quando a comunidade escolar envolvente não tiver recursos ou precisar de recorrer a ajuda neste processo.

**5. Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se possível dê-nos a sua opinião profissional perante tal abordagem. Sim, e já recomendei a intervenção da PSP também. Neste caso a participação dos Agentes foi adequada, revelando compromisso com a situação e prestando a informação adequada a todos os envolvidos.**

## Entrevistado 9

**1. Qual a sua opinião sobre a evolução do número de casos de *bullying* em contexto escolar?** Creio que o número de denúncias tem vindo a crescer, não porque haja um aumento de agressores, mas sim porque mais agentes do contexto escolar estão conscientes dos sinais e implicações.

**2. Entendamos por *bullying* direto aquele que ocorre quando há situações de confronto direto, subdividindo-se em *bullying* físico, verbal ou sexual, e por *bullying* indireto, aquele que se dá quando o agressor não contacta diretamente com a vítima, subdividindo-se em *bullying* social e *cyberbullying*. Qual é na sua opinião o tipo de *bullying* mais frequente? Considera que ao longo dos anos têm existido variações no *modus operandi* dos agressores? Em que sentido?** Creio que os casos de *bullying* físico continuam a ser mais frequentes. Contudo, aquele em que se verifica maior crescimento creio que seja o *cyberbullying*. O perfil de agressor é mais diversificado e as possibilidades de meios para que este pratique o *bullying* também são mais variadas.

**3. Existem comportamentos que indiciam que um indivíduo seja propenso a ser um *bully* (agressor)? Se sim, quais? Contrariamente, considera que o *bullying* surge de atos inesperados e, de algum modo, é imprevisível e insuscetível de prevenção? Quais são, na sua opinião, as causas subjacentes ao aparecimento deste fenómeno?** Sim. O perfil do *bully* e da vítima no caso do *bullying* físico estão muito bem documentados. Como tal, é possível avaliar níveis de risco quer da vítima quer do perpetrador. Não considero que seja imprevisível e insuscetível de prevenção. São diversas as possíveis causas para comportamentos de *bullying*, todas elas revelam desajustamento.

**4. Num caso de *bullying* escolar, em que momento faz sentido envolver a PSP?** Creio que desde a primeira denúncia faz sentido o envolvimento da PSP, dada a gravidade do comportamento.

**5. Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se**

**possível dê-nos a sua opinião profissional perante tal abordagem.** Sim. Como psicólogo clínico, já realizei acompanhamento a várias vítimas de *bullying* em contexto escolar. Nalguns dos casos, a Escola Segura foi chamada a intervir. Num deles, por ter sido vítima de agressões físicas sucessivas e violentas, a Escola Segura interveio numa ação de sensibilização pedagógica junto da classe dos alunos. Adequado do meu ponto de vista.

## Entrevistado 10

**1. Qual a sua opinião sobre a evolução do número de casos de *bullying* em contexto escolar?** Os casos de *bullying*, infelizmente, são muito comuns, particularmente nas escolas, e em todo o mundo, tanto nos países ricos como pobres. Apesar das inúmeras campanhas de sensibilização e da informação difundida contra a violência em geral e contra o *bullying* em particular, episódios dos mesmos continuam presentes no quotidiano das crianças e jovens em contexto escolar. De acordo com o relatório publicado em 2019 pela UNICEF “*An Everyday Lesson: #ENDViolence in Schools*”, globalmente, metade dos alunos em todo o mundo com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos, ou seja, cerca de 150 milhões de jovens, relatam ter passado por violência entre pares na escola ou nas imediações desta. Sendo o *bullying* uma forma de violência incluída nestes números, considero que os mesmos são alarmantes.

**2. Entendamos por *bullying* direto aquele que ocorre quando há situações de confronto direto, subdividindo-se em *bullying* físico, verbal ou sexual, e por *bullying* indireto, aquele que se dá quando o agressor não contacta diretamente com a vítima, subdividindo-se em *bullying* social e *cyberbullying*. Qual é na sua opinião o tipo de *bullying* mais frequente? Considera que ao longo dos anos têm existido variações no *modus operandi* dos agressores? Em que sentido?** Alguns estudos têm indicado que há uma forte ligação entre o *bullying* direto, social e *cyberbullying*, verificando que são muito poucos aqueles que experienciam *cyberbullying* sem também serem vítimas de *bullying* físico. Assim, vamos percebendo que a frequência do *bullying* direto e indireto, na forma de *cyberbullying* andam a par e passo, contudo, pela facilidade de acesso ao outro e concretização, o *bullying* direto é ainda mais frequente. Ao longo dos anos, os agressores têm utilizado novas ferramentas para perturbarem as suas vítimas. A evolução tecnológica tem permitido ir para além das fronteiras físicas da escola e invadindo aquele que era antes o único espaço seguro das vítimas, a sua casa. Através dos computadores, telemóveis e outros dispositivos tecnológicos, os agressores podem invadir a privacidade das suas vítimas, por exemplo, através de SMS, comentários, fotografias e vídeos embaraçosos publicados nas redes sociais, assim como espalhar rumores e criar páginas nas mesmas só para denegrir e humilhar alguém. E este modo de operar é sofisticado e tem características particulares, como, poder ocorrer 24 horas por dia, todos os dias da semana, onde quer que se esteja. Com base na Internet, a audiência pode ser muito alargada e facilmente

alcançada. E o facto de os agressores poderem manter-se anónimos, retira grande parte do medo de sofrerem represálias e do sentimento de culpa, pois não veem a expressão de sofrimento da vítima, tornando-se assim mais difícil de identificar, travar e punir. Estudos mostram as vítimas de *cyberbullying* tem aumentado nos últimos dez anos, tendo as raparigas quatro vezes mais probabilidade de serem vítimas do que os rapazes.

**3. Existem comportamentos que indiciam que um indivíduo seja propenso a ser um *bully* (agressor)? Se sim, quais? Contrariamente, considera que o *bullying* surge de atos inesperados e, de algum modo, é imprevisível e insuscetível de prevenção? Quais são, na sua opinião, as causas subjacentes ao aparecimento deste fenómeno?** Na minha opinião é muito arriscado procurar identificar comportamentos específicos como indícios de que indivíduo seja mais propenso a ser um *bully*, uma vez que o *bullying* é o resultado de uma complexa interação de fatores socio-ecológicos. O comportamento de *bullying* não é simplesmente o resultado de características ou comportamentos individuais, mas algo que sofre a influência das múltiplas relações com pares, familiares, professores, comunidade e interações com influências sociais (por exemplo, os *media* e a tecnologia). Vários fatores de risco, que podem contribuir para o *bullying* foram já identificados, por exemplo, individuais (por ex. necessidade de controlo, sentimentos positivos relativamente à violência, pouca empatia, problemas de conduta, suscetibilidade à pressão dos pares; familiares (por ex. envolvimento em grupos marginais, falta de supervisão parental, ambiente familiar negativo, conflito parental acentuado e violência, fraca comunicação entre pais e filhos, ausência de suporte emocional, pais autoritários e abusivos); escolares (por ex. respostas desadequadas dos professores e falta de suporte destes, más relações professores-alunos, conflitos entre colegas); e da comunidade/sociais (por ex. encontramos níveis de *bullying* mais elevados em bairros mais inseguros ou com ambiente hostil, recursos económico-financeiros diminuídos ou quando existe afiliação a gangues). É difícil identificar comportamentos pois eles podem ser variados, assim como os motivos que levam a estes. Uma das características fundamentais para definirmos um ato de violência como sendo *bullying* é a sua intencionalidade, ou seja, há clara intenção de magoar, humilhar o outro, é algo planeado. Baseado neste fator, assim como nas suas outras características, como o facto de se verificar um desequilíbrio de poder, real ou percebido, entre a vítima e o agressor e ainda, a sua característica repetitiva, é possível intervir na sua prevenção. Por outro lado, estão já identificados vários fatores que contribuem para o

*bullying*, como referi antes, que se interrelacionam, pelo que para prevenir eficazmente o *bullying*, que é possível, parece-me que a prevenção deve consistir em intervir nestes vários fatores. Relacionado com a minha experiência profissional, enquanto psicóloga que acompanha jovens com Perturbações do Desenvolvimento, sei que crianças com necessidades especiais, são cerca de três vezes mais vulneráveis a serem vítimas de *bullying* do que aquelas que têm um desenvolvimento típico. Por exemplo, pelas suas características, os jovens com perturbações do espectro do autismo são frequentemente vítimas de *bullying*, pelo que, a promoção da compreensão desta perturbação, poderá ajudar a prevenir a violência contra estes indivíduos.

**4. Num caso de *bullying* escolar, em que momento faz sentido envolver a PSP?** Na minha opinião a PSP deve estar sempre envolvida de alguma forma, quer seja na prevenção, quer nas respostas às situações de *bullying* e nestas desde o primeiro momento em que foram identificadas. Um dos fatores para as crianças e jovens não reportarem os episódios de *bullying* de que estão a ser vítimas ou que assistem, é o receio de represálias, de que sejam vítimas de coisas ainda mais violentas ou frequentes, pois não se sentem minimamente seguros após denunciarem estas situações. Não sentem que têm uma estrutura de suporte e medidas eficazes na escola para estarem em segurança após a denúncia. E neste sentido, sempre que há uma situação de *bullying* identificada, a intervenção da PSP poderá ajudar a aumentar a supervisão na escola, a participar nas sessões que deverão ser realizadas com as partes envolvidas e, para além de outras possibilidades de ação, a esclarecer o enquadramento legal do *bullying*. Parece-me que a intervenção da PSP deva ser abrangente, e não apenas, como seria de pensar, recrutada quando há violência física ou sexual, mas quando há injúrias, difamação, etc. Todas as formas de *bullying* levam ao sofrimento da vítima, podendo ter consequências graves para o seu bem-estar físico e psicológico, culminando algumas vezes em suicídio. Vou verificando que falta muita informação aos pais/famílias sobre como poderão atuar numa situação grave de *bullying*, como se dirigir à PSP, o que é possível fazer e quais os resultados, qual modo de atuação da mesma, etc. Faltam protocolos de prevenção e atuação nas escolas, precisos, concretos e eficazes. Muitos dos agentes educativos não sabem o que poderão fazer.



**5. Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se possível dê-nos a sua opinião profissional perante tal abordagem.** Conheço muitos casos de *bullying* em contexto escolar, mas não tenho um exemplo claro de uma situação que tenha envolvido a participação policial direta. Não aconteceu na maioria das situações. Recordo-me de situações prolongadas ou mais graves, se verificar uma queixa ou exposição à direção da escola, do agrupamento, à Direção Geral de Educação por parte dos pais, mudanças de turma ou escola, quando outras estratégias de primeira linha falharam. Mas conheço várias situações em que a abordagem pedagógica de sensibilização a turmas tem tido um impacto positivo na contenção de episódios de *bullying*.

## Entrevistado 11

**1.Qual a sua opinião sobre a evolução do número de casos de *bullying* em contexto escolar?** A minha opinião é que os casos de *bullying* em contexto escolar têm vindo a aumentar significativamente nos últimos anos. Na minha perceção há um aumento no número de situações de *bullying* e no número de crianças e jovens que são vítimas.

**2.Entendamos por *bullying* direto aquele que ocorre quando há situações de confronto direto, subdividindo-se em *bullying* físico, verbal ou sexual, e por *bullying* indireto, aquele que se dá quando o agressor não contacta diretamente com a vítima, subdividindo-se em *bullying* social e *cyberbullying*. Qual é na sua opinião o tipo de *bullying* mais frequente? Considera que ao longo dos anos têm existido variações no *modus operandi* dos agressores? Em que sentido?** Na minha opinião o tipo de *bullying* mais frequente é o verbal. Nos casos que acompanho este é o mais frequente. Os tipos de *bullying* mais graves, ou seja, com maior impacto na vida e no funcionamento das crianças e jovens, parece-me ser o *bullying* social e o *cyberbullying*. Nos últimos anos parece-me que, a maior influência e acesso às redes sociais, levou a que os agressores alterassem o *modus operandi* neste sentido.

**3.Existem comportamentos que indiciam que um indivíduo seja propenso a ser um *bully* (agressor)? Se sim, quais? Contrariamente, considera que o *bullying* surge de atos inesperados e, de algum modo, é imprevisível e insuscetível de prevenção? Quais são, na sua opinião, as causas subjacentes ao aparecimento deste fenómeno?** Existem algumas características no perfil de funcionamento de um indivíduo que o poderão colocar numa posição mais suscetível para ter comportamentos de agressividade repetidamente em relação a outro. Uma destas características é por exemplo uma diminuição na capacidade de empatia. No entanto poderão surgir situações em que um agressor faz *bullying* a outra pessoa de forma impulsiva arrependendo-se do seu comportamento posteriormente. Estes comportamentos poderão ser menos previsíveis, no entanto o traço de impulsividade é algo que é possível identificar. Por isso, não considero que o *bullying* seja imprevisível e insuscetível de prevenção. As causas subjacentes a este fenómeno são, na minha perspetiva, de diferentes origens. Existem causas genéticas e que poderão ser responsáveis por exemplo por perturbações do desenvolvimento e que poderão explicar, pelo menos em parte, os comportamentos agressivos. Existem também fatores ambientais que podem ser

responsáveis pelo desenvolvimento de padrões emocionais e comportamentos padronizados que poderão ser responsáveis por comportamentos agressivos.

**4.Num caso de *bullying* escolar, em que momento faz sentido envolver a PSP?** Na minha perspetiva faz sentido envolver a PSP sempre que há agressões físicas. Nos casos em que há violência psicológica poderá também ser importante envolver a PSP de forma a reforçar que a violência psicológica é uma forma de violência e de agressão.

**5.Conhece algum caso de *bullying* em contexto escolar, seja por já ter vivenciado ou por lhe ter sido reportado, que tenha envolvido a participação policial? Se sim, descreva a situação (sem identificar vítimas ou perpetradores, a escola onde ocorreu ou qualquer outra informação), que tipo de intervenção foi adotada nesse caso, e se possível dê-nos a sua opinião profissional perante tal abordagem.** A grande maioria dos casos de crianças e jovens envolvidos em situações de *bullying* que acompanho não tiveram o envolvimento da Polícia. No entanto num dos casos que acompanho verificou-se uma situação que poderia ter envolvido a Polícia. Foi o caso de uma jovem que enviou fotografias íntimas a um rapaz, supostamente seu namorado, que divulgou propositadamente as fotografias por outros alunos da escola. Nesta situação a Polícia não foi envolvida a pedido dos pais da jovem. Penso que este é um tipo de *bullying* que passa incólume nos dias de hoje e na minha opinião deveria ser reforçado junto da população em geral que este é um tipo de agressão psicológica que deverá ter as devidas consequências.

## APÊNDICE J – QUADRO SÍNTESE DAS PRÉ-CATEGORIAS E CATEGORIAS

Pré-Categorias	Categorias
<b>A. Fenómeno do <i>bullying</i> escolar</b>	A1. Evolução sobre o n.º de casos de <i>bullying</i> escolar
	A2. Tipologia de <i>bullying</i> escolar mais frequente
<b>B. <i>Modus operandi</i></b>	B1. Variação no <i>modus operandi</i> dos agressores
	B2. Tipo de variação no <i>modus operandi</i>
<b>C. Comportamentos dos <i>bullies</i></b>	C1. Existência de comportamentos adotados pelos <i>bullies</i>
	C2. Exemplos de comportamentos adotados pelos <i>bullies</i>
<b>D. Origem do <i>bullying</i> escolar</b>	D1. Imprevisibilidade e insusceptibilidade de prevenção do <i>bullying</i>
	D2. Causas subjacentes ao aparecimento do <i>bullying</i>
<b>E. Ocorrências de <i>bullying</i> escolar</b>	E1. Casos que revelam a necessidade de envolvimento da PSP
	E2. Conhecimento de um caso de <i>bullying</i> em contexto escolar que envolveu a participação policial
	E3. Descrição da situação
	E4. Tipo de intervenção adotada pela PSP
	E5. Opinião profissional que o psicólogo fez sobre a intervenção policial
	E6. Tipo de entidades que devem estar envolvidas numa ocorrência de <i>bullying</i> escolar
	E7. Conhecimento de um caso de <i>bullying</i> em contexto escolar
	E8. Descrição da situação
	E9. Tipo de intervenção
	E10. Opinião profissional da avaliação que a comunidade escolar fez sobre a intervenção policial

## APÊNDICE K – GRELHAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO PARA AS QUESTÕES REALIZADAS A TODOS OS ENTREVISTADOS

Tabela 3 - Matriz das unidades de contexto e as subcategorias da questão 1

E	Unidade de contexto	Subcategoria
<b>E1</b>	“(…) considero que existem mais casos denunciados (…)”	<b>A.1.2.</b>
	“(…) o que não quer dizer que existam mais casos, pois o número de casos praticados mantém-se.”	<b>A.1.1.</b>
<b>E2</b>	“(…) sobre o número de ocorrências de <i>bullying</i> em contexto escolar, não tenho notado uma grande evolução (…)”	<b>A.1.1.</b>
	“(…) existem é mais denúncias.”	<b>A.1.2.</b>
	“(…) o número das questões relacionadas com <i>cyberbullying</i> têm vindo a aumentar.”	<b>A.1.3.</b>
<b>E3</b>	“(…) também o número de denúncias é relativo, pois apenas começou a ser mais comum no último ano letivo, visto que as pessoas começaram a ter mais conhecimento (…)”	<b>A.1.2.</b>
	“(…) existe cada vez mais uma maior visibilidade, designadamente na comunicação social, o que leva a que depois pareça que existe cada vez mais um maior número de casos, mas na realidade, pelo menos se nos basearmos nas tipificações criminais, não tem existido grande variação.”	<b>A.1.1.</b>
<b>E4</b>	“Não considero que tenha vindo a aumentar. O <i>bullying</i> sempre existiu, (…)”	<b>A.1.1.</b>
	“(…) ele agora é mais denunciado às entidades.”	<b>A.1.2.</b>
	“(…) considero que o <i>bullying</i> em si não tem vindo a aumentar, no entanto existem mais questões relacionadas com o <i>cyberbullying</i> .”	<b>A.1.3.</b>
<b>E5</b>	“Considero que o número de ocorrências não aumentou, manteve-se (…)”	<b>A.1.1.</b>
	“(…) o número de denúncias é que, provavelmente, aumentou.”	<b>A.1.2.</b>
<b>E6</b>	“(…) o número de casos não tem vindo a variar muito ao longo dos anos, contudo esta problemática é agora mais visível.”	<b>A.1.1.</b>
<b>E7</b>	“(…) não me parece que nos últimos anos o número de casos tenha aumentado.”	<b>A.1.1.</b>
	“Atualmente, como já existe mais sensibilização, eu acredito que quando olhamos para as estatísticas exista um aumento do número de casos de <i>bullying</i> , (…) o que não significa que na prática existam mais casos.”	<b>A.1.2.</b>

<b>E8</b>	“Penso que os casos de <i>bullying</i> escolar são frequentes e desde os últimos 10 anos em que intervenho na área do desenvolvimento infantil têm-se mantido frequentes, contudo não consigo dar opinião se têm aumentado.”	<b>A.1.4.</b>
<b>E9</b>	“Creio que o número de denúncias tem vindo a crescer (...)”	<b>A.1.2.</b>
	“(...) não porque haja um aumento de agressores (...)”	<b>A.1.1.</b>
<b>E10</b>	“Os casos de <i>bullying</i> , infelizmente, são muito comuns, particularmente nas escolas, (...) episódios dos mesmos continuam presentes no quotidiano das crianças e jovens em contexto escolar.”	<b>A.1.4.</b>
<b>E11</b>	“(...) os casos de <i>bullying</i> em contexto escolar têm vindo a aumentar significativamente nos últimos anos.”	<b>A.1.5.</b>

Tabela 4 - Sinopse dos conteúdos da questão 1

Subcategoria	Entrevistados											u.r.
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
A.1.1. Casos reais mantiveram-se	X	X	X	X	X	X	X		X			8
A.1.2. Casos denunciados aumentaram	X	X	X	X	X		X		X			7
A.1.3. Casos de <i>cyberbullying</i> aumentaram		X		X								2
A.1.4. Não sabe precisar								X		X		2
A.1.5. Casos reais aumentaram											X	1
Total da categoria 1												20
Total de u.r. da questão 1												20

Tabela 5 - Matriz das unidades de contexto e as subcategorias da questão 2

E	Unidade de contexto	Subcategoria
<b>E1</b>	“O <i>bullying</i> não começa por ser <i>bullying</i> direto, segundo estas definições. Começa por ser <i>bullying</i> indireto, normalmente sem a presença da vítima. E penso que este tipo de <i>bullying</i> é o mais frequente.”	<b>A.2.1.</b>
	“Relativamente às variações no <i>modus operandi</i> dos agressores, sim, têm existido variações.”	<b>B.1.1.</b>
	“(…) eu considero que o <i>bullying</i> tem variado conforme a evolução da sociedade, principalmente com as questões do <i>cyberbullying</i> .”	<b>B.2.1.</b>
	“Também o nível de agressividade mudou, neste momento eu considero os casos que vamos tendo, são cada vez mais graves (…)”	<b>B.2.2.</b>
<b>E2</b>	“Sentimos que, no primeiro ciclo, o <i>bullying</i> que existe em maior número é o direto, isto é, situações relacionadas com o <i>bullying</i> físico ou verbal. A partir do segundo ciclo surgem as questões sociais, quer a nível de exclusão social, quer questões relacionadas com <i>cyberbullying</i> .”	<b>A.2.2.</b>
	“Sim (…)”	<b>B.1.1.</b>
	“(…) os casos de <i>bullying</i> indireto, concretamente os casos de <i>cyberbullying</i> tem se vindo a manifestar-se muito mais, os agressores cada vez mais utilizam a internet para praticar o <i>bullying</i> .”	<b>B.2.1.</b>
<b>E3</b>	“O que penso que acontece na maior parte das vezes é que é cumulativo, ocorrem os dois tipos de <i>bullying</i> .”	<b>A.2.3.</b>
	“O <i>modus operandi</i> dos agressores tem variado (…)”	<b>B.1.1.</b>
	“(…) os casos de <i>cyberbullying</i> têm aumentado.”	<b>B.2.1.</b>
<b>E4</b>	“Considero que o <i>bullying</i> mais frequente é o direto.”	<b>A.2.4.</b>
	“No que respeita às variações na forma de praticar o <i>bullying</i> eu penso que estas existem.”	<b>B.1.1.</b>
	“Atualmente os alunos usam mais as tecnologias, e por isso, existem mais casos de <i>cyberbullying</i> . “No passado, o <i>bullying</i> acontecia, mas só determinado número de pessoas é que assistiam. Era um momento mau, a pessoa já sofria as mazelas que sofria, mas ficava tudo mais contido. Atualmente, já existem casos em que essas situações são gravadas e a vítima tem que estar sempre a levar com a reprodução do vídeo, porque este conteúdo não desaparece. Existe um maior número de pessoas com acesso ao vídeo. Muita gente publica e comenta (…)”	<b>B.2.1.</b>
<b>E5</b>	“O mais frequente penso que atualmente é o <i>bullying</i> indireto (…)”	<b>A.2.1.</b>
	“Existe uma variação na forma de os agressores praticarem o <i>bullying</i> ”	<b>B.1.1.</b>
	“(…) considero que a grande variação no <i>modus operandi</i> é mesmo a questão do <i>cyberbullying</i> .”	<b>B.2.1.</b>
<b>E6</b>	“Na minha opinião, o <i>bullying</i> direto e o <i>bullying</i> indireto concorrem a par.”	<b>A.2.5.</b>
	“No que respeita ao <i>modus operandi</i> dos bullies este variou.”	<b>B.1.1.</b>

	“(…) o <i>cyberbullying</i> , expandiu-se e fez com que o fenómeno chegasse a mais destinatários.”	<b>B.2.1.</b>
	“O <i>bullying</i> direto, isto é, o confronto direto com a vítima existe e sempre existiu. Contudo, penso que existe é maior agressividade dessa ação (…)”	<b>B.2.2.</b>
	“(…) e às vezes mais indivíduos envolvidos.”	<b>B.2.3.</b>
<b>E7</b>	“O <i>bullying</i> indireto tem que ser mais frequente (…)”	<b>A.2.1.</b>
	“O <i>modus operandi</i> variou.”	<b>B.1.1.</b>
	“Os agressores têm vindo a utilizar cada vez mais a internet para praticar o <i>bullying</i> . O <i>cyberbullying</i> tem aumentado de forma significativa (…)” “(…) pode praticar num horário que transcende o horário da escola, e por isso os alunos saem da escola e a situação de agressão não termina, sendo que eles podem estar em casa e continuar a ser agredidos (…)”	<b>B.2.1.</b>
<b>E8</b>	“O tipo de <i>bullying</i> vai sendo, na minha opinião, variado, concorrendo a par.”	<b>A.2.5.</b>
	“A forma como os agressores têm atuado tem vindo a variar (…)”	<b>B.1.1.</b>
	“(…) é cada vez mais diversificada e com recurso sobretudo à exposição nas redes sociais.”	<b>B.2.1.</b>
<b>E9</b>	“Creio que os casos de <i>bullying</i> físico continuam a ser mais frequentes. Contudo, aquele em que se verifica maior crescimento creio que seja o <i>cyberbullying</i> .”	<b>A.2.4.</b>
	“O perfil de agressor é mais diversificado (…)”	<b>B.1.1.</b>
	“(…) e as possibilidades de meios tecnológicos para que este pratique o <i>bullying</i> também são mais variadas.”	<b>B.2.1.</b>
<b>E10</b>	“(…) vamos percebendo que a frequência do <i>bullying</i> direto e indireto, na forma de <i>cyberbullying</i> andam a par e passo, contudo, pela facilidade de acesso ao outro e concretização, o <i>bullying</i> direto é ainda mais frequente.”	<b>A.2.4.</b>
	“Ao longo dos anos, os agressores têm utilizado novas ferramentas para perturbarem as suas vítimas.”	<b>B.1.1.</b>
	“A evolução tecnológica tem permitido ir para além das fronteiras físicas da escola e invadindo aquele que era antes o único espaço seguro das vítimas, a sua casa. Através dos computadores, telemóveis e outros dispositivos tecnológicos, os agressores podem invadir a privacidade das suas vítimas, por exemplo, através de SMS, comentários, fotografias e vídeos embaraçosos publicados nas redes sociais, assim como espalhar rumores e criar páginas nas mesmas só para denegrir e humilhar (…)	<b>B.2.1.</b>
	pode ocorrer 24 horas por dia, todos os dias da semana, onde quer que se esteja. Com base na Internet, a audiência pode ser muito alargada e facilmente alcançada (…)	
<b>E11</b>	“(…) o tipo de <i>bullying</i> mais frequente é o verbal.”	<b>A.2.4.</b>
	“(…) levou a que os agressores alterassem o <i>modus operandi</i> (…)”	<b>B.1.1.</b>
	“(…) maior influência e acesso às redes sociais (…)”	<b>B.2.1.</b>



Tabela 6 - Sinopse dos conteúdos da questão 2

Subcategoria	Entrevistados											u.r.
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
A.2.1. <i>Bullying</i> indireto	X				X		X					3
A.2.2. Varia conforme as idades dos agressores		X										1
A.2.3. Cumulativo			X									1
A.2.4. <i>Bullying</i> direto				X					X	X	X	4
A.2.5. Concorrem a par						X		X				2
Total da categoria 2												11
B.1.1. Afirmativo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	11
Total da categoria 3												11
B.2.1. <i>Cyberbullying</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	11
B.2.2. Mais agressividade nos atos	X					X						2
B.2.3. Mais indivíduos envolvidos						X						1
Total da categoria 4												14
Total de u.r. da questão 2												36

Tabela 7 - Matriz das unidades de contexto e as subcategorias da questão 3

E	Unidade de contexto	Subcategoria
<b>E1</b>	“(…) há alguns comportamentos que nós podemos verificar (…)”	<b>C.1.1.</b>
	“(…) por exemplo a falta de empatia (…)”	<b>C.2.1.</b>
	“(…) a agressividade nas respostas, quer aos pares, quer aos adultos, quer aos professores.”	<b>C.2.2.</b>
	“A falta de respeito à autoridade do professor, por exemplo.”	<b>C.2.3.</b>
	“Não é imprevisível, nem insuscetível de prevenção.”	<b>D.1.1.</b>
	“A questão da família é importante. Podem ser eles os agredidos na família ou podem viver em contextos disfuncionais e, consequentemente, vão descarregar os seus problemas nos colegas (…). Famílias onde não há respeito, não há regras, há agressividade (…)”	<b>D.2.1.</b>
	“(…) outra causa, poderá ser a exclusão social.”	<b>D.2.2.</b>
<b>E2</b>	“(…) os comportamentos existem e nós devemos estar sempre atentos”	<b>C.1.1.</b>

	“Por norma, são crianças que acabam por ter um pouco mais de dificuldade em se dar com os outros (...)”	<b>C.2.1.</b>
	“(...) em estabelecer uma relação de empatia (...)”	<b>C.2.4.</b>
	“Relativamente ao facto de ser imprevisível e insuscetível de prevenção, não considero que seja (...)”	<b>D.1.1.</b>
	“Relativamente às causas, as questões familiares têm bastante reflexo no comportamento na escola. Muitas vezes a falta de afeto na família, acaba por se manifestar com atitudes mais agressivas na escola, pois os agressores sentem a necessidade de chamar à atenção de alguma maneira. Apesar de sabermos que não é regra, o que se nota é que a grande maioria das crianças que têm propensão a ter este tipo de comportamentos vêm de famílias mais desestruturadas (...) são crianças que não têm muitas regras incutidas, ou então que os pais têm uma atitude de superproteção (...)”	<b>D.2.1.</b>
<b>E3</b>	“Existem alguns comportamentos que indiciam.”	<b>C.1.1.</b>
	“(...) a forma como se relacionam a nível das relações interpessoais.”	<b>C.2.4.</b>
	“Se são indivíduos problemáticos que utilizam a violência com facilidade.”	<b>C.2.5.</b>
	“Não é imprevisível e também não é insuscetível de prevenção.”	<b>D.1.1.</b>
	“No que respeita às causas, por vezes, relaciona-se com o meio social (...)”	<b>D.2.2.</b>
	“(...) e familiar onde estão inseridos.”	<b>D.2.1.</b>
<b>E4</b>	“Relativamente aos comportamentos existem alguns que podem indicar.”	<b>C.1.1.</b>
	“No dia a dia, por norma têm um mau desempenho escolar (...)”	<b>C.2.6.</b>
	“(...) e chegam a levar produtos ilícitos para a escola.”	<b>C.2.7.</b>
	“O comportamento com os funcionários, professores ou auxiliares, por norma, é de desrespeito.”	<b>C.2.3.</b>
	“O <i>bullying</i> não é imprevisível. E, relativamente à prevenção, penso que também é possível prevenir o fenómeno.”	<b>D.1.1.</b>
	“Muitos dos agressores (...) têm um défice em casa, ou porque não têm educação, ou porque falta amor (...)”	<b>D.2.1.</b>
<b>E5</b>	“Existem alguns comportamentos sim (...)”	<b>C.1.1.</b>
	“(...) andar sempre a comprar coisas novas para as quais supostamente não deveria ter dinheiro.”	<b>C.2.8.</b>
	“(...) querem ser o centro das atenções pelo pior motivo (...)”	<b>C.2.9.</b>
	“(...) e consideram-se superiores.”	<b>C.2.10.</b>
	“(...) não considero que seja imprevisível e a prevenção pode ser feita.”	<b>D.1.1.</b>
	“Relativamente às questões que levantam e que suscitam a existência de <i>bullying</i> , muitas eu considero que serão familiares. Uma criança poderá estar a passar por algo na família que a faz ter aqueles comportamentos, nomeadamente pais em que esteja a existir uma situação de violência	<b>D.2.1.</b>

	doméstica.”	
<b>E6</b>	Relativamente aos comportamentos dos <i>bullies</i> , estes existem sim.”	<b>C.1.1.</b>
	“São jovens que, por norma, têm baixo rendimento escolar (...)”	<b>C.2.6.</b>
	“(...) não frequentam as aulas, e, quando vão à escola, não é para frequentarem as aulas, mas para estarem disponíveis para atacarem as suas vítimas.”	<b>C.2.11.</b>
	“(...) São pessoas que têm um sentimento de impunidade muito elevado”	<b>C.2.12.</b>
	“São indivíduos que não têm filtros, não controlam os seus impulsos.”	<b>C.2.5.</b>
	“Se o <i>bullying</i> é imprevisível? Não. Se nós podemos prevenir o <i>bullying</i> ? Sim.”	<b>D.1.1.</b>
	“Muitas vezes, vivem num ambiente de violência doméstica, ou um ambiente de negligência, ou num ambiente de maus tratos. Em muitas dessas famílias a única coisa que conhecem é a violência, sendo que depois repetem esses comportamentos na escola, porque são os únicos que conhecem, ou então, em casos de negligência afetiva, porque querem ser reconhecidos. Como ninguém os ama, ninguém os trata bem, tentam chamar a atenção sobre si na escola (...)”	<b>D.2.1.</b>
<b>E7</b>	“No que respeita a comportamentos, estes existem, (...)”	<b>C.1.1.</b>
	“(...) pode-se dizer que são geralmente alunos que têm dificuldades na socialização (...)”	<b>C.2.4.</b>
	“(...) noutras relações sociais podem aparecer características na socialização que são atípicas. Por exemplo, uma criança que, independentemente de ter ou não uma boa relação com os pais, chega a casa e não percebe que a mãe está triste ou a chorar, poderá indiciar que noutros contextos também não se aperceberá das emoções dos outros. Se tem uma grande dificuldade em fazer uma leitura emocional e perceber os estados emocionais (...)”	<b>C.2.13.</b>
	“O fenómeno não é inusitado.” “O fenómeno não é insuscetível de se prevenir.”	<b>D.1.1.</b>
	“No caso dos agressores, por vezes têm muita dificuldade em colocar-se no lugar do outro (...)”	<b>D.2.3.</b>
	“Existem muitos alunos com problemas de comportamento resultantes de perturbações do espectro do autismo, perturbações de hiperatividade com défice de atenção, perturbações de ansiedade (...)”	<b>D.2.4.</b>
	com quadros de desenvolvimento atípicos (...)”	<b>D.2.5.</b>
	“Depois existem outras crianças que o contacto físico para elas é desvalorizado (...)”	<b>D.2.6.</b>
	“A escola pode ser outra das causas. (...) Por exemplo, a forma com a escola interpreta determinados grupos. (...) A escola não é, nem nunca foi, integradora. A escola na nossa sociedade ainda é uma escola meritocrática, isto é, os alunos são discriminados positivamente pelo	<b>D.2.7.</b>

	desempenho escolar. Dito isto, há toda uma cultura na escola que leva a crer que uns são melhores que outros. Esta cultura passa não só pelo desempenho escolar, mas também, de uma forma muito subtil, na linguagem dos adultos.”	
	“(…) eu penso que se cai muito no erro de associar os problemas de <i>bullying</i> automaticamente ao contexto familiar da criança. Este pensamento é muito perigoso. Há crianças que tem comportamentos atípicos na escola, mas que não resultam de os pais estarem a fazer alguma coisa errada. Assim como há crianças que são agressivas e efetivamente estão expostas a modelos parentais desviantes. (...) Não devemos fazer uma relação de culpabilidade direta na família, apesar de a família poder ser uma das causas.”	<b>D.2.1.</b>
<b>E8</b>	“O <i>bullying</i> não é inusitado.”	
	“(…) para prevenção e intervenção nesta área, que considero ser possível.”	<b>D.1.1.</b>
	“(…) penso que o <i>bullying</i> pode depender de fatores individuais (...)”	<b>D.2.8.</b>
	“(…) de grupo”	<b>D.2.10.</b>
	“(…) e sociais diversos (...)”	<b>D.2.2.</b>
<b>E9</b>	“Sim. O perfil do <i>bully</i> e da vítima no caso do <i>bullying</i> físico estão muito bem documentados.”	<b>C.1.1.</b>
	“Não considero que seja imprevisível e insuscetível de prevenção.”	<b>D.1.1.</b>
<b>E10</b>	“Na minha opinião é muito arriscado procurar identificar comportamentos específicos como indícios de que indivíduo seja mais propenso a ser um <i>bully</i> , uma vez que o <i>bullying</i> é o resultado de uma complexa interação de fatores socio-ecológicos.”	<b>C.1.2.</b>
	“(…) estão já identificados vários fatores que contribuem para o <i>bullying</i> , (...) pelo que para prevenir eficazmente o <i>bullying</i> , que é possível, parece-me que a prevenção deve consistir em intervir nestes vários fatores.”	<b>D.1.1.</b>
	“(…) individuais (por ex. necessidade de controlo, sentimentos positivos relativamente à violência, pouca empatia, problemas de conduta, suscetibilidade à pressão dos pares) (...)”	<b>D.2.8.</b>
	“(…) familiares (por ex. envolvimento em grupos marginais, falta de supervisão parental, ambiente familiar negativo, conflito parental acentuado e violência, fraca comunicação entre pais e filhos, ausência de suporte emocional, pais autoritários e abusivos) (...)”	<b>D.2.1.</b>
	“(…) escolares (por ex. respostas desadequadas dos professores e falta de suporte destes, más relações professores-alunos, conflitos entre colegas) (...)”	<b>D.2.7.</b>
	“(…) e da comunidade/sociais (por ex. encontramos níveis de <i>bullying</i> mais elevados em bairros mais inseguros ou com ambiente hostil, recursos económico-financeiros diminuídos ou quando existe afiliação a gangues).”	<b>D.2.2.</b>

<b>E11</b>	“Existem algumas características no perfil de funcionamento de um indivíduo que o poderão colocar numa posição mais suscetível para ter comportamentos de agressividade repetidamente em relação a outro.”	<b>C.1.1.</b>
	“Uma destas características é por exemplo uma diminuição na capacidade de empatia (...)”	<b>C.2.1.</b>
	“(...) o traço de impulsividade é algo que é possível identificar.”	<b>C.2.5.</b>
	“(...) não considero que o <i>bullying</i> seja imprevisível e insuscetível de prevenção.”	<b>D.1.1.</b>
	“Existem causas genéticas e que poderão ser responsáveis por exemplo por perturbações do desenvolvimento (...)”	<b>D.2.5.</b>
	“Existem também fatores ambientais que podem ser responsáveis pelo desenvolvimento de padrões emocionais e comportamentos padronizados que poderão ser responsáveis por comportamentos agressivos.”	<b>D.2.10.</b>

Tabela 8 - Sinopse dos conteúdos da questão 3

Subcategoria	Entrevistados											u.r.
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
C.1.1. Afirmativo	X	X	X	X	X	X	X		X		X	9
C.1.2. É arriscado identificar comportamentos										X		1
<b>Total da categoria 5</b>												<b>10</b>
C.2.1. Falta de empatia	X	X									X	3
C.2.2. Agressividade nas repostas	X											1
C.2.3. Desafiam a autoridade dos adultos	X			X								2
C.2.4. Dificuldade nas relações interpessoais		X	X				X					3
C.2.5. Falta de autocontrolo e impulsividade			X			X					X	3
C.2.6. Mau desempenho escolar				X		X						2
C.2.7. Adotam atitudes delinquentes				X								1
C.2.8. Compram coisas para as quais supostamente não teriam dinheiro suficiente					X							1
C.2.9. Adotam comportamentos que permitam atrair a atenção sobre eles					X							1

C.2.10. Manifestam uma atitude de superioridade					X							1
C.2.11. Absentismo escolar						X						1
C.2.12. Manifestam um sentimento de impunidade						X						1
C.2.13. Demonstram que têm dificuldades em realizar leituras emocionais							X					1
<b>Total da categoria 6</b>												<b>21</b>
D.1.1. Negativo	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	10
<b>Total da categoria 7</b>												<b>10</b>
D.2.1. Fatores familiares	X	X	X	X	X	X	X			X		8
D.2.2. Fatores sociais	X		X					X		X		4
D.2.3. Dificuldade em colocar-se no lugar do outro							X					1
D.2.4. Perturbações de comportamento							X					1
D.2.5. Perturbações de desenvolvimento							X				X	2
D.2.6. O contacto físico é desvalorizado							X					1
D.2.7. Fatores escolares							X			X		2
D.2.8. Fatores individuais								X		X		2
D.2.9. Fatores de grupo								X				1
D.2.10. Fatores ambientais											X	1
<b>Total da categoria 8</b>												<b>23</b>
<b>Total de u.r. da questão 3</b>												<b>64</b>

## APÊNDICE L – GRELHAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO PARA AS QUESTÕES REALIZADAS A INFORMANTES EXTERNOS

Tabela 9 - Matriz das unidades de contexto e as subcategorias da questão 4 aplicada a informantes externos

<b>E</b>	<b>Unidade de contexto</b>	<b>Subcategoria</b>
<b>E7</b>	“Diria que depende do tipo de comportamento adotado pelo aluno. Quando o comportamento associado ao <i>bullying</i> equivale a um facto tipificado como crime, é importante que a PSP esteja envolvida.”	<b>E.1.1.</b>
	“Outro momento em que eu acho que a PSP deve intervir (...) é quando há um episódio de desregulação de comportamentos em contexto escolar que a escola já não consegue gerir.”	<b>E.1.2.</b>
<b>E8</b>	“Faz sentido envolver a PSP sempre que existir agressão física (...)”	<b>E.1.3.</b>
	“(...) verbal (...)”	<b>E.1.4.</b>
	“(...) ou <i>cyberbullying</i> (...)”	<b>E.1.5.</b>
	“(...) ou ainda, quando a comunidade escolar envolvente não tiver recursos ou precisar de recorrer a ajuda neste processo.”	<b>E.1.2.</b>
<b>E9</b>	“Creio que desde a primeira denúncia faz sentido o envolvimento da PSP, dada a gravidade do comportamento.”	<b>E.1.6.</b>
<b>E10</b>	“Na minha opinião a PSP deve estar sempre envolvida de alguma forma, quer seja na prevenção, quer nas respostas às situações de <i>bullying</i> e nestas desde o primeiro momento em que foram identificadas.” “Parece-me que a intervenção da PSP deva ser abrangente, e não apenas, como seria de pensar, recrutada quando há violência física ou sexual, mas quando há injúrias, difamação, etc.”	<b>E.1.7.</b>
<b>E11</b>	“Na minha perspetiva faz sentido envolver a PSP sempre que há agressões físicas.”	<b>E.1.3.</b>
	“Nos casos em que há violência psicológica poderá também ser importante envolver a PSP de forma a reforçar que a violência psicológica é uma forma de violência e de agressão.”	<b>E.1.8.</b>

Tabela 10 - *Sinopse dos conteúdos da questão 4 aplicada a informantes externos*

Subcategoria	Entrevistados					u.r.
	7	8	9	10	11	
E.1.1. Factos tipificados como crime	X					1
E.1.2. Incapacidade de gestão por parte da escola	X	X				2
E.1.3. Casos de agressão física		X			X	2
E.1.4. Casos de agressão verbal		X				1
E.1.5. Casos de <i>cyberbullying</i>		X				1
E.1.6. Quando há denúncia do caso de <i>bullying</i>			X			1
E.1.7. A PSP deve estar sempre envolvida				X		1
E.1.8. Casos de violência psicológica					X	1
Total da categoria 9						10
Total da Questão 4 para informantes externos						10



Tabela 11 - Matriz das unidades de contexto e as subcategorias da questão 5 aplicada a informantes externos

<b>E</b>	<b>Unidade de contexto</b>	<b>Subcategoria</b>
<b>E7</b>	“Sim.”	<b>E.2.1.</b>
	“Uma situação que tenho presente está relacionada com um caso de <i>cyberbullying</i> , em que existem ofensas online.”	<b>E.3.1.</b>
	“Primeiramente, consistiu em tentar sensibilizar a escola, para que esta se envolvesse e se apercebesse dos comportamentos adotados pelos seus alunos.”	<b>E.4.1.</b>
	“Para além disto, sei que acabaram por realizar ações de sensibilização na escola onde essa situação ocorreu, de forma a estarem mais presentes.”	<b>E.4.2.</b>
	“No que respeita à intervenção da PSP nesta situação penso que foi boa.”	<b>E.5.1.</b>
<b>E8</b>	“Sim (...)”	<b>E.2.1.</b>
	“Neste caso a participação dos Agentes foi adequada, revelando compromisso com a situação e prestando a informação adequada a todos os envolvidos.”	<b>E.5.1.</b>
<b>E9</b>	“Sim. Como psicólogo clínico, já realizei acompanhamento a várias vítimas de <i>bullying</i> em contexto escolar.”	<b>E.2.1.</b>
	“Num deles, por ter sido vítima de agressões físicas sucessivas e violentas (...)”	<b>E.3.2.</b>
	“(...) a Escola Segura interveio numa ação de sensibilização pedagógica junto da classe dos alunos.”	<b>E.4.2.</b>
	“Adequado do meu ponto de vista.”	<b>E.5.1.</b>
<b>E10</b>	“Conheço muitos casos de <i>bullying</i> em contexto escolar, mas não tenho um exemplo claro de uma situação que tenha envolvido a participação policial direta.”	<b>E.2.2.</b>
<b>E11</b>	“A grande maioria dos casos de crianças e jovens envolvidos em situações de <i>bullying</i> que acompanho não tiveram o envolvimento da Polícia.”	<b>E.2.2.</b>

Tabela 12 - *Sinopse dos conteúdos da questão 5 aplicada a informantes externos (1.ª parte)*

Subcategoria	Entrevistados					u.r.
	7	8	9	10	11	
E.2.1. Afirmativo	X	X	X			3
E.2.2. Negativo				X	X	2
<b>Total da categoria 10</b>						<b>5</b>

Tabela 13 - *Sinopse dos conteúdos da questão 5 aplicada a informantes externos (2.ª parte)*

Subcategoria	Entrevistados			u.r.
	7	8	9	
E.3.1. <i>Cyberbullying</i>	X			1
E.3.2. Agressões físicas			X	1
<b>Total da categoria 11</b>				<b>2</b>
E.4.1. Sensibilizar a escola para se comprometer com os casos de <i>bullying</i>	X			1
E.4.2. Ação de sensibilização a alunos	X		X	2
<b>Total da categoria 12</b>				<b>3</b>
E.5.1. Positiva	X	X	X	3
<b>Total da categoria 13</b>				<b>3</b>
<b>Total da Questão 5 para informantes externos</b>				<b>13</b>

## APÊNDICE M – GRELHAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO PARA AS QUESTÕES REALIZADAS A INFORMANTES INTERNOS

Tabela 14 - Matriz das unidades de contexto e as subcategorias da questão 4 aplicada a informantes internos

<b>E</b>	<b>Unidade de contexto</b>	<b>Subcategoria</b>
<b>E1</b>	“(…) considero essencial a escola (…)”	<b>E.6.1.</b>
	“Também a PSP, deve ser sempre sinalizada ao nível da Escola Segura (…)”	<b>E.6.2.</b>
	“(…) devem ser envolvidas as associações de pais (…)”	<b>E.6.3.</b>
	“(…) e associações de alunos.”	<b>E.6.4.</b>
	“Caso haja necessidade a CPCJ (…)”	<b>E.6.5.</b>
	“(…) e em <i>ultima ratio</i> , o Tribunal.”	<b>E.6.6.</b>
<b>E2</b>	“Quando existem estas situações, nós temos sempre os Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família das escolas.”	<b>E.6.7.</b>
	(…) O contacto que a PSP tem com este gabinete é essencial (…)”	<b>E.6.2.</b>
	“(…) por isso tentamos que exista, primeiramente, um trabalho por parte dos psicólogos deste gabinete (…)”	<b>E.6.8.</b>
	“(…) e os técnicos de ação social.”	<b>E.6.9.</b>
	“os diretores de turma (…)”	<b>E.6.10.</b>
	“(…) a direção da escola (…)”	<b>E.6.11.</b>
	“(…) e depois só em questões mais extremas, a CPCJ e outro tipo de medidas.”	<b>E.6.5.</b>
<b>E3</b>	“(…) existem entidades que têm que estar sempre envolvidas, como é o caso da escola.”	<b>E.6.1.</b>
	“Os professores (…)”	<b>E.6.12.</b>
	“(…) o diretor de turma (…)”	<b>E.6.10.</b>
	“(…) e a direção da escola devem sempre intervir.”	<b>E.6.11.</b>
	“Em situações extremas devem ser sinalizadas as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.”	<b>E.6.5.</b>
	“E a Polícia de Segurança Pública deverá estar presente mediante as situações (…)”	<b>E.6.2.</b>
	“(…) depois poderá haver um envolvimento de psicólogos.”	<b>E.6.8.</b>
<b>E4</b>	“A escola deve estar sempre presente (…)”	<b>E.6.1.</b>
	“(…) assim como a psicóloga (…)”	<b>E.6.8.</b>
	“Quando se trata de uma situação já repetitiva ou então por si só mais grave, a PSP (…)”	<b>E.6.2.</b>

	“(…) tem que dar conhecimento à CPCJ”	<b>E.6.5.</b>
<b>E5</b>	“Primeiro que tudo, considero que deve ser a escola a fazer uma primeira intervenção (…)”	<b>E.6.1.</b>
	“(…) acho que pode chegar sempre à Comissão (…)”	<b>E.6.5.</b>
	“A PSP também deve estar presente.”	<b>E.6.2.</b>
	“Em situações mais graves, que envolvam crimes, o Tribunal.”	<b>E.6.6.</b>
<b>E6</b>	“(…) as escolas (…)”	<b>E.6.1.</b>
	“(…) a CPCJ (…)”	<b>E.6.5.</b>
	“(…) a PSP (…)”	<b>E.6.2.</b>
	“(…) Juntas de Freguesia (…)”	<b>E.6.13.</b>
	“(…) Câmaras Municipais (…)”	<b>E.6.14.</b>
	“(…) IPSS (…)”	<b>E.6.15.</b>
	“(…) Organizações Não Governamentais (…)”	<b>E.6.16.</b>
	“(…) pelos pais, através das associações de pais (…)”	<b>E.6.3.</b>
	“(…) e pelo o GAAF, quando as escolas têm um GAAF.”	<b>E.6.7.</b>
	(…) do Tribunal.”	<b>E.6.6.</b>
	“Uma medida que quero destacar é a do apoio psicológico (…)”	<b>E.6.8.</b>

Tabela 15 - Sinopse dos conteúdos da questão 4 aplicada a informantes internos

Subcategoria	Entrevistados						u.r.
	1	2	3	4	5	6	
E.6.1. Escola	X		X	X	X	X	5
E.6.2. PSP	X	X	X	X	X	X	6
E.6.3. Associações de Pais	X					X	2
E.6.4. Associações de Alunos	X						1
E.6.5. CPCJ	X	X	X	X	X	X	6
E.6.6. Tribunal	X				X	X	3
E.6.7. GAAF		X				X	2
E.6.8. Psicólogos		X	X	X		X	4
E.6.9. Técnicos de ação social		X					1
E.6.10. Diretores de turma		X	X				2
E.6.11. Direção da escola		X	X				2
E.6.12. Professores			X				1
E.6.13. Juntas de Freguesia						X	1
E.6.14. Câmaras Municipais						X	1
E.6.15. IPSS						X	1
E.6.16. ONG						X	1
Total da categoria 14							39
Total da Questão 4 para informantes internos							39

Tabela 16 - Matriz das unidades de contexto e as subcategorias da questão 5 aplicada a informantes internos

<b>E</b>	<b>Unidade de contexto</b>	<b>Subcategoria</b>
<b>E1</b>	“Sim, conheço.”	<b>E.7.1.</b>
	“Neste caso existiam injúrias (...)”	<b>E.8.1.</b>
	“(...) e agressões.”	<b>E.8.2.</b>
	“Como forma de resolução, a PSP, além do expediente que deve ser elaborado (...)”	<b>E.9.1.</b>
	“(...) contactou ainda os encarregados de educação.”	<b>E.9.2.</b>
	“Mais tarde foram feitas reuniões com a Polícia, o diretor de turma, encarregados de educação quer dos agressores, quer das vítimas. Foram realizadas várias reuniões em separado.”	<b>E.9.3.</b>
	“Para além disto os polícias falaram perante a turma, e foram intensificadas ações <i>a posteriori</i> , quer aquela turma, quer às restantes turmas.	<b>E.9.4.</b>
	“Intensificámos durante as semanas seguintes a nossa presença, privilegiámos esse estabelecimento de ensino, as entradas e saídas com policiamento no exterior.”	<b>E.9.5.</b>
	“Tentámos manter também um contacto regular com o diretor de turma para saber se a situação estava controlada ou não.”	<b>E.9.6.</b>
<b>E2</b>	“(...) penso que gostaram da nossa atuação.”	<b>E.10.1.</b>
	“Sim, conheço.”	<b>E.7.1.</b>
	“Lembro-me de uma situação relacionada com questões de <i>cyberbullying</i> , em que uma aluna de uma turma estava a ser, através do grupo <i>whatsapp</i> da turma, injuriada.”	<b>E.8.3.</b>
	“Nós quando tivemos conhecimento da situação, primeiramente, realizámos uma reunião com o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família e os encarregados de educação da aluna.”	<b>E.9.3.</b>
	“Foram também convocados os encarregados de educação dos três alunos que tinham mais influência nesse grupo.”	<b>E.9.2.</b>
	“Assim foram informados e foi feita uma ação de sensibilização para todos os pais.”	<b>E.9.4.</b>
	“Foi feito um trabalho em conjunto com os psicólogos (...)”	<b>E.9.7.</b>
	“Este processo demorou algum tempo, não foi só uma reunião ou duas, nem uma ação de sensibilização, mas foi o resultado de uma continuidade e participação de diversas entidades.”	<b>E.9.6.</b>
	“Nós sentimos que os encarregados de educação e os professores, e quem teve conhecimento, viram esta situação de uma forma preocupada e gostaram da intervenção policial. (...) Veem a nossa presença como uma mais valia (...)”.	<b>E.10.1.</b>
<b>E3</b>	“Conheço, sim.”	<b>E.7.1.</b>
	“Os casos que nós na Direção Nacional conhecemos são casos denunciados que nos chegam, maioritariamente, por e-mail (...) Por norma, são casos de ofensas à integridade física (...)”	<b>E.8.2.</b>

	“(…) e injúrias.”	<b>E.8.1.</b>
	“Estas denúncias posteriormente são encaminhadas para o Comando, de forma a chegar à Escola Segura da área (…)”	<b>E.9.6.</b>
	“e depois, com essa denúncia, os elementos tentam contactar com estes pais que fazem a denúncia (…)”	<b>E.9.2.</b>
	“(…) e com as escolas para perceber melhor a situação.”	<b>E.9.3.</b>
	“Normalmente a nível da Escola Segura o <i>feedback</i> que temos é que a comunidade escolar tem muito boa imagem das nossas equipas (…)”	<b>E.10.1.</b>
<b>E4</b>	“Sim, já tive uma ocorrência de <i>bullying</i> .”	<b>E.7.1.</b>
	“Aquele criança andava a sofrer agressões físicas (…)”	<b>E.8.2.</b>
	“(…) e injúrias constantes.”	<b>E.8.1.</b>
	“Perante esta situação falei com o agressor, expliquei-lhe que estava a cometer factos tipificados como crime.”	<b>E.9.8.</b>
	“(…) fiz o expediente (…)”	<b>E.9.1.</b>
	“(…) a dar conhecimento à CPCJ (…)”	<b>E.9.9.</b>
	“Relativamente à opinião que a comunidade escolar fez sobre essa mesma intervenção, tenho a sensação que gostaram (…)”	<b>E.10.1.</b>
<b>E5</b>	“Sim.”	<b>E.7.1.</b>
	“Neste caso em concreto tratava-se de uma criança do 1.º ciclo, com os seus 7/8 anos, que começou por injuriar (…)”	<b>E.8.1.</b>
	“(…) e agredir dois colegas com pequenos empurrões. “(…) agrediu um deles ao ponto de uma das vítimas já se encontrar caída no chão e ainda assim o agressor não parar de agredir.”	<b>E.8.2.</b>
	“Numa segunda fase começou a furtar bens dessas duas crianças (…)”	<b>E.8.4.</b>
	“Na altura como Chefe, indiquei aos elementos que tentassem averiguar se os pais das vítimas e do agressor já tinham conhecimento da situação. Ainda não havia conhecimento por parte dos pais, por isso, a PSP colocou-os ocorrentes da situação.”	<b>E.9.2.</b>
	“Uma vez que já havia uma situação grave fez-se a participação simples (…)	<b>E.9.1.</b>
	“(…) com a sinalização para a CPCJ.”	<b>E.9.9.</b>
	“No seguimento dessa intervenção houve também junto da escola o pedido para ações de sensibilização, que foram dadas, não só naquela turma, mas noutras.”	<b>E.9.4.</b>
	“Até hoje, em todas as escolas, que são vinte e seis na nossa área, gostam da atuação dos elementos policiais.”	<b>E.10.1.</b>
<b>E6</b>	“Sim.”	<b>E.7.1.</b>
	“Lembro-me de uma situação de <i>bullying</i> , em que os agressores tinham idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos e o jovem vítima tinha 14/15 anos. Extorquiam-lhe dinheiro e outros bens (…)”	<b>E.8.5.</b>

	“(…) agrediam-no (…)	<b>E.8.2.</b>
	“(…) ameaçavam-no (…)”	<b>E.8.6.</b>
	“(…) e injuriavam-no.”	<b>E.8.1.</b>
	“Quando a Polícia foi chamada ao local, contactou com os intervenientes (…)”	<b>E.9.8.</b>
	“(…) e conseguiu recuperar a arma.”	<b>E.9.10.</b>
	“Depois realizou-se o expediente.”	<b>E.9.1.</b>
	“Fez-se ainda a sinalização para a CPCJ.”	<b>E.9.9.</b>
	A PSP acompanhou sempre o caso para saber o desenvolvimento da situação, quer com os agressores, quer com a vítima, tendo ficado à espera da resolução quer dos processos disciplinares, quer dos processos tutelares e educativos, quer dos processos criminais.”	<b>E.9.6.</b>
	“Relativamente à avaliação que a comunidade escolar fez, penso que gostaram da intervenção da PSP.”	<b>E.10.1.</b>



Tabela 17 - *Sinopse dos conteúdos da questão 5 aplicada a informantes internos*

Subcategoria	Entrevistados						u.r.
	1	2	3	4	5	6	
E.7.1. Afirmativo	X	X	X	X	X	X	6
<b>Total da categoria 15</b>							<b>6</b>
E.8.1. Injúrias	X		X	X	X	X	5
E.8.2. Agressões físicas	X		X	X	X	X	5
E.8.3. <i>Cyberbullying</i>		X					1
E.8.4. Furto					X		1
E.8.5. Extorsão						X	1
E.8.6. Ameaça						X	1
<b>Total da categoria 16</b>							<b>14</b>
E.9.1. Elaboração de expediente	X			X	X	X	4
E.9.2. Contacto com os pais/encarregados de educação dos intervenientes	X	X	X		X		4
E.9.3. Realização de reuniões/contactos com elementos da comunidade escolar	X	X	X				3
E.9.4. Realização de ações de sensibilização aos alunos/pais/encarregados de educação	X	X			X		3
E.9.5. Intensificação do policiamento exterior junto à escola	X						1
E.9.6. Acompanhamento da situação pós ocorrência	X	X	X			X	4
E.9.7. Realização de trabalho em conjunto com psicólogos		X					1
E.9.8. Contacto com os intervenientes	X			X		X	3
E.9.9. Sinalização para a CPCJ				X	X	X	3
E.9.10. Recuperação de objetos associados à ocorrência						X	1
<b>Total da categoria 17</b>							<b>27</b>
E. 10.1 Positiva	X	X	X	X	X	X	6
<b>Total da categoria 18</b>							<b>6</b>
<b>Total da questão 5 para informantes internos</b>							<b>53</b>

## APÊNDICE N - PROCEDIMENTOS DE ATUAÇÃO POLICIAL PARA SITUAÇÕES DE *BULLYING* ESCOLAR

### Procedimentos de atuação policial para situações de *bullying* escolar:

#### Antes:

- ✓ Sensibilizar para a diversidade de comportamentos agressivos em idade escolar;
- ✓ Garantir que os elementos da comunidade escolar sabem identificar os diferentes comportamentos tipificáveis como *bullying*.

#### Durante e pós-ocorrência:

##### Procedimentos obrigatórios:

- ✓ Cessar com os comportamentos agressivos (casos estes ainda persistam à chegada das EPES ao local);
- ✓ Compreender no que consistem os comportamentos adotados;
- ✓ Identificar as partes envolvidas (agressor(es); vítima(s); testemunha(s));
- ✓ Comunicar o sucedido à escola (caso esta ainda não tenha conhecimento da situação);
- ✓ Proceder a um registo exaustivo (completo) de todos os campos de informação existentes, de modo a evitar registos incompletos no SEI.

Nos casos em que não existam factos tipificados como crime:

#### Expediente:

- Participação;
- Ficha de comunicação/sinalização à CPCJ (a prática de factos tipificados pela lei como crimes, é suscetível de se enquadrar numa situação de perigo prevista no art.º 3.º, n.º 2, alíneas f) e g) da LPCJP).

#### Destino do expediente:

⇒ **CPCJ.**

Nos casos em que existem factos tipificados pela lei como crime e os agressores são menores de 12 anos:

Expediente:

- Participação;
- Ao expediente elaborado não se atribui NUIPC;
- Não há sujeição a TIR;
- Não há sujeição à Constituição de Arguido;
- Não se preenche o Boletim Individual de Detido;
- Ficha de comunicação/sinalização à CPCJ (a prática de factos tipificados pela lei como crimes, é suscetível de SE enquadrar numa situação de perigo prevista no art.º 3.º, n.º 2, alíneas f) e g) da LPCJP).

Destino do expediente:

⇒ **CPCJ.**

Nos casos em que existem factos tipificados pela lei como crime e os agressores têm idade igual ou superior a 12 anos e inferior a 16 anos:

Caso estejam reunidos os pressupostos para a detenção em flagrante delito (art.º 52, n.º 2 da LTE):

- Identificação do menor obedecendo às regras do art.º 250.º do CPP e às formalidades do art.º 50.º da LTE;
- Dar conhecimento da detenção do menor aos pais, representante legal ou quem tenha a sua guarda;
- Apreender objetos provenientes da ação delituosa do menor (casos se aplique)
- Ler os direitos ao menor.

Expediente:

- Participação por factos ilícitos;
- Auto de Apreensão (se aplicável);

Destino do expediente:

⇒ **TFM.**

Caso em que não estejam reunidos os pressupostos para a detenção em flagrante delito:

- Apreender objetos provenientes da ação delituosa do menor (casos se aplique).

Expediente:

- Participação por factos ilícitos;
- Auto de Apreensão (se aplicável).

Destino do expediente:

⇒ **TFM.**

Nos casos em é praticado um crime por menores com idade igual ou superior a 16 anos:

Caso estejam reunidos os pressupostos para a detenção em flagrante delito:

- Identificação do menor obedecendo às regras do art.º 250.º do CPP.

Expediente:

- Auto de Notícia por Detenção;
- Auto de Apreensão (se aplicável).

Destino do expediente:

⇒ **MP.**

Caso em que não estejam reunidos os pressupostos para a detenção em flagrante delito:

- Identificação do menor obedecendo às regras do art.º 250.º do CPP;

Expediente:

- Auto de Notícia;
- Auto de Apreensão (se aplicável)

Destino do expediente:

⇒ **MP.**

**Procedimentos não obrigatórios:**

- ✓ Sensibilizar a escola para que esta se comprometa com a situação;
- ✓ Realização de reuniões com os elementos da comunidade escolar (*e.g.*, direção da escola, diretores de turma, professores);
- ✓ Contactos com outras entidades (*e.g.*, Juntas de Freguesia, IPSS), de forma a adotar medidas em conjunto;
- ✓ Realização de ações de sensibilização *a posteriori*, tanto aos alunos como aos pais;
- ✓ Intensificar o policiamento exterior perto daquele estabelecimento de ensino;
- ✓ Acompanhamento da situação pós-ocorrência, mediante a realização de contactos regulares com as entidades envolvidas, de forma a acompanhar de perto o agressor, bem como as medidas que lhe serão aplicadas e a sua eficácia.

## APÊNDICE O – COMPORTAMENTOS DE ALERTA DE ALUNOS AGRESSORES

### **Comportamentos de alerta de alunos agressores:**

- ✓ Falta de empatia;
- ✓ Dificuldade nas relações interpessoais;
- ✓ Falta de autocontrolo e impulsividade;
- ✓ Desafio à autoridade dos adultos;
- ✓ Desejo de domínio, poder e intimidação;
- ✓ Fraco desempenho escolar;
- ✓ Absentismo escolar;
- ✓ Necessidade de atrair a atenção sobre eles;
- ✓ Adoção de atitudes delinquentes;
- ✓ Manifestação de uma atitude de superioridade;
- ✓ Manifestação de um sentimento de impunidade;
- ✓ Comprar coisas para as quais supostamente não teriam dinheiro suficiente.

## **ANEXOS**

## ANEXO A - ORGANIGRAMA DO PLANO ESCOLA SEM *BULLYING*. ESCOLA SEM VIOLÊNCIA.

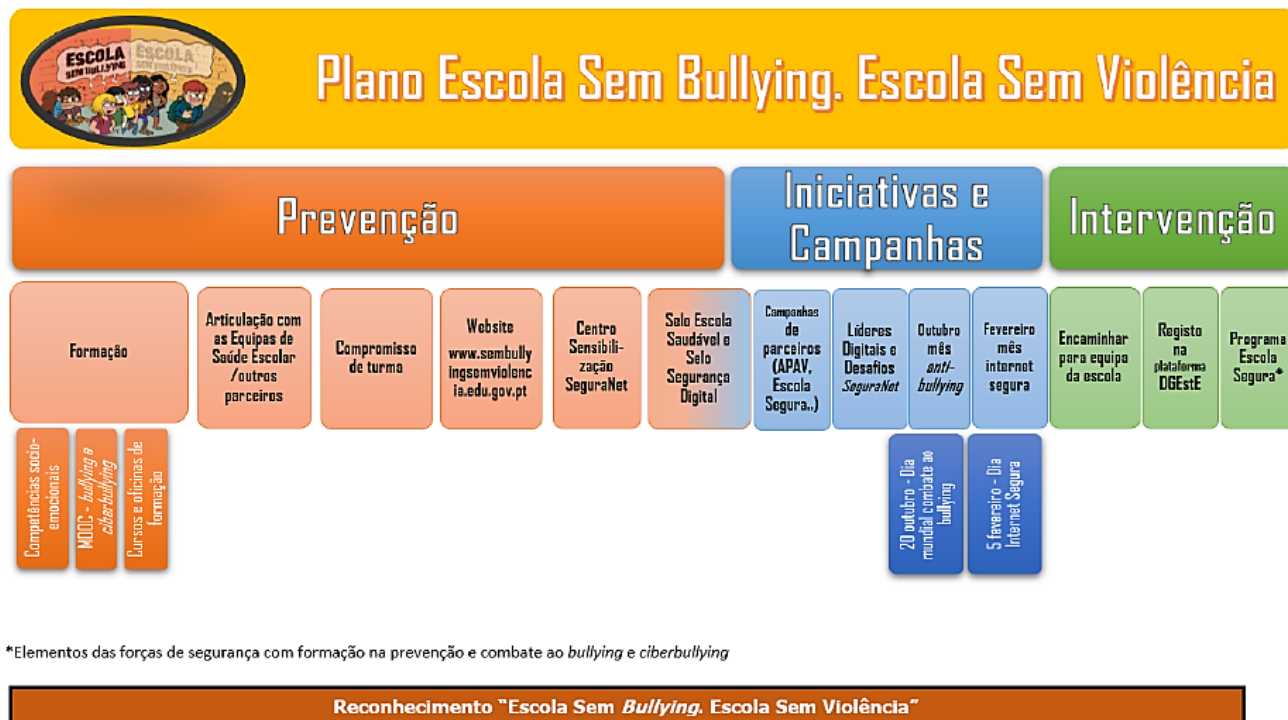


Figura 5 - Organograma do Plano Escola Sem *Bullying*. Escola Sem Violência



## ANEXO B – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

### POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA  
DIRECÇÃO DE ENSINO  
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor  
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de  
Recursos Humanos  
(Departamento de Formação)  
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1  
1199-010 LISBOA

Sua Referência:  
Sua Comunicação:  
Nossa Referência: 37/SECDE/2020  
Classificador: 080.01.10  
Processo: SECDE201900001ASP  
Data: 2020-01-28

*Submetido*  
*21.1.2020*  
**Abílio Pinto Vieira**  
Superintendente-Chefe

**Assunto:** PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas e ciências sociais e humanas
2. A Aspirante a Oficial de Polícia Daniela Bernardo Morgado Janeiro irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "A PSP perante o fenómeno do bullying: da identificação à intervenção", do qual é orientador o Sr. Prof. Doutor Paulo Machado e coorientador o Sr. Subintendente Hugo Guinote.
3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a obtenção dos seguintes dados:
  - a) - Total de ocorrências criminais e não criminais registadas de 2014/2015 até 2018/2019 pela PSP no âmbito do Programa Escola Segura (PES), divididas por ano letivo;
  - b) - Total de ocorrências criminais e não criminais praticadas por menores com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, em território nacional, no período de 01/01/2019 a 31/12/2019. Pretende-se que os dados contenham o número de processo policial (NPP), o número único de identificação de processo crime (NUIPC), o local da ocorrência (arruamento, concelho, tipo e subtipo de local), a data da ocorrência, a natureza do crime, o tipo e o subtipo de ocorrência, o sexo e a idade do(s) agressor(es) e da(s) vítima(s).
  - c) - Autorização de acesso ao Sistema Estratégico de Informação (SEI) para, com base nos NPP's facultados, perceber quais as situações que configuram bullying em meio escolar, conforme o anexo.
4. Mais se solicita a V.ª Ex.ª autorização para realização de entrevistas às seguintes individualidades policiais:

( O Sr. Comissário Sérgio Saldanha , Chefe de Núcleo de Prevenção de Criminalidade;



R. 1.º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613800 Fax: 213610535 www.iscpsl.pt |  
iscpsl@psp.pt

147458  
Página 1/2

A Sr.<sup>a</sup> Comissário Aurora Dantier, Núcleo de Operações do COMETLIS;  
2 Chefes com o Curso de Intervenção Policial de Menores;  
2 Agentes com o Curso de Intervenção Policial de Menores.

5. A necessidade da recolha de dados relativos a ocorrências criminais e não criminais, o pedido de autorização de acesso ao SEI, bem como a aplicação da entrevista prende-se com o facto de vir a constituir um estudo essencial à elaboração da dissertação, sustentando o trabalho de investigação realizado.
6. Junto se envia a V. Ex.<sup>a</sup> os guiões de entrevista e de questionário, bem como o formulário de pedido de extracção de dados do SEI.
7. A realização das entrevistas visa constituir um capítulo da dissertação que sustente todo o trabalho de investigação realizado.
8. Mais se informa V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> de que a Aspirante a Oficial de Polícia Daniela Janeiro se compromete a respeitar a confidencialidade e o anonimato dos dados obtidos, bem como a não usar os mesmos fora do âmbito deste trabalho académico.

O Diretor

  
José Carlos Bastos Leitão  
Superintendente



R. 1º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 [www.iscpsi.pt](http://www.iscpsi.pt) |  
[iscpsi@psp.pt](mailto:iscpsi@psp.pt)

147458  
Pagina:2/2